

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE LEVOU À  
NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**26 de Maio de 2009**

**43.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

- Audição do Dr. Oliveira e Costa, ex-presidente do Conselho de Administração do BPN)

## Índice Remissivo

---

### A

A Sr.ª Presidente · 3, 5, 36, 63, 78, 79, 92, 93, 101, 121, 159, 195, 196, 197, 204, 211, 233, 237, 243, 245

---

### H

Honório Novo (PCP) · 78, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 239

Hugo Velosa (PSD) · 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121

---

### J

João Semedo (BE) · 211, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245

José Pedro de Aguiar Branco (PSD) · 5, 92, 93

---

### N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

---

### O

Dr. Oliveira e Costa · 3, 6, 37, 63, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245

---

### R

Ricardo Rodrigues (PS) · 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 16 horas e 30 minutos.*

Em nome de todos os Srs. Deputados e as Sr.<sup>as</sup> Deputadas da Comissão de Inquérito, queria agradecer muito ao Sr. Dr. Oliveira e Costa o facto de ter acedido ao convite para vir a esta Comissão.

Dentro do que é a metodologia habitual, o Sr. Dr. transmitiu-me que gostaria de fazer uma declaração inicial. Fá-la-á durante o tempo e com os intervalos que entender.

O Sr. Dr. precisará, por razões de saúde, de descansar um pouco de vez em quando. Penso que acolho o assentimento de todos os Srs. Deputados para conduzir a reunião dentro das condições de maior conforto possível para o Sr. Dr. Oliveira e Costa.

Tem a palavra, Sr. Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa (ex-Presidente do Conselho de Administração do BPN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Muito boa tarde, não vos vou dizer que estou aqui com muita satisfação, porque se o dissesse poderiam pensar que era mentiroso ou hipócrita, mas estou aqui agradecido pela oportunidade que me é dada no sentido de clarificar vários pontos que têm sido desvirtuados pelo sistema, outros porventura nunca falados, e para que se conheça a verdade objectiva de toda esta questão há elementos que julgo que podem ser importantes para que os portugueses façam uma ideia mais precisa do que é a realidade do BPN, SLN.

A descaracterização do que foi o BPN tem sido a preocupação dominante da generalidade das pessoas que se têm pronunciado sobre o Grupo. Mas há factos não abordados, ou deformados quando referenciados, que, a terem sido devidamente tratados, teriam transformado um problema numa excelente solução para a generalidade dos accionistas e altamente vantajosa para os interesses do País.

Paradoxalmente, foi um grupo de 10 accionistas e, em particular, o subgrupo dos 4 que conscientemente manipularam os factos para fazerem abortar as sucessivas hipóteses de venda do Grupo a entidades estrangeiras que reuniam as melhores condições para lhe dar uma forte dinâmica quer através de novas iniciativas que preconizavam quer optimizando a gestão de um vasto património que era preciso dinamizar.

Compreender-se-á melhor o sentido das minhas palavras e a dimensão do erro cometido identificando e descrevendo as particularidades associadas a cada uma das entidades com quem se negociou.

No princípio de Agosto de 2007, deu-se a primeira manifestação de interesse, veiculada pelo Embaixador Muhamed F. El-Reshid, parente das famílias reais da Arábia Saudita e da Jordânia, em representação de interesses da família real da Arábia Saudita. Como não estava preparado nem mandatado para uma transacção desta natureza, manifestei disponibilidade para estudar a intenção, condicionada à prévia abordagem com os accionistas.

Depois de se ter acordado e dado início às transformações do modelo de governação dentro do Grupo, fui, em Setembro de 2007, confrontado com um vivo descontentamento por parte de um pequeno grupo de principais accionistas membros do Conselho Superior. Na

sequência desta nova realidade solicitei, de imediato, um encontro informal com uma parte dos membros do Conselho Superior. Pretendia avaliar a situação para poder encontrar soluções para ultrapassar a crise que se me afigurava evidente estar a gerar-se.

A reunião teve lugar logo de seguida, foi longa, com alusões à imagem degradada do Grupo, mas pouco objectiva, embora se tivesse vincado o desconforto dos accionistas do Conselho Superior que consideravam insuficientes as medidas já tomadas e em curso de operacionalização.

Perante aquele quadro de descontentamento, perguntei se estavam disponíveis para vender uma parte das acções,...

O Sr. José Pedro Aguiar Branco (PSD): — Sr.ª Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Pedro Aguiar Branco (PSD): — Sr.ª Presidente, não tenho condições para trabalhar. Ou seja, acho que a comunicação social tem o seu papel, mas não pode andar por aqui... Não podemos falar com os assessores, a sala está cheia de fotógrafos e de ruído, não oiço o depoente. Acho que isto não são condições para trabalhar.

A Sr.ª Presidente: — Tem toda a razão, Sr. Deputado.

Os senhores fotógrafos vão ter que fazer o favor de se retirarem para o fundo da sala.

Pedia a todos os jornalistas que fizessem o menor ruído possível, senão não temos condições para ouvir a exposição do Sr. Dr. Oliveira e Costa. Aliás, contactei-vos anteriormente para vos dizer que as áreas reservadas eram ao fundo e ao lado da sala, como de costume.

Faça favor de continuar, Sr. Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Portanto, dizia eu que perguntei se estavam dispostos a vender uma parte das acções para recuperarem o investimento que tinham realizado, mantendo as restantes, caso quisessem continuar a usufruir do projecto.

A hipótese não foi rejeitada, mas também não foi recebida com o entusiasmo que as circunstâncias faziam crer. Reconheceu-se, contudo, que o assunto era suficientemente sério para merecer aprofundamento, pelo que se marcou uma nova reunião informal, na qual devia estar presente a generalidade dos Conselheiros.

Nessa nova reunião ficou em aberto a venda parcial ou total e foi dada orientação no sentido de apresentar um potencial investidor credível. O preço por que estavam dispostos a vender era o de 3,20 € por acção. Na altura, chamei à atenção de que era um preço exagerado: 3 € por acção seria um bom preço e mesmo que se atingisse 2,75 € já era de vender.

Na altura, ainda não sabia que tinham celebrado um acordo secreto de accionistas, inicialmente composto por 9 elementos e reforçado em Janeiro ou Fevereiro com o 10.º, onde se previa o preço de 3,20 € por acção e que terá sido, talvez, a causa da moderada manifestação de interesse na venda a que anteriormente aludi.

Imediatamente a seguir à reunião, fiz diligências no sentido de o Sr. Embaixador El-Reshid ser contactado, para informar que estava em vias de poder dar expressão prática ao interesse que anteriormente havia manifestado em tomar uma posição como accionista no Grupo SLN. Estávamos no período do Ramadão, pelo que não foi possível obter a confirmação pretendida.

Por ter considerado que era preciso responder rapidamente à abertura dada pelos accionistas Conselheiros e também por se me afigurar prudente não ficar dependente de um único interessado, procurei e consegui, através do Eng.º Carlos Pinto Ferreira, despertar o interesse da Carlyle que sabia gerir fundos na ordem dos 100 000 milhões de dólares e que tinha relações privilegiadas com Angola.

Como o interesse, de princípio, foi prontamente acolhido e para que a intenção de venda fosse reafirmada, promovi que o Conselho Superior reunisse para poder apresentar o potencial adquirente. Assim aconteceu e, não obstante a credibilidade da Carlyle, foram levantadas algumas questões, designadamente associadas ao facto de os fundos investirem por prazos bem definidos, realidade que não correspondia aos interesses dos accionistas.

Esclareci que esse problema não se punha, pois os fundos têm regras próprias de saída, que podem não implicar compromissos com os accionistas vendedores. No caso concreto da SLN, esclareci que seria uma venda firme e definitiva, evitando entrar no cerne da operação por não me terem dado abertura para o fazer na fase inicial de manifestação de interesse — isto por parte dos compradores.

Esta reunião do Conselho Superior iniciou-se de tal modo que receei tornar-se num fiasco. Mas a partir da intervenção, em tom moderado, do

accionista Joaquim Coimbra, a aconselhar que a apresentação do Grupo à Carlyle podia ser um bom princípio que não devíamos rejeitar, transformou-se em fácil o que estava a ser complicado. A autoridade que revelou perante os Conselheiros, silenciando-os com um simples conselho ao arrepio do tom crispado que grassava na sala, raiava o patológico. Não compreendi, mas acolhi com alívio.

À noite percebi, quando li uma mensagem no meu telemóvel que dizia sensivelmente o seguinte: «Cilada que lhe estavam a fazer foi desmontada por uma ordem superior que mandou retirar da agenda do Conselho do BAI a proposta aquisição BPN. Preste atenção Nunes /Coimbra». Estava esclarecido o mistério. O accionista Coimbra, que se havia mantido calado enquanto a truculência reinava, recebeu um aviso telefónico de mensagem que leu. Por acaso dei por ela, porque ele estava próximo de mim, mas não dei importância, porque era normal e, pouco tempo depois, falou nos termos que indiquei.

Enquanto se preparava uma solução séria e de fundo para a SLN, o grupo dos 4, sob a liderança do conselheiro Coimbra e com a ajuda de Joaquim Nunes, estava a preparar o desmembramento do Grupo, que era a solução que mais lhes convinha. No percurso teve um revés de que se saiu airosamente capitalizando a ideia de serenidade que procura cultivar. Mas deve ter jurado, perante os seus pares, que em breve se vingaria com juros muito altos.

Este episódio, que nunca consegui testar pois o autor da mensagem não respondeu aos telefonemas que lhe fiz, foi implicitamente confessado quando Joaquim Coimbra declarou, nesta Comissão de Inquérito, que também tinha havido um banco angolano interessado em comprar o BPN, etc..



Os Conselheiros concluíram, então, que não tinham objecções a que as negociações prosseguissem e a que se fizesse a apresentação do Grupo à Carlyle, conforme lhes havia explicado antes.

No dia seguinte, dei nota ao Eng.º Pinto Ferreira da posição dos Conselheiros, o qual promoveu imediatamente junto da Carlyle as diligências que entendeu.

Mais tarde, informou-me que iria ser enviado um guião com os aspectos que deveriam ser obrigatoriamente tratados na apresentação do Grupo. Informou, ainda, que brevemente viria a Lisboa uma delegação de alto nível da Carlyle, em data a fixar.

Enquanto decorriam estas negociações, o Embaixador El-Reshid retomou o contacto com o Grupo, reiterando o seu interesse em activar o processo. Dada a situação que se vivia, foi-lhe comunicado que nas semanas subsequentes à tentativa de contacto com ele tinha surgido um novo interessado com o qual se estava a negociar, com prazos bem definidos, os quais se não fossem respeitados ficaríamos livres para retomar e aprofundar o seu interesse, explicação que mereceu o acolhimento do Embaixador.

A apresentação do Grupo à Carlyle decorreu no dia 6 de Dezembro de 2007 e mereceu elogiosas referências verbais, confirmadas por escrito. Foi destacada a qualidade técnica da apresentação e o sentido profissional evidenciado pelos apresentadores, que haviam revelado um profundo conhecimento, designadamente nas respostas às questões que não constavam do guião de apresentação que tinha sido enviado previamente.

Para reforçar, sem equívocos, a continuidade do processo negocial, solicitei uma reunião formal do Conselho Superior, a qual teve lugar no dia 17 de Dezembro de 2007. Nessa reunião, além de ter tratado de outros

assuntos, fiz uma exposição sobre o modo como tinha decorrido a apresentação do Grupo à delegação da Carlyle e a opinião muito favorável que nos tinha sido comunicada.

Entreguei cópia da documentação utilizada na apresentação.

Dei nota que a Carlyle pretendia realizar uma reunião de trabalho em Washington, em data próxima, que nos iria ser comunicada. Os accionistas Conselheiros reafirmaram o preço de € 3,20 por acção que pretendiam.

Voltei a esclarecer que a fixação do preço dependeria sempre de uma avaliação que iria ser feita por um Banco de Investimento que teria de ter o nosso prévio acordo e, portanto, poderia ser este valor ou um valor próximo. Aliás, até admito que tivesse dito mais alguma coisa, não me recordo, dada a maneira como apreciaram o BPN, SGPS, admito que, de facto, pudessem chegar a um valor que se enquadrava, em termos de transacção, nos múltiplos correntes no mercado para estruturas equivalentes.

De qualquer modo, o preço final teria de ser sempre objecto de negociações específicas, tendo como referência o valor da avaliação por uma entidade independente, como estava, efectivamente, previsto.

Para dar consistência ao processo negocial, solicitei ao Conselho Superior uma votação formal a mandar-me para prosseguir, em segurança, com as negociações. A proposta foi acolhida e aprovada por unanimidade.

A marcação da data da reunião em Washington foi-me dada pelo Eng.º Pinto Ferreira para uma segunda-feira, às 10 horas, não posso, agora, precisar o dia, mas foi em finais de Janeiro ou Fevereiro de 2008 — devo dizer que tenho falhas, necessariamente, em dias, datas e nomes,

porque não tenho um único documento em que me possa suportar para, efectivamente, confirmar as datas —, onde se encontrava já uma entidade envolvida no negócio, e foi logo decidido que a delegação de Lisboa deveria partir no sábado precedente ao fim da tarde.

Com a viagem marcada, na manhã de sexta-feira, véspera da partida, o accionista Joaquim Coimbra, em nome do Conselho Superior, deu ordem para cancelar a viagem, sem qualquer explicação para tal decisão.

Vinquei que perante uma entidade com o relevo da Carlyle, as coisas não podiam ser assim tratadas, era preciso apresentar uma razão forte e uma data alternativa. Obtive como resposta que era uma ordem que estava a ser dada e lamentava que não tivesse compreendido que já não havia interesse na transacção.

Foi desta maneira, em total desprezo pelos compromissos assumidos, pelas centenas de accionistas, pelos milhares de empregados e pelos verdadeiros interesses do País, que o Sr. Joaquim Coimbra se vingou do revés sofrido, de que há pouco dei nota aos Srs. Deputados, pelo facto de uma ordem superior, que não lhe era difícil calcular ou adivinhar de quem seria, lhe ter retirado a oportunidade de dar início à destruição do Grupo SLN.

Deve ter delirado de júbilo pelo duplo sucesso: por um lado, vingou-se de quem deu a ordem para não comprar o BPN, pois, a partir do cancelamento do encontro de Washington, nem o BPN nem o resto; por outro, mantinha acantonado o Oliveira Costa para, no momento oportuno, o «cozinhar em banho-maria» com o calor das notícias dos semanários e outros jornais criteriosamente escolhidos.

Ao admitir que seria este o procedimento expectável, não estou a fazer futurologia. Com efeito, num dos sábados precedentes, na sequência de informações recebidas, o Grupo iria ser mimoseado com notícias que me diziam leves mas incomodativas.

Solicitei, por isso mesmo, um encontro com os accionistas conselheiros que estivessem disponíveis para nos reunirmos no sábado à tarde, a fim de se apreciarem as notícias de fim-de-semana, obter sugestões e pensar em medidas para enfrentar a situação.

Ao ler as notícias, na parte da manhã, verifiquei que não eram assim tão leves como me tinham feito crer, pelo que resolvi telefonar à empresa que cuidava da nossa imagem, até porque nada me tinha sido informado por eles. Falei com o Sr. Queirós, propondo-lhe que nos encontrássemos na tarde desse sábado. Quis logo começar a falar, mas pedi-lhe para não continuar, pois preferia falar ao vivo, caso lhe fosse possível, sugestão que aceitou.

Compareceram à reunião que tinha solicitado os Conselheiros Joaquim Coimbra, Almiro Silva e Neves dos Santos, e iniciámos logo a nossa conversa com os jornais à nossa frente.

Entretanto, chegou o Sr. Queirós e, como os Conselheiros não estavam avisados, disse-lhes que tinha chamado o homem da Aximage e que ele, se não se importassem, participaria na reunião, até porque lhe competia olhar pela nossa imagem.

Com a concordância de todos, fui chamá-lo ao gabinete ao lado e, quando entrou, nem sequer foi preciso questioná-lo, pois começou logo por dizer que quanto a notícias, do seu ponto de vista, nada havia a fazer, pois eram os accionistas que estavam a alimentar os jornalistas. O Sr. Joaquim Coimbra reagiu com indignação, dizendo que era preciso apurar

quem estava a fazer isso! O Sr. Queirós apontou energicamente o dedo indicador para o Sr. Joaquim Coimbra e disse: «É o senhor!... E olhe que os jornalistas nem me pediram segredo quanto à fonte».

Julgo que está tudo dito sobre quem é e o que queria o accionista Joaquim Coimbra.

Retomando a questão do cancelamento da ida a Washington, só no começo da tarde dessa sexta-feira consegui entrar em contacto com o Eng.º Pinto Ferreira, que tinha desencadeado o processo e fazia parte da delegação, a informá-lo das instruções que tinha recebido. Perante tão insólita informação, perguntou-me se estava ou não mandatado para negociar e se tinha informado os Conselheiros das diligências feitas junto das autoridades.

Respondi-lhe afirmativamente e, quanto ao mandato, facultei-lhe a acta do Conselho Superior, onde se expressa um mandato claro e sem qualquer limitação. Perguntou-me ainda, para poder informar a Carlyle, se tinha em mente desenvolver alguma diligência complementar que pudesse evitar a rotura do processo negocial. Disse-lhe que não, pois tinha acabado de receber, por correio anónimo, uma cópia do acordo secreto de accionistas que lhes dava o controlo maioritário do Grupo e que interpretava aquela inesperada informação como um reforço da ordem para revogar o mandato de venda.

Na altura, a enorme pressão a que estava submetido e com a saúde debilitada por agravamento súbito das minhas fragilidades, não fui capaz de raciocinar com a desejável lucidez. Admiti, quando já era demasiado tarde, que aquela informação talvez tivesse sido facultada, não com a intenção que lhe dei mas, ao contrário, como um aviso para reagir, através de contactos individuais com alguns dos subscritores do acordo e tentar,

pelo diálogo, desactivar a sua coesão, o que tinha lógica, pois, dentro do grupo dos 10, havia o chamado grupo dos 4, que liderava o processo de contestação.

As diligências junto das autoridades, que antes referi, diziam respeito aos contactos informais junto do Banco de Portugal acerca da eventual transacção e também do conhecimento que havia sido prestado ao Governo quanto ao desenvolvimento que os adquirentes perspectivavam para o Grupo.

Numa das actas que foram facultadas pelo Dr. Rui Machete aos Srs. Deputados, já há uma expressa referência aos contactos com o Governo, naturalmente extremamente sintética, porque a conversa foi muito mais longa e muito mais interessante.

Na terça-feira da semana seguinte, o Eng. Pinto Ferreira deu-me nota sumária da perplexidade com que a Carlyle recebera a informação de que a deslocação havia sido cancelada, pois estavam a empenhar-se vivamente, dado o interesse que o projecto lhes merecia e por saberem que a operação era acarinhada pelas autoridades.

Com tão desacreditado desfecho, julguei que a Carlyle não mais aceitaria novos contactos com o Grupo SLN, mas não foi isso que aconteceu.

Algum tempo depois, já eu tinha cessado funções no Grupo, tomei conhecimento da iniciativa de Joaquim Coimbra, que antes havia provocado a rotura das negociações, no sentido de procurar alguém que lhe apresentasse o Eng.º Pinto Ferreira com o objectivo de o convencer a promover a reaproximação à Carlyle.

Não conheço detalhes, mas a versão transmitida a esta Comissão de Inquérito pelo accionista Joaquim Coimbra não passa de uma construção

mental, em que ele é perito. A verdade é que o processo foi, efectivamente reaberto, aparentemente, com o argumento de que se trataria de negociações directas com os accionistas maioritários.

Embora essa ligação pudesse ser directa, não dispensava a intervenção activa das estruturas do Grupo, que teriam de se empenhar na preparação das respostas aos questionários técnicos complexos e, seguramente, muito mais refinados e profundos do que os utilizados na primeira fase, não só por força da crise internacional que começava a ganhar contornos preocupantes mas também pelo despontar da desarticulação do Grupo que começava a evidenciar-se.

Certamente para dar expressão prática aos trabalhos que era preciso desenvolver, o então presidente do Grupo Dr. Abdool Vakil terá estabelecido contacto com alguém de cá ou do Grupo Carlyle, mas parece que foi prontamente desautorizado por Joaquim Coimbra, que o terá proibido de fazer qualquer contacto sem o seu prévio conhecimento.

Foi-me dado conhecimento, por uma entidade que participava no processo, pouco depois de este ter sido reaberto, para estar preparado, pois teríamos de conversar sobre o modo de enquadrar o Banco Insular sem prejudicar o processo negocial.

Não posso garantir que os factos tenham ocorrido exactamente deste modo, mas o importante não é a exactidão da forma como decorreu a abordagem mas, sim, as suas consequências, decorrentes da ausência de condições para dar as respostas pretendidas pela Carlyle, pois o Grupo já andava à deriva. Num derradeiro esforço, pelo menos de aparente boa vontade, a Carlyle decidiu enviar uma delegação a Lisboa, mas impondo a presença do accionista Joaquim Coimbra.

No dia e hora aprazados, estava-lhes reservado aquilo que terá sido a última deselegância para com eles, pois Joaquim Coimbra faltou, alegando indisponibilidade para vir a Lisboa, por estar ausente em Coimbra numa acção política com a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite.

Tenho sérias dúvidas sobre as verdadeiras intenções desta iniciativa do accionista Coimbra. Como era acusado de ter promovido o boicote da iniciativa Carlyle, deve ter admitido que, promovendo, por iniciativa própria, o reatar das negociações, podia redimir-se desse facto, mas era já certo de que estaria condenada ao insucesso por incapacidade do Grupo, nas condições em que se encontrava, de poder dar resposta ao exame que iria ser feito, muito mais exigente, até por natural decorrência da mudança de administração. Acresce que a base de informação estava a alterar-se, tornando impossível manter a coerência com a informação anteriormente facultada à Carlyle, pois a informação a alterar tinha sido objecto de tratamento autónomo e sem a intervenção da Carlyle.

O objectivo final terá sido o de obter uma manifestação de desinteresse formal da Carlyle, que não ocorreu por não lhe terem facultado meios de apreciação. Este facto impediu-o de poder dizer, abertamente, que a Carlyle nunca teria passado de uma miragem.

O regresso da Carlyle, sem os efeitos que terá imaginado, foi uma vitória de Pirro, que levou o carimbo da ausência do «maestro», que só serve para engrossar o *dossier* das suas deselegâncias!

Nunca mais se ouviu falar da Carlyle...

A rejeição da solução Carlyle pelo grupo dos 10 ou tem contornos psicóticos, sem os poder validar por não dispor de conhecimentos técnicos para tal, ou foi conduzida com reserva mental por saberem que o



património do Grupo era, àquela data, em termos globais, e numa base consolidada, superior às insuficiências que se apontavam.

É neste quadro de referência que admito ter sido criada a convicção de ser uma oportunidade para gerir a situação em favor de quem, entre eles, de *per si* ou em conjunto, tivesse capacidade financeira disponível e/ou potencial para obter financiamento a fim de, com um novo gestor, reorientar o grupo, ainda que desactivando algumas áreas de negócio em condições de servirem os interesses específicos.

Pelas declarações do Dr. Cadilhe a esta Comissão de Inquérito parece evidenciar-se que a sua influência junto do grupo dos 10 se começou a formar pouco depois de ter sido convidado para presidir à SLN. Na verdade, em dado momento da sua exposição disse: «Antes de eu aceitar, tendo eu recusado convites que me fizeram ao longo desse semestre, como contei já, apareceu uma dessas propostas dizendo, insistentemente, que tinham de falar comigo. Mas falar comigo para quê, se eu não sou nada nem ninguém no Grupo SLN? A origem era árabe».

O que esperavam que o Dr. Cadilhe lhes dissesse? Aceitar o desafio era pôr em causa a disponibilidade mental que tinha, como adiante demonstrarei, para aceitar o cargo e expor dois ou três accionistas que mais o apoiavam a uma discussão que iria evidenciar as clivagens que na altura se faziam sentir no grupo, quando todos fossem confrontados com a bondade da proposta que teriam de apreciar.

Era uma situação não compaginável com a superior inteligência do Dr. Cadilhe que, aliás, resolveu a questão com a simplicidade de lhes lembrar que nada era no grupo SLN. Mas sublinhou que a origem era árabe. Eu acrescento que era efectivamente árabe, conduzida pelo Embaixador El-Reshid, que, por carta de 10 de Abril de 2008, se

disponibilizou, caso a operação avançasse, para transferir 300 milhões de euros para aumento de capital do Banco Insular.

O Dr. Cadilhe, ao recordar os contactos que tinha havido para negociar o Grupo, ignorando a Carlyle, tem uma leitura que poderia qualificar mas, na dúvida, prefiro não a fazer. É que, ainda como simples convidado, foi informado, por uma via paralela, das negociações com a Carlyle e do modo como tinham decorrido, incluindo o cancelamento, *in extremis*, da viagem a Washington. Recebeu também a documentação de apresentação do Grupo, que tinha sido considerada pelos técnicos da Carlyle, como já referi anteriormente, como muito positiva. Não percebeu, ou não quis perceber, o sentido por que lhe foi prestada tal informação.

Eu próprio, uns tempos antes da assembleia-geral de Maio, telefonei ao Dr. Cadilhe a perguntar se as insistentes referências na imprensa de que iria ser o futuro presidente do grupo SLN eram verdadeiras; e, se fossem, que entendia que antes de se comprometer definitivamente era importante e útil ter uma conversa comigo. E prontifiquei-me para ir imediatamente onde ele quisesse. Agradeceu mas não deu qualquer saída. Só na véspera da assembleia que o elegeu é que me telefonou a dizer que tinha aceite o cargo. «Ok» — disse eu — «Tenho pena que não me quisesse ter ouvido. Um dia arrepender-te-ás».

Eventualmente, reforçou as suas exigências junto do grupo dos 10 e ganhou a convicção de que teria uma excelente oportunidade profissional, enquanto os elementos mais activos do grupo dos 10 – com o accionista Queiroga Figueiredo, segundo a informação disponível, a revelar-se como o mais influente na aposta do Dr. Cadilhe – reforçavam a sua ideia de que a estratégia de boicote à venda do Grupo era o caminho certo, pois até já tinham um presidente de prestígio.

Já agora, uma nota por mera curiosidade: a entrada do Dr. Cadilhe para o grupo custou cerca de duas vezes e meia o que eu ganhei em 10 anos que estive à frente do grupo.

A interpretação que se avança é consistente, com a preparação pela equipa do Dr. Cadilhe do Plano de Revitalização do BPN para apresentação ao Governo e com outros factos, de que é exemplo a rejeição da proposta do Prof. Orlando Lourenço para adquirir a área dos espumantes, alegadamente por já estar comprometida, embora não se saiba como, uma vez que não tinha havido qualquer concurso para além do anúncio geral na *internet*. Mas, tempos depois da referida recusa, o accionista Joaquim Coimbra informou o presidente da Câmara de Lamego que ia ser o dono da Raposeira. A área da saúde tinha, igualmente, o mesmo destinatário, que, admito, em face da evolução do sector e da conjuntura desfavorável, se tenha vindo a desvanecer.

Como tinha bem presente a complexidade do Grupo e a noção da mais que previsível degradação da situação económica mundial, sempre considerei ser impossível arranjos internos que pudessem vir a ter sucesso, independentemente da personalidade e das qualidades técnicas de um gestor. Ainda que fosse experiente e credenciado em microeconomia, decidi continuar a tentar promover a venda do Grupo.

A solução da Arábia Saudita continuava em aberto e, depois de uma avaliação com o Sr. Maurice Pernin (director reformado da UBS), que era o elemento de ligação ao Embaixador El-Reshid e à sociedade de advogados Jurilis (Lisboa), igualmente envolvida na aproximação ao representante dos interesses da Arábia Saudita, concluiu-se que era de relançar a iniciativa, pois estava confirmadamente em aberto, através das conversas regulares mantidas entre o Sr. Maurice Pernin e o Embaixador El-Reshid.

A viagem a Londres foi concertada entre os três e o encontro que teve lugar culminou com a fixação das condições da oferta, que se traduzia em 2,75 € por acção, com base nos estudos anteriormente efectuados, suportados no Relatório e Contas de 2006 e informações complementares que anteriormente haviam sido facultadas. A oferta era firme e sem lugar a *due diligence*.

Para que pudesse ser efectuada uma consulta prévia junto do Banco de Portugal foram, para o efeito, pedidos e facultados os elementos considerados indispensáveis.

A proposta com os elementos de informação disponíveis foi informalmente apresentada ao Banco de Portugal. Se a proposta fosse aceite pelos Conselheiros seria apresentado imediatamente o pedido oficial, conforme acordado na reunião informal.

Habilitado com os elementos que acabo de referir, solicitei, pelo telefone, um encontro com os conselheiros, o qual foi aceite e teve lugar no Hotel Sheraton.

Julgo que com a presença de oito conselheiros, expus a proposta nas linhas gerais, elucidando ainda da disponibilidade dos investidores para fazerem no BPN depósitos de grande vulto. O preço por acção era de 2,75 €.

A reacção foi muito negativa por considerarem o preço insuficiente face àquilo que sempre tinham desejado. Sublinhei que as condições do mercado se tinham alterado de forma significativa e que continuava a degradar-se muito rapidamente, pelo que a oferta de 2,75 € por acção, sem haver lugar, a *due diligence*, era uma oportunidade provavelmente irrepetível.

Destaquei ainda que as negociações com a Carlyle, que tinham deixado cair em condições penosas para a boa-fé negocial, previam uma avaliação do Grupo por um banco de investimento internacional credenciado e que, portanto, poderia não dar o preço que eles pensavam.

A oferta que estava sobre a mesa correspondia a uma avaliação do Grupo na ordem dos 1300 milhões de euros, que perante a situação mundial, em constante degradação, podia ser considerada de muito boa. Ao recusarem aceitar uma proposta que lhes proporcionava mais-valias de milhões de euros estavam a trocar uma operação certa, com pagamento a pronto, pela incerteza de um futuro já tão vacilante.

Replicaram que não estavam disponíveis para vender por vender e que se havia interessados é porque reconheciam o valor do Grupo e as suas potencialidades. De qualquer modo, o preço oferecido não correspondia às expectativas que tinham.

O accionista Avelino Silva foi mesmo ao ponto de dizer: «Isso é uma proposta insultuosa, que serve os seus interesses e não os nossos. E digo-lhe mais, eu, por mim, não me importo de perder tudo, o que quero é vê-lo na cadeia».

A análise racional dos factos, com a devida ponderação de toda a envolvente económica interna e externa, devia sobrepor-se à turbulência das emoções. Naquele dia fiquei convicto de que sem uma transacção estávamos a caminho do colapso inevitável do Grupo, ideia que lhes expressei com vivacidade. A reunião terminou em alvoroço, e só não foi à chapada, porque sou muito pequeno para uma coisa dessas!

Impunha-se, apesar de todo aquele cenário, fazer uma nova insistência, mas sem a minha intervenção directa.

Na segunda-feira seguinte, fui ao escritório da sociedade de advogados Jurilis para lhe dar nota do modo como decorrera a reunião e a solicitar-lhe uma nova diligência junto do Sr. Embaixador El-Reshid com vista a uma eventual melhoria da proposta.

Na sua opinião, essa tentativa era arriscada, pois havia indícios de que os resultados do Grupo em 2007 não favoreciam uma tal diligência e faria recair sobre nós uma eventual rotura negocial. Por isso, disponibilizaram-se, os advogados, a solicitar um encontro com os conselheiros com o objectivo de lhes reapresentar a proposta, sem referir que seria exactamente a que já conheciam, mas que seria enriquecida com os argumentos da sua experiência negocial com o Embaixador El-Reshid.

O pedido para se reunirem foi aceite e o encontro com os accionistas do grupo dos 10 teve lugar no Hotel Corinthia, no dia 22 de Abril de 2008.

Dois advogados da sociedade de advogados Jurilis (Dr. Leonel Gaspar e Dr. Adriano Ramos Paiva) fizeram uma explanação da proposta, pondo em evidência os argumentos que entenderam adequados, mas os conselheiros insistiram no preço de 3 € por acção.

Foi-lhes explicado que tentar melhorar a proposta era um risco que não devia ser corrido, pois obrigaria a apresentar o Relatório e Contas de 2007, que, como sabiam melhor do que ninguém, iria pôr em causa o preço de 2,75 € e não melhorá-lo.

Não obstante tudo o que lhes havia sido explicado e o risco que se corria com a apresentação do Relatório e Contas de 2007, que, aliás, ainda não estava disponível, mantiveram a atitude irredutível.

«Se é assim que querem...» – destacaram os advogados da Jurilis – «... iremos fazer uma diligência e esperamos ter uma posição de princípio dentro de 48 horas». Mas solicitaram, desde logo, que lhes fosse facultado o Relatório e Contas de 2007, mesmo sem a apreciação dos auditores, pois ver-se-ia mais tarde se o parecer dos auditores influenciava ou não as contas provisórias.

Não foram precisas 48 horas pois, no dia seguinte, em resultado das explicações dadas ao telefone ao Embaixador El-Reshid, ficou assente que a revisão do preço poderia ocorrer após apreciação do Relatório e Contas de 2007, mas prevendo-se, desde logo, que tal revisão não excluía a redução do preço no caso de a análise a efectuar às contas de 2007 apontasse nesse sentido.

Na carta enviada, em 24 de Abril, ao accionista Fernando Cordeiro propunham-se as novas condições de fixação de preço, de que se transcrevem dois dos seis parágrafos da carta, que interessam para este efeito: «No entanto, e não obstante a crise internacional, particularmente severa no sector financeiro, o nosso Ex.<sup>mo</sup> Cliente aceita a eventual revisão do preço das acções, até um acréscimo máximo de 5%, sob a condição de nos respectivos contratos de compra e venda ficar retida a verba correspondente a 10% do valor da transacção até à disponibilização das contas de 2007, devidamente certificadas.

Na eventualidade de haver lugar ao reajustamento do preço em função da variação dos resultados que se vierem a apurar no exercício de 2007, relativamente aos obtidos em 2006, os contratos a celebrar devem prever uma variação positiva ou negativa do preço inicialmente proposto de até 5%, em consonância com a variação positiva ou negativa dos resultados que vierem a ser certificados, e nessa mesma proporção.»

Esta carta foi entregue, via *fax*, ao accionista Fernando Cordeiro, a quem foi de novo solicitada a rápida disponibilização do Relatório e Contas de 2007, ainda que na versão não auditada.

O modo como decorreu a reunião no Hotel Corinthia e a evidente frieza sentida no contacto telefónico após a remessa da carta, em que se informou que a revisão do valor das acções era equacionável, levou a Sociedade de Advogados a considerar que estava em curso a reedição da tática do silêncio que fizera abortar a operação Carlyle.

Esta carta nunca teve qualquer resposta.

Não obstante o incompreensível silêncio, a Sociedade de Advogados Jurilis, na sequência de uma deslocação que havia feito a Londres numa última tentativa para reatar as conversações, enviou, em 12 de Maio, uma segunda carta ao Sr. Fernando Cordeiro, solicitando urgência na entrega do referido Relatório e Contas de 2007.

Nove dias depois, a 19 de Maio de 2008, foi-lhe endereçada uma terceira carta, que se transcreve:

«Lisboa, 19 de Maio de 2008

Exm.º Sr. Fernando Cordeiro

Na sequência da nossa carta de 12 de Maio de 2008, o nosso Cliente, sua Alteza H. E. El-Reshid, continua muito interessado na compra das acções da SLN, SGPS, S.A. e SLN-Valor, SGPS, S.A., persistindo na concretização da transacção.

Reiterou esta manhã o pedido de lhe ser presente o Relatório e Contas de 2007, a fim de poder mandar analisar as alterações de resultados, comparativamente com os dos anos de 2005 e 2006.



Peço, nestas circunstâncias, a V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de representante do grupo maioritário de accionistas, o favor de informar esta Sociedade de Advogados se mantêm interesse no prosseguimento das negociações.

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> os meus melhores cumprimentos.»

Esta carta foi enviada com conhecimento ao Banco de Portugal e ao Abdool Vakil.

Estas duas últimas cartas — a última das quais acabei de ler — mereceram o tratamento da primeira, isto é, silêncio, revelador de unilateral e total ausência de interesse por parte do Grupo.

A total ausência de reacção mostra que o grupo dos 10 já tinha decidido, entre si, que não estavam disponíveis para vender as acções, mas sem se quererem comprometer com um «não» formal, eventualmente para evitar conflitos com os restantes accionistas. É que o acordo secreto de accionistas celebrado entre si, conjugado com as regras dos direitos de preferência, determinaram o bloqueio às transacções de acções pelos accionistas minoritários, situação que não se afigura ser, do ponto de vista jurídico, pacífica.

A remessa das cartas via *fax*, a última das quais com conhecimento ao Banco de Portugal, teve precisamente em vista deixar uma prova oficial demonstrável. Foi o primeiro «carimbo» a perturbar o silêncio para os efeitos que vierem a ser tidos por convenientes.

É importante insistir que sempre que se reuniram os documentos-base que sustentavam a legitimidade e a credibilidade dos potenciais adquirentes, houve o cuidado de, informalmente, os apresentar ao Banco de Portugal com o carimbo de «recepcionado» para que não dissessem que era uma carta fabricada, para se apurar se havia alguma contra-indicação, permitindo-me prosseguir as diligências com segurança e não

deixar espaço para que o grupo dos 10 pudesse invocar, a qualquer tempo, falta de credibilidade dos adquirentes.

Está amplamente documentado que um pequeno grupo de accionistas impediu a transacção do Grupo SLN nas duas oportunidades anteriormente descritas. Estão, igualmente, indiciadas as motivações que não afastam razões económicas, precipitadamente ponderadas pela predisposição mental de uma doentia atitude persecutória contra o Oliveira e Costa, que a tudo, no seu entendimento, se devia sobrepor.

Como a acção se desenrolou em circuito fechado dentro do grupo dos 10, era importante evidenciar, de entre eles, quem foram os protagonistas determinantes, mas não é prudente fazê-lo desde já. O Dr. Cadilhe, que poderia ter tido uma acção moderadora, preferiu silenciar o que sabia e, mesmo quando solicitado a intervir, optou, comodamente, por lavar as mãos como Pilatos.

Viciados nas suas lucubrações, esqueceram-se das centenas de accionistas, dos milhares de colaboradores e da realidade do País, que precisa mais de iniciativas criadoras de riqueza do que de sentimentos de vingança redutora que, neste caso, custou milhares de milhões de euros, que se queimaram numa fogueira intoxicante, criando um mar de injustiça irreparável, enquanto a justiça que buscavam tinha meios próprios para ser evidenciada e avaliada por quem tem poderes para o fazer, com a serenidade de quem já dispunha de informação e continuava a reunir elementos para fundamentar eventual acusação.

É importante esclarecer-se que tanto a solução Carlyle como a do Embaixador El-Reshid previa a negociação das acções da SLN nas condições indicadas para cada um dos casos e a aquisição autónoma do Banco Insular, que devia englobar os activos que lhe estavam associados

por financiamento e outro património não consolidado, suficiente para equilibrar o balanço do banco.

Os responsáveis por este frustrante desfecho procuram agora fazer crer que se tratou de tentativas de transacção sem intenção de as consumir. Mostraram-se-lhes provas de evidência indiscutíveis. Nem sequer quiseram fazer o teste real da transacção, nem que fosse a fingir, pois quando a viam demasiado próxima fugiram sempre ao contacto, como na Idade Média se fugia dos leprosos. A tática do silêncio, repetidamente utilizada, foi uma arma mortífera que sabiam inultrapassável por força dos estatutos da SLN.

Mas essa arma, que já não puderam desarmar, pode ter uma utilidade de sinal contrário.

Que legitimidade tem quem assim procedeu, para dizer o que quer que seja? À falta de melhor, parece terem inventado uma hipotética transacção em Julho de 2008, de que nunca se ouviu falar, mas que será adiante, julgo eu, desmascarada.

A frustrada terceira oportunidade de venda do Grupo.

Nas duas primeiras oportunidades para a venda do Grupo SLN, não se pode dizer, como referi anteriormente, sem forçar os factos indiciadores, que o Dr. Cadilhe contribuiu para o seu insucesso. Certamente que os insistentes convites que lhe foram feitos criaram-lhe uma expectativa que tocou o seu corpo de dor, gerado pela sua menos feliz passagem pela administração do BPN. Embora resistindo inicialmente aos convites, não ficou imune ao reavivar de memórias passadas, que o terão condicionado a não assumir uma atitude moderadora no diálogo com o grupo dos 10, designadamente após ter sido informado sobre o que se tinha passado nas negociações com a Carlyle.

Era o emergir de uma oportunidade profissional, inesperadamente valorizada, que senti não dever rejeitar.

É inevitável que lhe tenha sido dito que o Grupo SLN tinha problemas, mas tinha também património, que, no mínimo, equilibrava as insuficiências.

Apenas a título de exemplo, permito-me reconstituir o que se passou numa reunião que promovi, já depois de ter saído do Grupo, no Hotel Altis, com alguns conselheiros, o Sr. Emílio Catum e o Dr. Fernando Fantasia, na qual se discutiu muito o destino da OPI 92 — a tal sociedade detentora a 50% daqueles terrenos colossais no Algarve, na outra margem, em Oeiras, etc. — que queriam alocar à SLN Valor, solução a que me opus vivamente pois isso seria beneficiar uma parte dos accionistas (32%) em detrimento dos restantes 68%, ainda que uma boa parte fossem comuns.

Mas, diziam: «Há outro património e o Dr. em tempos disse que a OPI 92 era para a SLN Valor.» Lembrei que a SLN Valor não tinha dispendido um cêntimo, o contexto era diferente e não se tinha tratado de nenhuma compra. Havia uma oportunidade de negócio importante que o Sr. Catum tinha em mãos que teria de ser feito com rapidez e secretismo até à sua consumação.

Já houve alguém, nesta Comissão de Inquérito, que deu uma nota sobre o que era o projecto, portanto se era a pessoa em quem eu confiava abertamente e, por consequência, se se dizia que era muito bom é porque era muito bom mesmo. Aliás, muitas vezes, no passado, antes do 25 de Abril, os resultados do Banco Totta eram feitos por ele na parte imobiliária. Portanto, é uma pessoa com uma experiência colossal e de uma seriedade sem limites.

O negócio era, pois, inquestionavelmente bom, por isso aproveitei a oportunidade para dizer que apoiaríamos a operação se o Sr. Emídio Catum assumisse o compromisso de ceder ao Grupo 50% do negócio, pois ajudar-nos-ia a resolver uns problemas internos e que seria formalizada quando tivéssemos condições para o efeito. Era uma promessa que tinha a invulgaridade de se pretender beneficiar o Grupo sem encargos, o que lhe dava grande dignidade, e terá sido por isso mesmo e pela razão complementar invocada prontamente aceite pelo Sr. Emídio Catum.

Expressei o que o Dr. Cadilhe poderia ter feito para dar força a uma das transacções, mas não o tendo feito estava no seu direito. O facto fica registado para memória futura. Mas, repito, tinha o direito de proceder como procedeu.

O mesmo não poderei dizer relativamente ao firme propósito da Líbia em adquirir o Grupo SLN, como adiante será demonstrado, e a subtil acção desenvolvida para a desencorajar.

Para recordar e enquadrar, permito-me transcrever duas passagens das declarações do Dr. Cadilhe à Comissão de Inquérito:

«E se o Ministro das Finanças estava a pensar, não sei se estava, em algumas notícias que iam aparecendo e me chegavam por diversos lados e em diversas ocasiões em hipotéticas propostas de capitalistas árabes que poderiam comprar o Grupo SLN ou o BPN, devo dizer que essas propostas nunca se concretizaram».

E um pouco mais adiante diz:

«Depois de eu já estar em funções...» — bom, julgo que não vale a pena ler, têm isto registado. Era só para fazer referência a um ou dois pontos que estão mais adiante, mas entender-se-á perfeitamente isso,

portanto talvez não seja importante perdermos tempo a ler esta transcrição.

Embora não possa precisar muitas das peripécias que envolveram o nascer e o desenvolvimento desta terceira hipótese de venda para o Grupo, julgo conhecer os aspectos mais relevantes, designadamente os que contribuíram para a sua inviabilização final.

O início parece dever-se a uma diligência do accionista Almiro Silva, que levou a uma aproximação do grupo dos 10 ao Eng.º Omran Adham Razak, cidadão sírio, antigo conselheiro do Presidente Mitterrand para os países árabes e representante de interesses líbios em Portugal.

Os primeiros contactos foram conduzidos pelo Escritório de Advogados Pedro Rebello de Sousa & Associados, que prontamente terá chegado a um esboço de acordo de princípio, sucessivamente alterado, pois quando era necessário rubricá-lo aparecia sempre uma dúvida ou exigência complementar que justificava o seu adiamento.

Entretanto, a Operação Cabaz começou a ser largamente referenciada na imprensa e os accionistas questionaram-se quanto aos meios para poderem concorrer ao aumento de capital e ter-se-á discutido internamente o que era possível fazer-se para os apoiar. É, pois, natural que alguém tivesse questionado que, havendo um interessado em adquirir o grupo SLN, por que razão se pensava em fazer um aumento de capital que até poderia perturbar as negociações.

Sensivelmente nesta altura, segundo informação prestada pelo Sr. Eng.º Adham aos seus advogados, diligenciou no sentido de falar com o Dr. Cadilhe, que manifestou indisponibilidade para o receber. Esta recusa foi muito mal recebida pelo Eng.º Adham, que comentou, com azedume,

que nunca mais aceitaria falar com tal pessoa no caso de vir a ser solicitado para o efeito.

O Eng.º Adham, como interessado no processo, também não compreendia a iniciativa da «Operação Cabaz», sobretudo à luz do que se passava no escritório do Dr. Pedro Rebelo de Sousa & Associados.

Reconhecia-lhe, porém, o mérito de poder inspirar confiança, embora receando que o seu eventual sucesso pudesse entravar o processo negocial, que, aliás, não parou e até parecia ter-se acelerado, mas dentro da tática dos avanços e recuos, depois intermediados por intrigantes períodos de silêncio. O Eng.º Adham não sabia da tática do silêncio que eles usavam.

Do processo negocial referido no parágrafo anterior em que se aludiu a sucessivos projectos de acordo, foi-nos facultado um compromisso bilateral, que julgo estar relacionado com o acordo que o Conselheiro Coimbra fez referência nesta Comissão de Inquérito. Simplesmente, ele fez referência a uma data não coincidente e não há evidência de que tal compromisso tenha sido assinado. Ele fala em Julho e este acordo é de 10 de Agosto, salvo erro.

A dado momento, o Sr. Eng.º Adham terá concluído que estava perante um grupo que agia num quadro onde a boa-fé negocial não tinha assento e que devia, por isso mesmo, ser testada. Com esse sentido, admitiu poder adquirir acções a outros accionistas fora do grupo dos 10 e, para o efeito, através do seu tradutor, entrou em contacto com o advogado Dr. Avelino Silva, que, perante a complexidade de que prontamente se apercebeu, entrou em contacto com a Sociedade de Advogados Jurilis, ou seja, os advogados que conheciam o *dossier* e a quem pediu colaboração.

O desafio foi aceite e, em breve, o Sr. Eng.º Adham aceitou a dupla colaboração do Dr. Avelino Silva e dos advogados da Jurilis, tendo rapidamente sido definidos os princípios orientadores, redefinido um modelo de contrato e deram nota da documentação que era necessário ter para poder fazer a consulta prévia e informal junto do Banco de Portugal.

Não foi sem surpresa e talvez embaraço que o grupo dos 10 se viu de novo perante a Sociedade de Advogados Jurilis. Com sentido prático, que os caracteriza, aceitaram, de bom grado, que o Escritório de Advogados Pedro Rebelo de Sousa & Associados continuasse a trabalhar com o grupo dos 10, tendo, desde logo, combinado a forma de articulação, admitindo o Eng.º Adham que a compra de acções a outros accionistas envolvia...

Estou a ler mal. O Eng. Adham foi advertido. Quando ele disse que queria comprar acções aos outros accionistas, foi advertido de que havia o risco de ficar prisioneiro da vontade do grupo dos 10. Na verdade, as acções compradas podiam ficar sem direito a voto, enquanto a barreira dos direitos de preferência não fosse ultrapassada. Foi estudada a compra através de empresas do Grupo, às quais foi deliberado em assembleia-geral não se aplicar o mecanismo dos direitos de preferência. O pior é que esta possibilidade, que envolvia uma dupla transacção, havia, entretanto, sido também bloqueada com a nomeação de administradores para essas empresas de elementos do próprio grupo dos 10.

O Sr. Eng.º Neves dos Santos, maior accionista do Grupo, embora mantendo-se associado ao grupo dos 10, apercebeu-se que era difícil ultrapassar a questão da preferência e as obrigações assumidas no referido pacto secreto de accionistas, conseguiu estabelecer contacto



directo com o Sr. Eng.º Adham. E pediu aos seus advogados, a Sociedade Rui Pena & Associados, que o patrocinassem e minutassem um contrato, pedindo-lhes que se articularem com a Sociedade de Advogados Jurilis.

A articulação com os quatro advogados funcionou sempre sem qualquer dificuldade. Porém, o problema não estava nos advogados, mas na resistência do grupo dos 10, que teimavam em não se sentar à mesa para negociar com seriedade.

Enquanto eram congeminações as soluções acima mencionadas, o grupo dos 10 continuava a adiar a decisão sobre a transacção em bloco, com argumentos inconsistentes, como o de quererem ver o dinheiro da transacção quando a operação previa o pagamento a pronto.

Esta informação deve ter chegado à Líbia, o que levou o Sr. Ahmed Gaddafi a solicitar aos advogados da Jurilis para se deslocarem à Suíça. No dia 15 de Agosto de 2008, um advogado da Jurilis deslocou-se à Suíça onde se encontrou com dois directores do Union de Banques Suisses, na presença do Sr. Ahmed Gaddafi e do Sr. Eng.º Adham, onde lhes foi demonstrada a disponibilidade de 900 milhões de euros e exibida a procuração que dava ao Eng.º Adham poderes para comprar as acções do Grupo SLN.

Os advogados da Jurilis deram a conhecer as diligências havidas, tendo o próprio Eng.º Neves dos Santos conhecido a evidência dos fundos feita pelo Eng.º Adham, que, embora ausente em Paris a acompanhar a esposa por razões de saúde, mantinha o propósito firme de concluir as negociações.

De uma maneira ou de outra, sendo a prova de fundos um facto relevante para o grupo dos 10, essa evidência não pode ter deixado de lhes ser dada a conhecer, sendo de admitir que a tenham comunicado,

formal ou informalmente, ao Dr. Cadilhe, pois não me surpreenderia que tivesse sido ele mesmo a sugerir que obtivessem uma prova de fundos, mas depois tê-la ignorado, pois tinha em curso a chamada «Operação Cabaz».

Mas nem com esta informação o processo avançou e, entretanto, começaram a sair notícias descredibilizantes sobre o Grupo muito mais fortes.

Em 10 de Setembro, os advogados do Sr. Eng.º Neves dos Santos elaboraram um contrato, cujo texto correspondia à orientação que se havia traçado e que seria generalizado a todos os accionistas, eventualmente ao próprio grupo dos 10, mas não há evidência de que os seus advogados o tenham feito.

É mais ou menos nesta data que a ofensiva na imprensa começa a fazer-se sentir com mais acuidade, fazendo referências à crise de liquidez de 900 milhões de euros, quando, em Agosto, o excesso de liquidez era de 300 milhões. Simplesmente, os 900 milhões eram apontados não como insuficiência de liquidez, mas como aumento do buraco para os tais 900 milhões.

O Sr. Eng.º Adham falou no assunto, mas como havia também referência a insuficiências de liquidez, foi-lhe facilmente explicado que não se tratava de buraco mas, sim, de insuficiência de tesouraria em virtude de os depositantes estarem a levantar os depósitos, explicação que deu como boa.

Mas a terminar o mês de Setembro é comunicado aos advogados da Jurilis para prepararem imediatamente o requerimento formal a apresentar ao Banco de Portugal para efeitos de obter a sua não oposição

à compra do Grupo SLN por entidades líbias, tendo-lhe sido fornecidos os elementos que eram indispensáveis para tal efeito.

Em 2 de Outubro, o requerimento deu entrada no Banco de Portugal, conforme prova que se apresenta aos Srs. Deputados.

Poucos dias depois, os advogados da Jurilis recebem uma comunicação formal com a indicação dos investidores e respectivas percentagens, que, em síntese, estabelecia o seguinte: a LAIP (Libya Africa Investment Portfolio) (que é um instituto de investimento da Líbia), o Sr. Ahmed Kadafi (AK) e o Sr. Omran Adham (OA) decidiram adquirir uma participação qualificada no Grupo SLN; este grupo de investidores adquiriria mais de 51% do respectivo capital, podendo elevar-se até 80%; a oferta de compra será de 2 € por acção da SLN e 1,80 € da Valor; a LAIP seria o accionista maioritário e asseguraria a continuidade do Grupo, aportando os capitais necessários para o seu bom funcionamento; os investidores tratariam junto do Banco de Portugal a escolha de uma administração para o banco, que seria submetida ao seu prévio acordo.

Com a equipe do Dr. Cadilhe a trabalhar activamente na preparação do plano de revitalização do BPN para apresentar ao Governo, esta proposta era o pior que lhe podia acontecer.

Para quem tem a experiência a lidar com a imprensa não lhe é difícil deixar cair notícias, que, a partir de uma base de verdade, podem facilmente ser distorcidas.

Isso aconteceu com notícias descredibilizantes para o Grupo SLN, que aceleraram o levantamento de depósitos, independentemente da crise internacional.

Entretanto, é anunciado que o BPN precisa de reforçar o apoio de que vinha a beneficiar, pois a insuficiência de liquidez elevava-se para

1300 milhões, apresentado em alguma imprensa como aumento do buraco.

O Sr. Eng.º Adham começou a manifestar inquietação e disse mesmo: «Afinal, onde é que isto vai parar?!» Foi-lhe explicado novamente que havia uma estratégia intencional de confundir insuficiência de liquidez com buracos para criar embaraço no processo negocial, que sabíamos estar em curso.

Repetindo-me, pelo que foi dito nesta Comissão de Inquérito, parece que o Dr. Cadilhe terá tido um papel muito negativo, que não se imaginava, como indutor do boicote à transacção que o grupo dos 10 conduziu perante os dois primeiros interessados. No caso da Líbia, ela é muito mais evidente, mais subtil, pois utiliza a imprensa para veicular notícias negativas sobre o Grupo, sobretudo a partir do final de Agosto de 2008, precisamente depois de a Líbia, através de altos representantes do Estado, ter evidenciado disponibilidades líquidas na Suíça e dado mandato firme ao seu representante para desencadear a aquisição da SLN, e mais se acelerou quando começou a ser conhecido que a LAIP tinha feito depósitos de milhares de milhões de euros numa instituição de crédito portuguesa.

«Desestabilizar» deveria ser a palavra de ordem dentro do Grupo, para evitar, a todo o custo, que a transacção se concretizasse. Venceram! Mas como Pirro, se conhecessem a sua história, diriam: «A nossa vitória é tão má ou pior do que uma derrota».

Posso fazer uma pausa, porque estou a ficar muito irritado?

A Sr.ª Presidente: — Sim, Sr. Dr. Com certeza.

Srs. Deputados, vamos aguardar alguns momentos para o Sr. Dr. ir lá fora.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estamos em condições de retomar.

Se não forem respeitadas as minhas instruções no sentido de este espaço deixar de ser violado, com muita pena minha mandarei retirar os elementos dos órgãos de comunicação social da sala.

Portanto, agradecia-vos que cumprissem as regras que estão determinadas.

Tem a palavra o Sr. Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sobre esta parte da Líbia, não darei mais sequência, embora tenha mais elementos, mas não estão ainda suficientemente seguros deles, porque era interessante conhecer o remate final desta situação que foi, de facto, uma pena não ter ocorrido.

Vou, agora, entrar nas declarações do Sr. Dr. Dias Loureiro à Comissão de Inquérito.

As respostas dadas pelo Sr. Dr. Dias Loureiro aos Srs. Deputados nesta Comissão de Inquérito, respostas que, em título, designei por «Declarações» por ter verificado que elas correspondiam melhor ao modelo que o Sr. Dr. Dias Loureiro tinha idealizado ser o seu papel como administrador da SLN, modelo influenciado por uma significativa componente egóica, amplamente exemplificada nas explicações que foi dando, e utilizada para se desviar do cerne das questões que lhe permitia ensaiar grandes economias sobre a verdade factual. Mas este objectivo

foi, a meu ver, amplamente frustrado pelos Srs. Deputados, que, com as suas argutas perguntas, conjugadas com uma criteriosa exploração do contraditório proporcionado pelas questões postas a outros inquiridos, permitiram chegar a conclusões definitivas.

Espero poder, apesar de tudo, dar um contributo positivo às dúvidas que subsistam, quer directamente quer respondendo, com objectividade e simplicidade, às questões que os Srs. Deputados entendam dever fazer, embora condicionado, pois há questões que, muito provavelmente, terei de silenciar por poderem colidir com o segredo de justiça, a que estou obrigado por força do Inquérito que corre termos no Ministério Público.

O encontro do Sr. Dr. Dias Loureiro com o Vice-Governador do Banco de Portugal Dr. António Marta.

Foram referidas, nesta Comissão de Inquérito, duas versões sobre o encontro do Sr. Dr. António Marta, na qualidade de Vice-Governador do Banco de Portugal, com o Sr. Dr. Dias Loureiro, a pedido deste, que sublinhou, quando conveniente, ter sido um encontro a dois.

Contudo, o Dr. Dias Loureiro, logo que regressou do Banco de Portugal, procurou-me para dizer que, conforme me tinha informado, acabara de falar com o Sr. Dr. António Marta e que, em síntese, se tinha passado o seguinte: tinha-lhe feito sentir que a supervisão estava constantemente a questionar o BPN, mas que ele repudiara a queixa, dizendo que o Banco de Portugal estava activo em todos os bancos. Quando muito, parece ter admitido, que sendo o BPN um banco pequeno, seria mais fácil aprofundar os trabalhos. De qualquer modo, o modelo de intervenção da supervisão era universal, mas com maior incidência nas

áreas que a análise interna, que, por sistema, era feita, recomendasse maior atenção.

Julgo que os Srs. Deputados já estavam cientes da verdade. O meu contributo é modesto, mas reforça o entendimento de que a verdade está com o Dr. António Marta. Mas o Dr. Dias Loureiro pode ter atenuantes, pois, ao suportar a sua versão numa descarada deslealdade, que estilhaça as 10 ou 11 vezes em que enaltece as minhas qualidades, referenciadas por vezes em contextos contraditórios com esses valores pessoais, deixa pairar a ideia de que, de facto, não eram palavras suas, eram como que impulsos incontrolláveis egóicos que, como ensina Eckhar Tolle, resultam da disfunção do processo de evolução da natureza, assente na inconsciência do ego. Há aqui uma problemática do ego que influencia dramaticamente o comportamento das pessoas e, em particular, da pessoa em causa.

Aquisição da Plêiade.

Ao que foi dito sobre o processo de aquisição da Plêiade julgo útil contribuir com algumas precisões.

Durante 2000, o Dr. Dias Loureiro pediu-me, por duas vezes, para o receber. Dei pronto seguimento às suas solicitações e de ambas as vezes perguntou-me se o Grupo SLN estaria disponível para tomar uma posição na Plêiade. Ensaiei descrever-me o que era o grupo Plêiade, mas da primeira vez não mostrei receptividade.

Na segunda vez descreveu-me detalhadamente os negócios do grupo e deu grande destaque ao negócio de Marrocos, que ele, com a excelência dos contactos que tinha junto do Rei de Marrocos e seus principais colaboradores, tinha conseguido. Era um negócio, dizia, de grande futuro.

Voltei a dizer-lhe que não tinha condições e ele também acrescentou que era apenas uma sondagem a título pessoal, pois nada tinha dito ao Dr. José Roquete. Por aquilo que disse na Comissão de Inquérito, não é bem assim, porque ele terá falado em Janeiro/Fevereiro ou Fevereiro/Março, e estas conversas tiveram lugar depois dessa data.

Na terceira abordagem já era público que a SLN ia proceder a um significativo aumento de capital. Nessa abordagem disse-lhe que, no caso da SLN tomar uma posição, teria de ser maioritária, o que não significava 100%. Na sequência deste contacto, marcou-se um encontro – foi um almoço nas instalações da Plêiade –, com a presença do Dr. José Roquete, onde se falou do que estava à venda, que não incluía a área das vinhas, mas incluía o negócio do algodão em Moçambique.

Disse-lhe que era uma pena não incluir as vinhas, mas que o algodão de modo algum nos poderia interessar. Foi-me facultada documentação. Também disse ao Dr. Dias Loureiro que teria de ponderar se lhe interessava ser administrador da SLN, pois, conhecendo os negócios e tendo relações privilegiadas com Marrocos, seria difícil dar-lhe continuidade sem a sua presença.

Nos contactos em privado com o Dr. Dias Loureiro nunca lhe foi prometido o lugar de vice-presidente do Grupo, que, aliás, é uma figura intencionalmente não contemplada nos Estatutos da SLN. Também não tomei qualquer compromisso para admitir quem quer que fosse. Aliás, se o Dr. Dias Loureiro me tivesse dito — e foi pena que não o tenha feito — que queria formar a sua equipa dentro do Grupo SLN, o negócio não teria ocorrido. Admitir a entrada de alguém para um Grupo com a faculdade de formar a sua equipa teria um efeito dramático na coesão da própria organização e deixaria em maus lençóis o seu presidente.



Logo após a sua entrada como Administrador da SLN, o Dr. Dias Loureiro propôs-me que fossem admitidos os Dr. Daniel Sanches e o Dr. Lencastre Bernardo, os quais, pelas suas qualidades técnicas e humanas, seriam um excelente reforço para um Grupo carenciado de bons quadros. O Dr. Lencastre Bernardo ocuparia o lugar do seu assessor e para o Dr. Daniel Sanches advogou que poderia ser o Director dos Serviços Jurídicos.

Disse-lhe que concordava com as admissões, mas, quanto ao lugar que propunha para o Dr. Daniel Sanches, não poderia ser, uma vez que esse lugar estava preenchido, e bem, pelo Dr. Armando Pinto, profundo conhecedor de todas as particularidades que caracterizam a actividade bancária.

Embora o Dr. Dias Loureiro tivesse dito à Comissão de Inquérito que a função era para *Controller*, deve ter sido lapso decorrente, eventualmente, de não saber que o pelouro de controlo do Grupo pertencia ao Dr. Luís Caprichoso, e, portanto, a função de *Controller* teria de ser apreciada em conjunto com ele.

O ambiente de hostilidade de que o Dr. Dias Loureiro se queixa.

O Dr. Dias Loureiro queixa-se do ambiente de hostilidade que sentiu quando entrou no Grupo e liga essa animosidade à questão do negócio de Marrocos, por isso centrou todas as suas declarações e respostas em ordem a sustentar essa tese.

Para melhor enquadrar os factos, é conveniente esclarecer que a organização do Grupo assentava em *sub-holdings* especializadas por áreas de negócios, correspondendo, assim, ao princípio teórico da especialização, que a eficácia e a economia de meios exigem, para permitir agregar competências específicas.

Ora, ao Dr. Dias Loureiro foram-lhe atribuídas, logo de início, a Plêiade, a Saúde e as Novas Tecnologias, cuja *sub-holding* estava ainda em preparação. A história de uns tempinhos nos cimentos, ao tempo, uma mera comercialização de cimento importado, é pura imaginação... Soube, recentemente, que, em tempos, quis fazer uma visita às instalações de cimento em Aveiro, mas foi-lhe negada, recusa que considero insólita, pois, sendo um administrador da SLN, não lhe podia ser negado essa visita, mas a verdade é que nunca ninguém me reportou essa recusa. Eu soube-o agora, porque perguntei se, efectivamente, tinha feito algum trabalho lá nessa área. Eu não me lembrava que isso tivesse acontecido e foi apenas para me certificar se tinha havido alguma coisa. Mas, como diz que falou com o Eng.º Sousa Gomes, talvez a tentativa de visita não tenha sido, de facto, inocente. E algumas coisas que ele disse terão sido conversas que teve com o Eng.º Sousa Gomes sobre as condições que haveria em Portugal para um terceiro operador.

Portanto, teve, logo à partida, um amplo campo de intervenção onde podia revelar o seu talento de gestor e organizador. Deveria reunir com regularidade com os gestores das empresas integradas nas *sub-holdings*, constituídas ou a constituir, auscultar como decorriam os negócios de cada uma, potenciar o *cross selling*, estimular a criatividade e o entusiasmo, identificar fragilidades e propor soluções, criando, quando fosse caso disso, grupos de trabalho para dar expressão prática às boas ideias.

Paradoxalmente, em breve estava eu a receber queixas de que as reuniões começavam com ele, mas acabavam, com inusitada frequência, com o Dr. Lencastre Bernardo. Ninguém punha em causa o Dr. Lencastre Bernardo, que tem sempre uma presença cativante e rapidamente

conquista a simpatia das pessoas; o que estava em causa era o princípio de um administrador a quem se tinham dado excelentes oportunidades para vincar o seu valor, fazendo perguntas eventualmente incómodas sobre o modo como funcionavam as empresas, para criar espaço para a mudança, evidenciar conhecimentos, etc., enfim, para corrigir aquilo que agora diz que estava mal, pretendendo agora ter-me dito vezes sem conta que tinha de corrigir a minha maneira de dirigir o Grupo.

Mas, em lugar de assim proceder, dando o exemplo daquilo que entendia serem as boas práticas, começou logo a desbaratar o seu tempo e o dos outros, privilegiando uma presença sobranceira e desmotivadora, que nem sempre foi interpretada com benevolência por parte dos colaboradores. Aliás, as queixas que me eram dirigidas são disso o melhor testemunho e deixavam-me extremamente embaraçado, pois não podia desautorizar um administrador, ainda por cima recém entrado.

Para ganhar tempo e talvez com excesso de voluntarismo, dava, por vezes, orientações específicas, abrindo a porta, sem disso ter tomado a devida consciência, para me acusarem de centralizador compulsivo. A natureza cáustica dos comentários que lhe faziam foram sendo corrigidos e requalificados como uma síndrome de frustração, à medida que a imprensa insistia em atribuir ao Dr. Dias Loureiro a função de administrador do BPN.

Cheguei a chamar-lhe a atenção que tais referências não o beneficiavam, mas ele respondeu-me: «O que é que quer que eu faça? Os jornalistas têm a mania de me ligar ao BPN, ninguém sabe o que é a SLN, mas sabem o que é o BPN, e, como estou no Grupo, confundem tudo!...».

Julgo que a situação não era assim tão inocente, pois, em certos círculos, terá chegado mesmo a intitular-se presidente do BPN. Não estou

a contar uma história especial, pois fui directamente confrontado com a situação e o Dr. Dias Loureiro sabe, pois na conversa que há pouco reproduzi disse-lhe mesmo o que se tinha passado. Só não poderei confirmar uma conversa que lhe é atribuída, de que tomei conhecimento no final de 2002, em que terá dito a uma figura pública conhecida, quando entrou no Grupo, que, dentro de seis meses, seria o seu presidente. Como, depois, terá sido confrontado com o insucesso da sua previsão, teve de responder que o Oliveira Costa era muito centralizador e, por isso, não lhe deixava espaço para se impor.

É para mim penoso, penoso mesmo, ter de fazer estas revelações, mas não as posso silenciar devido ao facto de o Dr. Dias Loureiro pretender atribuir ao negócio de Marrocos a antipatia que sentia ter-se gerado à sua volta dentro do Grupo e que, por isso, decidira propor que se vendesse a Redal.

A antipatia era real, de facto, e transversal, mas as raízes eram outras, como procurei evidenciar nos seus aspectos mais salientes. A ênfase dada ao negócio de Marrocos foi um desvio estratégico de conveniência, que só entendi quando era demasiado tarde.

A venda da Redal e a aquisição da Biometrics.

O negócio de Marrocos foi, durante muito tempo, considerado pelo Dr. Dias Loureiro como uma grande mais-valia para o Grupo. É certo que, com a morte do Rei de Marrocos e com a perda dos contactos privilegiados que dizia ter, a sua posição terá ficado fragilizada. Mas a febre de venda só surgiu quando apareceu em cena um tal El-Assir. A partir daí, tudo o que era bom passou a ser um risco que deveríamos cortar quanto antes, para ainda se poderem fazer algumas mais-valias.

Perante os dados de que dispunha e que eram carreados por ele (inclusivamente, foi nessa altura que tomei conhecimento das dificuldades com os directores-gerais em exercício na Redal, cuja natureza nunca me foi revelada e a questão do problema com as negociações das tarifas de saneamento, etc.), acreditei sem questionar a sua fundamentação por não ter meios para a testar e não querer utilizar outras vias por recear que, a ser tudo verdade, qualquer averiguação complementar ou paralela poderia agravar a situação.

Não tenho informações para confirmar a versão dada pelo Sr. Dr. Dias Loureiro sobre o modo como conheceu o Sr. El-Assir. O que posso dizer é que algum tempo depois de me ter sido apresentado como um homem de negócios muito bem relacionado com importantes personalidades políticas e empresariais de expressão mundial é que surge como o homem forte, capaz de conduzir com sucesso a eventual venda da Redal, não só pelas relações directas que tinha com a alta direcção da multinacional Vivendi mas também pelo conhecimento de todos os meandros políticos de Marrocos, onde se movimentava com toda a facilidade.

Para o que era muito bom e se transformou, repentinamente, num negócio de alto risco — tese sustentada nas alterações das circunstâncias efectivamente ocorridas —, encontrar tão prontamente uma solução era verdadeiramente um achado que deveríamos acarinhar. Acreditei sem reservas.

Com a naturalidade de quem é activo nos negócios, algum tempo depois disse-me que o Sr. El-Assir gostaria de falar comigo, pois queria apresentar-me um excelente negócio na área das tecnologias. O sócio e técnico da empresa era o Sr. Hector Hoyos e era dado destaque a uma

máquina de digitalização de cheques e outros documentos designada por Cyclops... Bom, sou sempre um bocadinho supersticioso e, há dias, vi um programa sobre o Cyclops, que é um cargueiro muito especial que há 50 ou 60 anos desapareceu na Triângulo das Bermudas; na altura, se soubesse e visse que a máquina se chamava Cyclops, ia perguntar porquê e talvez arranjasse um pretexto para não fazer o negócio, porque acho esta situação estranha, mas...

Como estava a dizer a tal máquina, a Cyclops concorrente dos produtos da Seac Banche, aparentemente mais simples, mais versátil e mais barata. Disse, na ocasião, que isso teria de ser apreciado pelo Sr. Carlos Gonçalves, Presidente da Datacomp e da Seac Banche, hábil negociador e muito experiente, com conhecimentos profundos precisamente naquele tipo de máquinas.

Não tenho presente, mas é muito provável que tenha feito um telefonema ao Sr. Carlos Gonçalves para o pôr de sobreaviso de que, se o Dr. Dias Loureiro não o tivesse ainda informado, iria ser contactado pelo Sr. El-Assir e/ou Hector Hoyos para lhe falarem de uma máquina concorrente da digitalizadora de cheques da Seac Banche.

Em resultado desse telefonema, ou de comunicação recebida por outra via, o certo é que nos encontramos depois no meu gabinete para falar do assunto.

Na altura, disse-lhe que, a ser verdade aquilo que me tinham dito e se a consistência técnica da máquina correspondesse às referências feitas, poderíamos estar perante um sério concorrente. Havia que ponderar se era um produto verdadeiramente concorrente ou se estava mais adaptado ao mercado americano, uma vez que no mercado americano usam muito o A4, nomeadamente para facturas, o que na altura não era possível fazer

aqui com os ATM. Hoje, é possível fazer por outros meios, mas fazia esse trabalho de uma maneira aparentemente eficiente.

No primeiro contacto que o Sr. Carlos Gonçalves teve com o produto, na deslocação a Porto Rico, notei-lhe entusiasmo, mas não exuberância, e se inicialmente admitia poder fazer o negócio através da Datacomp, depois daquela viagem e de ter reflectido com mais profundidade, concluiu que, a fazer-se o negócio, deveria ser através da *holding*, pois, além do importante valor do investimento a fazer, entendia que o produto era mais adequado ao mercado americano. Se houvesse acordo, a coordenação deveria ser feita pela *holding*, transmutando a eventual concorrência numa vantagem comercial.

Foi ainda nessa deslocação a Porto Rico que nos foram presentes as máquinas designadas I<sup>2</sup>TM ou ITM, com valências mais avançadas que as ATM de então, e tinham já um conjunto de máquinas a funcionar no Banco Popular de Porto Rico.

A apreciação técnica foi depois feita pelo Dr. Jordão, entretanto admitido para a administração da área tecnológica, que, em abono da verdade, nunca manifestou grande entusiasmo, questionando as soluções técnicas em parte esclarecidas numa reunião que teve lugar em Lisboa. Reunião que julgo ter sido da iniciativa de El-Assir, numa tentativa de esclarecer as dúvidas que o Dr. Jordão tinha levantado numa reunião anterior mais restrita, com a presença de El-Assir. Esta reunião com os especialistas, que julgava serem independentes e não colaboradores da Biometrics, já foi objecto de detalhados esclarecimentos nesta Comissão de Inquérito.

Quanto à posição do Sr. Dr. Jordão, é certo que ele manteve sempre dúvidas sobre o projecto, mas, de facto, nunca o fez com o vigor que

manifestou perante os Srs. Deputados. Não estou a fazer uma crítica, julgo que o temperamento dele o levava a ter este tipo de relacionamento para com os superiores hierárquicos.

Admito que o Sr. Dr. Jordão não quisesse ter sido explícito, por exemplo (e isto mostra uma faceta da sua maneira de ser), perante os Srs. Deputados, quando por duas ou três vezes aludiu à eventualidade de poder haver outros negócios associados ao projecto de Porto Rico, por razões aparentemente óbvias, pois ele sabia perfeitamente de que operação se tratava.

Aliás, na manhã seguinte à reunião técnica antes referenciada, chamei-o ao meu gabinete para falarmos sobre o assunto, conversa que decorreu sensivelmente nos seguintes termos: «Dr. Jordão, já sei que a reunião de ontem foi muito incómoda para si e, se as explicações técnicas aliviaram algumas das suas dúvidas, não as excluíram por completo, por isso manteve firmeza. Eu também não estou confortado com este negócio, mas ontem à noite o Dr. Dias Loureiro telefonou-me a dizer que o El-Assir tinha assumido uma posição radical: ou a compra da Biometrics ia para a frente ou desligava-se do apoio que estava a dar ao Grupo para vender a Redal.

Quando regressasse a Madrid a primeira coisa que fazia era avisar os seus amigos da Vivendi e de Marrocos que se tinha desligado do negócio.

O Dr. Dias Loureiro sugeriu que era melhor eu ir a Cascais falar com ele, o que fiz chegando a Cascais pouco depois das 11 horas da noite, com os dois à minha espera. Depois de muitos argumentos, a posição de El-Assir não se alterou.



O Dr. Dias Loureiro, por sua vez, dizia — já depois da reunião — que a venda da Redal era uma inevitabilidade, pois além de se perder a oportunidade de fazer mais-valias, a continuação no projecto envolvia o financiamento de milhares de milhões de euros e ele agora já não tinha os apoios das autoridades de Marrocos. Será — destacou — que as — insuficiências técnicas não poderão ser superadas e salvamos as duas situações?»

O Sr. Dr. Jordão ouviu atentamente e, com a sua maneira delicada de dizer as coisas, reconheceu ser uma decisão difícil, mas ele, conhecendo apenas uma parte do problema não podia em consciência compartilhar o risco, flexibilizando a sua posição. Só o Sr. Presidente o poderá fazer. De facto, não me opus ao negócio. O contrato terá sido assinado no dia seguinte à discussão técnica.

Até acho isso estranho, mas julgo não ser difícil de se reconhecer, por quem estiver de boa-fé, que o fiz coagido pelas circunstâncias, embora com a esperança de que havíamos de ser capazes de afinar e melhorar a *performance* das máquinas, que já estavam licenciadas no mercado, em Porto Rico, ainda que tivéssemos de reformular o ambicioso plano de vendas previsto na avaliação que o Banco Efisa havia feito à empresa, tornando-o mais realista e ajustado à evolução técnica que era preciso levar a efeito nas máquinas, mas sem prejudicar o equilíbrio de exploração da empresa.

A contabilização da aquisição da Biometrics e o IPO.

Foi afirmado, várias vezes, que eu tinha ficado entusiasmado com as máquinas, especialmente com a ITM, a ponto de fazer referências eufóricas. Para dar credibilidade a essa imaginada euforia foi dito: «O Dr. Oliveira Costa estava sobretudo fascinado com a ITM. Ele sempre quis

fazer uma rede de cartões autónoma e fez, como sabem; sempre quis ter uma rede de pagamento autónoma, e, pelo menos em parte teve.».

Ora, em 2001, estava longe de imaginar sequer que iria criar condições técnicas para poder intervir na emissão de cartões. Isso aconteceu quase por acaso, em 2004, quando o Dr. Gaspar Pires me disse que o Dr. Avelino, que trabalhava na organização da EDP (Caso Edinfor), que ele chefiava e que estava em curso de ser vendida aos ingleses, tinha desenvolvido uma tecnologia de vanguarda para cartões com *chip*, extremamente eficiente e barata, já certificada pela VISA, através das instalações do sistema em Moçambique.

Esse, sim, foi um projecto secreto, pois sabia que caso o discutisse internamente antes de serem criadas as condições técnicas para poder dar início ao processo de certificação a SIBS tomaria conhecimento e tudo faria para o abortar, porque, de facto, era uma solução técnica absolutamente invulgar. Nunca imaginaria que seria capaz de substituir a SIBS fosse no que fosse. Sabia que havia um investimento de dezenas ou centenas de milhões de euros para fazer aquilo tudo, quando se fazia aquilo tudo com centenas de milhares de euros.

De facto, era uma solução espantosa. Fiquei perplexo quando falei com o Dr. Avelino e ele me explicou — não é que eu seja técnico, mas tenho sempre algum conhecimento destas coisas — a detalhe o porquê de ser barato.

Ainda por cima, além dos meios que utilizava, era modular: cada módulo, quando chegava a 60% da sua utilização, metia mais um módulo e acrescentava a potência, portanto graduando o crescimento da máquina, de retaguarda, em função do desenvolvimento do próprio projecto. Era, de facto, uma coisa absolutamente invulgar e, essa sim,

fascinou-me e produziu os efeitos de que não deixo de dar nota mais adiante.

Foi um projecto surpreendente, ousado, nascido muito mais tarde do que a data pretendida pelo Dr. Dias Loureiro.

Foi um projecto de que me orgulho, pois veio pôr ordem ao abuso das comissões elevadíssimas que se cobravam aos comerciantes. Centenas de milhar de agentes económicos beneficiaram da iniciativa do BPN ao quebrar um monopólio de dezenas de anos.

Foi um avanço enorme na tecnologia dos cartões de que o BPN passou a beneficiar, e só não foi muito mais longe porque a Autoridade da Concorrência, presidida pelo Prof. Abel Mateus, em lugar de nos apoiar tudo fez para proteger a SIBS.

Não obstante as exposições e a queixa oficial, nunca consegui que as regras da concorrência fossem efectivamente transparentes. E o processo de queixa, ou as reclamações, só mexeu um pouquinho quando, tendo encontrado o Prof. Abel Mateus numa cerimónia pública, o ameacei de que teria de pôr o problema a Bruxelas. Ameaça que não cumpri por não querer pôr em causa, perante Bruxelas, uma entidade de controlo portuguesa.

Apeteceu-me muito, cheguei a ter uma exposição preparada e até uma pessoa para entregar, em mão, uma cópia à senhora que tinha a parte da concorrência, mas devido a esta maneira de ser de nunca pôr em causa os portugueses não o fiz.

As centenas de milhões de euros, que, agora, em termos acumulados, serão milhares de milhões, é o benefício que se eternizará para os portugueses.

Mesmo que a iniciativa do BPN caia, se é que já não caiu, nem tudo se perdeu, pois ninguém terá coragem de voltar às comissões do passado, embora já se comece a falar que é preciso melhorar as taxas. A única vítima está aqui à vossa frente.

Certamente confundi – e refiro-me ao Dias Loureiro – o entusiasmo que habitualmente procuro injectar na acção e no trabalho, que assenta em três princípios, aceitação, satisfação e entusiasmo, para que cada um perceba onde pode ir buscar a auto-motivação.

Rejeito, pois, vigorosamente tais referências de entusiasmo eufórico, pois seria de uma imprudência gratuita e altamente prejudicial para os interesses que me competia proteger. Elogiar uma coisa que nos propúnhamos adquirir, significava estar a valorizar activos que ainda estávamos a negociar. Não tem lógica, nem faz parte do meu normal comportamento.

As confusões contabilísticas associadas à aquisição da Biometrics fazem parte da montagem descredibilizante. A hipótese de ser a Datacomp a adquirir o projecto foi uma abordagem fugaz, prontamente abandonada. Teria lógica ser a SLN Novas Tecnologias a adquirir, mas também foi preterida uma vez que tínhamos disponível um fundo de capital de risco, precisamente o Excellence Assets Fund, muito mais apropriado, sobretudo quando o Dr. Jordão manifestou as suas dúvidas, designadamente quando qualificou o projecto como um *start-up*.

Um fundo de capital de risco é muito mais flexível, porque, inclusivamente, pode acolher outros projectos, fazendo um *mix* de participações, em que o insucesso de uns pode ser coberto pelo sucesso de outros. Infelizmente, o insucesso da Biometrics começou a revelar-se em poucas semanas, o que tornou praticamente impossível colocar outros

projectos, por não ser viável apresentar relatórios que confortassem e sustentassem uma oferta junto dos clientes, que deve ser acompanhada, obrigatoriamente, do parecer de auditores especializados neste tipo de análise.

Se não me enganei a contar, o Dr. Dias Loureiro afirmou ter-me questionado 11 vezes sobre a contabilização da compra da Biometrics nas contas da SLN – aliás, numa das vezes até diz que lhe pedi para aguardar 2 horas para ir buscar uns papéis e depois, afirma ele, e eu mostrava-lhe tudo –, pois tinha de assinar as contas e queria saber o que estava a assinar. A pergunta nunca foi feita e se o tivesse sido mandá-lo-ia falar com o Dr. Coutinho Rebelo para lhe mostrar os relatórios do Excellence Assets Fund.

Pelos vistos, confiou que uma conversa a dois, se dúvidas houvesse, era palavra contra palavra.

O pior, para a lógica do seu raciocínio, é que a contabilização estava feita, desde o início, no Excellence Assets Fund, que não é um veículo secreto mas um fundo de capital de risco do Grupo e, como unidade jurídica autónoma, não sujeita ao processo de consolidação, não estava nem podia estar no consolidado do Grupo mas era auditado e objecto de relatórios públicos.

O mais certo é nunca me ter falado no assunto, pois ter-lhe-ia dado a resposta acima que, por ser tão simples, não se esquece.

Na questão do IPO, sobre a qual também me terá questionado, ou falado 9 vezes nas respostas que deu aos Srs. Deputados, a história, com as devidas adaptações, é idêntica.

De facto, falei no IPO, apresentando-o como uma hipótese ideal, pois já tínhamos uma base nas novas tecnologias, que tem, na I2S -

Informática Sistemas e Serviços, SA, uma empresa de referência na produção e manutenção de *software* para a indústria seguradora, onde julgo ter uma quota de 80% do mercado. Se o negócio de Porto Rico tivesse sucesso, criaríamos massa crítica que justificaria ensaiar um IPO.

É bom, porém, lembrar que, a fazer-se uma *initial public offer*, teríamos de estar cientes do grau de exigência que lhe está associado. É normalmente conduzido por um banco de investimento e, no caso das novas tecnologias, deve ser um banco de expressão internacional que «passa a pente fino» o potencial de todos os activos, a sua certificação, patentes existentes, etc., e pode excluir activos que não se ajustem à coerência do negócio principal. Por esta última razão, nunca poderia ter falado em requerer ao Sr. Ministro das Finanças o que quer que fosse. Não obstante, julgo que também terá falado nisto meia dúzia de vezes.

Se falei com o Dr. Dias Loureiro sobre o IPO, e admito que sim, só pode ter sido no quadro acima sintetizado e, dada a evolução da Biometrics, não teria sentido voltar a falar no IPO. Era falar sobre uma «ferida» que continuava a «sangrar» e que ele, mais do que ninguém, queria ignorar para poder invocar que o tempo desvanece a memória. Ao invocar o IPO, que o ego fez emergir, caiu nas malhas das tropelias do próprio ego, que é esperto, mas, na ânsia de sempre ganhar, perde lucidez. É verdade.

Em relação aos potenciais participantes no capital da SLN, Kuwait Investment Office (KIO), apesar da indiferença dos Srs. Deputados sobre o hipotético investimento do KIO na SLN, foi referenciado pelo menos oito vezes mas nunca foi associado, pelo menos que me tivesse apercebido, o nome do Sr. El-Assir.

Na verdade, na primeira deslocação ao Kuwait, eu fazia parte da comitiva que era liderada pelo Sr. El-Assir. Tivemos um acolhimento social muito simpático e até fizeram questão de me dispensar de tirar os sapatos, num convívio que, à noite, nos foi proporcionado, solicitude que não aceitei, pois sentir-me-ia deslocado se andasse de sapatos e todos os outros em meias.

Na manhã de sábado ou domingo — não estou certo do dia —, estivemos num palacete de muita qualidade. E bem ao fim da manhã deslocámo-nos àquilo que julgo ser a sede do KIO, lá do instituto, para fazer a apresentação do Grupo SLN.

Apresentámos a documentação, o Sr. El-Assir teceu elogiosas referências ao Grupo, o Dr. Dias Loureiro falou do nosso grande potencial e eu dei nota das principais áreas onde estávamos envolvidos.

O chefe da delegação kuwaitiana fez uma ou outra pergunta que agora não recordo e descreveu quais eram os procedimentos do KIO nas aquisições, onde intervinham diversas instâncias para preparar relatórios que eram, depois, submetidos a consultores, e que nunca era dispensada uma cuidadosa *due diligence*. Iriam trabalhar com base na documentação dispensada e depois falariam com o Sr. El-Assir.

A convicção que me ficou, e que o tempo confirmou, foi a de que estávamos perante uma encenação para mostrar que o Sr. El-Assir era uma pessoa muito influente no Kuwait, pois não me recordo de me terem deixado, ao menos, um cartão pessoal, para registar quem tinham sido os interlocutores.

Julgo que o Dr. Dias Loureiro voltou mais tarde ao Kuwait, na companhia do Sr. El-Assir, mas nunca me apresentou um único papel a

confirmar o interesse sobre o que quer que fosse. É muito pouco para tanta referência.

Relativamente à Caixa da Galicia, o Sr. Dr. Dias Loureiro manifestou sempre uma particular atracção pelos espanhóis e cedo me começou a falar de uma parceria com a Caixa da Galicia.

Um dia, que não recordo — e, como disse há pouco, não tenho um único documento para me socorrer e poder precisar datas e nomes —, deslocámo-nos à Corunha para falar com o Director da Caixa da Galicia sobre a tão desejada parceria, advogada pelo Dr. Dias Loureiro.

Em boa verdade, não seria uma parceria mas, sim, uma eventual participação da Caixa da Galicia no BPN. Foi esclarecido que, sem prejuízo da cooperação entre as duas instituições, uma participação efectiva no capital só se tornaria viável com a cotação em bolsa do BPN, uma vez que era essa a expectativa e firme propósito dos accionistas.

Como a Caixa da Galicia tinha uma filial em Portugal, agilizar a cooperação não seria de fácil execução e a participação directa na SLN, embora não excluída, tinha de ser objecto de discussão interna pelos órgãos competentes que julgo serem comuns à estrutura orgânica das Caixas de Aforro.

O assunto não se deu por encerrado e o Dr. Dias Loureiro ficou de acompanhar o processo mas nunca me apresentou qualquer documento de progresso que pudesse apresentar a conselho. Mesmo assim, o Sr. Dr. Dias Loureiro lembrou... Já nem interessa falar nisto muitas vezes.

Na área da saúde, o Sr. Dr. Dias Loureiro dá muito destaque às mudanças que queria fazer na área da saúde, mediante associação a um bom *player* do sector, e a esse propósito falou no John Hopkins e no Hospital La Rivera.



É útil esclarecer-se que nunca me manifestei contra uma parceria na saúde com entidades de relevo, preferencialmente estrangeiras. Aliás, fui pioneiro, neste aspecto, porque, ainda antes da entrada do Dr. Dias Loureiro no Grupo, quando estava a pensar criar uma rede de lares de terceira idade, disse ao Dr. Delfim Rodrigues que o melhor era contactar alguma entidade estrangeira que tivesse conhecimentos profundos e *know how* na matéria para ver se valia ou não a pena.

Ele contactou a BUPPA, que é um grande operador neste domínio, com presença em quase todos os países da Europa, que, depois de andar por cá uns meses e com muita informação que o Dr. Delfim Rodrigues lhe preparou, chegou à conclusão de que nós não tínhamos condições para fazer uma cadeia de lares no estilo que eles entendem, porque, embora houvesse muitos concorrentes para esse efeito, não tinham os meios financeiros adequados para suportar os preços que tornassem rentável essa exploração.

O Dr. Delfim Rodrigues, no princípio, até disse que eles, agora, com tanta informação, iriam fazer um projecto sozinhos mas não fizeram. Nós próprios verificámos que não havia condições para isso e julgo que, em Portugal, os projectos que existem para lares de classe média/alta e alta todos falharam ou sobrevivem... No momento presente, não sei se será assim mas, na altura, era assim e penso que não terá havido muita evolução nos últimos dois anos.

Os contactos com a organização do Hospital John Hopkins, onde o Dr. Delfim Rodrigues tinha boas relações, nunca manifestaram a mínima intenção de intervir no mercado nacional com serviços hospitalares. Interessava-lhes, sim, ser a entidade certificadora de qualidade em Portugal. E o projecto de parceria com o John Hopkins avançou mesmo,

ainda se chegaram a fazer uma ou duas certificações, mas o negócio não dava para a despesa, pois, além dos custos directos, era preciso pagar uma avença mensal a um português cujo nome não me recordo, que fazia o *lobbying* dos nossos interesses na América. Dei indicações para que não se alimentasse a ideia de que o acordo experimental iria prosseguir ou ser transformado em acordo definitivo.

Em relação ao Hospital La Rivera, julgo ter sido o Sr. António Asuncion quem promoveu a visita e que nos acompanhou, a mim e ao Dr. Dias Loureiro e julgo que também ao Dr. Lencastre Bernardo. Estranho o modo como falou, pois parece desconhecer o que lá foi dito ou, então, não lhe convinha recordar a conversa final.

Com efeito, fiquei vivamente impressionado com o que vi, com a eficácia da organização, com os bons resultados de exploração e com o prestígio clínico de que gozavam. Era mesmo o parceiro que nos convinha. Na altura, andavam a negociar a forma de otimizar o seu relacionamento com a entidade que os suportava, uma vez que queriam alargar a sua presença em Espanha e, segundo nos disseram, até lhes fazia muito jeito ter um parceiro português.

Mostraram disponibilidade para se associar a nós, em projectos hospitalares em Espanha e em Portugal. Nos projectos espanhóis, eles participariam com 60% e nós com 40%; nos projectos em Portugal invertiam-se as posições. Acrescentei que concordava com o princípio mas que não me importava de que, nos projectos espanhóis, participássemos com menos de 40%.

As negociações entre eles, espanhóis, de que há pouco falei, parecem ter-se complicado. Lembro-me de, passados alguns tempos, ter recomendado ao Dr. Delfim Rodrigues que devia ir ao Hospital La Rivera

para auscultar se mantinham interesse em se associar a nós. O Dr. Delfim Rodrigues também gostou muito do que viu mas, quanto à eventual parceria, reafirmaram que mantinham abertura mas, no entanto, ainda não tinham condições para ir além do que nos tinham dito numa visita em que o Presidente da SLN estivera presente.

O Dr. António Asuncion já tinha regressado a Espanha.

Foram contactados para serem parceiros do Grupo Português de Saúde (GPS) no concurso para o Hospital de Vila Franca e aceitaram.

O Dr. Dias Loureiro, do modo como fala, e como esteve apenas uns «tempinhos» na saúde, deve ter-se esquecido da conversa que tivemos com os espanhóis do Hospital La Rivera e não terá tomado conhecimento da diligência que se fez mais tarde, assim como desconhece que o Hospital La Rivera é ou era o parceiro técnico do GPS no concurso para Vila Franca de Xira.

Quanto à venda das acções da SLN, pelo Dr. Dias Loureiro, em 2002, quando o Dr. Durão Barroso estava a formar o seu Governo, começaram a aparecer, nos jornais, referências ao Dr. Dias Loureiro como provável Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Pensei em chamá-lo para lhe perguntar se aquelas notícias tinham fundamento, mas, depois de reflectir, preferi aguardar que me procurasse, se assim o entendesse, pois deixava-me maior liberdade de reacção. De facto, um dia apareceu-me no gabinete a dizer: «Olhe Zé,...» — era assim que ele me tratava em privado — «... provavelmente vou mudar a minha vida, pois estou muito interessado em regressar à política (...)». Respondi-lhe: «Quem sou eu para o aconselhar ou impedir que siga a sua vida?».

«Pois é,...» — respondeu ele — «... mas temos o problema das acções e eu não quero tomar nenhuma decisão enquanto for accionista do Grupo». Eu disse-lhe: «Não é por isso que deixará de ser ministro, compro-lhe já as acções, pois tenho folga para comprar acções próprias, se a SLN Valor não tiver disponibilidades para o efeito».

«Podemos preparar a venda, mas eu gostava...» — disse Dias Loureiro, ao contrário do que afirmou nesta Comissão de Inquérito — «... de as poder readquirir mais tarde». «Também não é problema...» — respondi-lhe — «... Fica com uma opção livre, apenas na condição de ser feita em documento particular, a exercer ao preço que se fixar na venda, acrescido de juros à taxa Euribor e pelo prazo máximo de quatro anos».

Esta proposta era no sentido de eu próprio, para não meter nada da organização, interessava-me muito que as coisas evoluíssem no quadro que estava a desenhar-se, assumir pessoalmente o ónus de ter de vender as acções a um determinado preço, ainda que elas nessa altura estivessem a um preço diferente.

Quando deixou de ser administrador não executivo, acordamos desfazer a opção, portanto antes de decorridos os quatro anos. Se tudo o que disse para vender as acções foi com reserva mental só ele é que sabe. Eu acreditei no que me foi dito e tinha, de facto, uma grande disponibilidade mental para aceitar a sua saída, se me tivesse proposto ser esse o seu desejo.

Nas declarações a esta Comissão de Inquérito sublinhou, mais de uma vez, que estava ansioso por se ir embora do Grupo, o que me surpreendeu, pois nunca manifestou a mais leve disponibilidade para se desvincular, e tive a prova do contrário, mais uma vez, desde logo quando passou a administrador não executivo e, depois, pelo modo como reagiu,

quando o chamei para lhe comunicar que não fazia intenção de lhe renovar o mandato como administrador não executivo.

Em tom áspero, lá foi dizendo: «Veja lá como é que me trata, olhe que eu, quando me hostilizam, não sou para brincadeiras...!». Ripostei dizendo: «Não percebo o tom da sua reacção/ameaça, mas, apesar de tudo, não vou alterar o que tinha pensado, isto é, como ainda está a decorrer o seu mandato na SPPM, mantê-lo-ei com direito a ter um espaço de escritório em Lisboa, só não poderá ser aqui na sede». E a sua resposta foi: «Ainda bem, pois não aceitaria ficar aqui na sede».

Mais tarde, arrependi-me, pois considero que, mais uma vez, não soube defender os interesses do Grupo, agora através da SPPM detida a 50% pela INAPAL. O outro accionista era, ao tempo, o Grupo Peguform, que trabalhava no mesmo ramo da INAPAL, mas a sua principal especialidade era na pintura de automóveis e terá utilizado uma solução de pintura inovadora em Palmela, que diziam ser a última palavra, mas que, na prática, se veio a revelar um fiasco de todo o tamanho.

Numa situação destas, competia à administração da SPPM, presidida por Dias Loureiro, uma atitude muito forte para minimizar os efeitos perversos do acordo, embora se reconheçam limitações decorrentes de ser uma participação a 50%, mas acresciam-lhe os argumentos técnicos por terem sido eles os criativos, logo primeiros responsáveis pelo insucesso da solução.

Quando um dia me veio pedir apoio para injectar suprimentos na SPPM, teve de confessar que as coisas não estavam a correr bem. Lembrei-lhe que, quando tinha ido visitar a unidade, na fase final de montagem, tinha questionado os técnicos, por entender que o sistema

não reunia condições para poder funcionar eficazmente, apontando mesmo as razões das minhas dúvidas.

Na altura, disseram-me, com grande benevolência: «Pois é, mas nós estamos perante os técnicos mais qualificados do mundo...». Não disseram: «Então, você está atrás de uma secretária e vem aqui dizer que isto não serve?!». Mas não serviu!

Quando iniciaram a produção, as rejeições eram da ordem dos 35%. Curioso que Oliveira e Costa foi lembrado, e podia ter sido um dos argumentos do Dr. Dias Loureiro, além dos de natureza jurídica, estes associados ao contrato leonino de adjudicação da pintura, mas isso não impediu que estejam a impor ao Grupo a pesadíssima factura por causa de um erro, de que lhe dei evidência. Aliás, desfazê-lo não era uma tarefa fácil, uma vez que tinha origem na própria concepção do sistema.

Neguei-lhe esse apoio que ele me tinha pedido, pois nem sequer era acompanhado pela Peguform.

Quando questionado sobre esse não acompanhamento, disparou com alguma inocência: «Que quer? Eles são financeiros!» — "E nós o que somos? É melhor não falarmos mais no assunto", disse.

Não falámos, mas mais tarde tomei conhecimento que, para não parar a linha de produção, a INAPAL tinha entrado com uma verba avultada, que agora não recordo, mas julgo que seria na ordem de 1,5 milhões de euros, enquanto a Peguform terá prometido e não cumpriu, e julgo que até terá aproveitado para levantar alguns dos suprimentos ou apoio de tesouraria, que num momento de crise aguda teria disponibilizado.

A história é mais complexa, mas não disponho de elementos actualizados, embora saiba que a SPPM, em condições normais, não

precisaria de mais de 20 ou 30 trabalhadores, mas teve de contratar três centenas de trabalhadores, que estão ali a lixar aquelas peças para serem repintadas, e, mesmo assim, na altura — agora não sei — havia 9% de perdas de peças da INAPAL.

O novo modelo da Volkswagen está, assim, a ser subsidiado, indirectamente pela INAPAL, estando esta em sério risco de desaparecer, depois de ter conquistado uma posição de excelência, ganhando prémios na competição como produtores e criativos em peças para automóveis e para outros fins, porque, pelo menos no norte, 40% da actividade já não se dedica aos automóveis e são os fornecedores de peças para automóveis das principais marcas de alto gabarito no mundo.

E ainda é mais triste esta conclusão que vou ler: o papel do Dr. Dias Loureiro no Grupo SLN acabou como começou, ou seja, a criar problemas, mas negando sempre estar envolvido na sua génese.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço para fazer uma pausa, porque, senão, daqui a pouco, já não tenho voz.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Está bem, Sr. Dr.

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos reiniciar a nossa audição.

Pode continuar, Sr. Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados, vou continuar a minha exposição, falando de imparidades.

Quando se fala de imparidades no BPN é para imputar ao Oliveira e Costa o desequilíbrio patrimonial do Grupo SLN, que dizem ter sido deixado pela minha gestão, e ao qual vai sendo, continuamente, acrescentado valor negativo, quer por actos de gestão dos últimos 15 meses, a que sou totalmente alheio, quer pelo efeito da perda de valor dos activos, induzida pela severa crise que se vive.

Estou certo que os Srs. Deputados querem apurar a verdade, no pleno respeito pela justiça, que é a trave mestra da vivência em democracia, de que são os primeiros defensores, por convicção e por saberem que são valores perenes da humanidade, que a experiência milenar da raça humana demonstra ser o único modelo político de progresso justo e sustentado.

Assim sendo, e nem por um momento duvido, é imperioso que nesta questão das imparidades se clarifiquem os seus princípios enformantes, que se podem sumariar do seguinte modo: aplicação universal das regras comunitárias, oficialmente vigentes, para o cálculo das imparidades à data da minha saída do Grupo; não exclusão de património existente à data da minha resignação; não consideração de eventos ocorridos após a minha saída que possam ter determinado perda de património ou a sua desvalorização por acto voluntário ou involuntário dos responsáveis que me sucederam; não imputação de perdas de imparidade de forma continuada, decorrente de actos ou da evolução da economia, a que sou totalmente alheio, como, por exemplo, gestão menos criteriosa do património existente, gestão menos activa no acompanhamento da carteira de crédito e, muito especialmente, dos núcleos de recuperação de crédito, repercussão no cálculo das imparidades da desvalorização do património dado como garantia de



crédito concedido, decorrente do aprofundar da crise interna e internacional.

O conceito de imparidades está claramente caracterizado no Regulamento (CE) n.º 1126 da Comissão, que adopta determinadas Normas Internacionais de Contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Imparidade e incobrabilidade de activos financeiros.

A definição de imparidade de crédito encontra-se descrita nos § 58 e 59 da IAS 39, e do § 59 destaco a seguinte passagem: «(...) as perdas esperadas como resultado de acontecimentos futuros, independentemente do grau de probabilidade, não são reconhecidas (...)».

Não obstante a clareza da sua aplicabilidade no tempo e a expressa exclusão de acontecimentos futuros, estes princípios não têm sido respeitados e, por essa razão e outras a que adiante farei referência, os números foram e continuam a ser fortemente empolados. Conscientemente vai-se instrumentalizando a opinião pública, para mais facilmente se diabolizar o Oliveira e Costa.

Com as reservas resultantes de não conhecer a expressão dos desvios e a sua formulação, é possível, mesmo assim, alinhar outros vectores causadores de confusão, tais como: quando se confunde insuficiência de liquidez com imparidades que passam para a comunicação social como um buraco; quando se tratam provisões, que são verbas já contabilizadas para cobertura de créditos, tendencialmente incobráveis, com imparidades; ou porque se reconhecem valores patrimoniais expressivos, mas não se consideram no acerto das imparidades; ou porque no cálculo das imparidades provisionadas não se leva em conta as verbas já provisionadas; quando se passa a ideia de que imparidades

significa uma perda efectiva; quando não se esclarece que as imparidades representam uma estimativa de perdas futuras de créditos ou de património, que, na generalidade das situações, têm de continuar a ser geridas e podem proporcionar, no futuro, receitas expressivas; ou quando não se diz, com clareza, que imparidades se referem ao diferencial entre o valor dos créditos em dado momento e a estimativa de recebimento que se arbitra com base no comportamento do cliente e bens de que é detentor ou que tenha dado em garantia; ou porque não se toma em conta que em períodos de crise grave a aceleração do crédito incobrável é uma decorrência dessa mesma crise com que tem de se conviver e gerir com especial atenção para não provocar o colapso das empresas e evitar que se crie mais desemprego; quando, intencionalmente, não se diz que alguém que está afastado da empresa há 15 meses não pode continuar a ser responsabilizado pelo avolumar das imparidades decorrentes de qualquer evento ocorrido após a cessação de funções, incluindo o desequilíbrio pessoal ou empresarial que fragilize a sua situação patrimonial e o torna num cliente incumpridor das suas obrigações para com o banco credor.

Mas não se tem que explicar à opinião pública estes detalhes técnicos em que o comum dos cidadãos, saiba ou não saiba dessas coisas, não perde tempo com elas. Apenas fixa os grandes números e os coloca ao lado da minha fotografia.

Quem lida com estes factos e necessariamente os pondera devia ter o cuidado de distinguir os respectivos valores quando os faz passar para os meios de comunicação social. A informação sai em bruto para melhor servir o interesse de continuar a fazer recair sobre o Oliveira e Costa o odioso de uma situação, embora saibam que estão a violentar a verdade e

tenham a certeza que o desfecho final não irá coincidir com os números que estão a divulgar. É uma reserva oculta que se debita a um indefeso, criando condições para fazer brilhar alguém no futuro.

Nestas considerações é da mais elementar justiça destacar o Dr. Francisco Bandeira, actual Presidente do BPN, pois nas suas declarações a esta Comissão de Inquérito não deixou de referenciar alguns dos aspectos acima sumariados, ao evidenciar que as imparidades não têm uma leitura com o dramatismo que se fez passar para a opinião pública.

A preparação dos números e a forma de divulgação faz-me lembrar o título do livro *A Verdade da Mentira*, apenas para utilizar a pureza do que as palavras significam por serem aqui aplicáveis.

A minha saída do Grupo SLN ocorreu em 12 de Fevereiro de 2008, pelo que, se querem ser verdadeiros no apuramento das imparidades da minha gestão no Grupo, têm de considerar valores de balanço à data de 31 de Dezembro de 2007. Só assim é possível respeitar o que se estabelece no Regulamento (CE) n.º 1126.

O objectivo é saber se o activo e o passivo do Grupo estavam desequilibrados e em que exacta medida e sentido. O método mais correcto seria o de tratar autonomamente as provisões face ao crédito vencido; as imparidades de crédito que, com uma visão mais pessimista, antecipam potenciais perdas ainda que não elegíveis para efeito de constituição de provisões, mas no respeito pela letra do § 59 do Regulamento Comunitário, tomando dos dois valores encontrados o menos favorável, por ser essa, segundo julgo, a opção preferida pelo Banco de Portugal — se o Banco de Portugal, para as provisões, encontra imparidades de 10 e imparidades de 12, quer 12 e não quer 10. E o que

estou a dizer é que, calcule-se de uma maneira ou de outra, deve aplicar-se aquela que o Banco de Portugal considera a mais adequada.

Mas, repito, os valores devem ser apurados com referência a uma daquelas duas datas e respeitando o Regulamento (CE) n.º 1126, sem serem influenciados pela miríade de factos e actos de gestão ocorridos após a minha saída.

Com que legitimidade me podem imputar os efeitos perversos associados a comportamentos, atitudes, acções ou à sua ausência, indiferença perante os problemas do dia-a-dia, etc., etc., que a mero título de exemplo a seguir indico.

Que se tivesse estabelecido um sentimento de orfandade, induzida por uma ausência sistemática de orientações no dia-a-dia do Grupo.

Que não se tivesse o cuidado de saber quem eram os mais aptos dentro do Grupo para os chamar a fim de lhes dar um crédito de confiança na condução das respectivas áreas, graduando-lhe essa confiança em função da eficácia que fossem revelando.

Que tivessem marginalizado o Dr. Franquelim Alves, que embora ainda recente no Grupo tinha as melhores condições para agilizar a passagem de testemunho na reafecção de pelouros na área não financeira, com informações complementares explicativas de especificidades que era útil conhecer.

Que tenham ficado indiferentes quando alguns elementos-chave nas respectivas áreas manifestaram a intenção de abandonar o Grupo.

Que em lugar de se ter procurado preservar a intimidade do Grupo se tivesse criado um centro de divulgação de informação que, segundo um jornalista que solicitou o anonimato que honrarei, me indicou ser conduzido pela Luísa Bessa e que, provavelmente, não estaria só.

Que os grupos de acompanhamento do crédito vencido núcleos do norte, do sul e do próprio contencioso, tenham sido contaminados pela síndrome da orfandade por contraste com a atenção quase diária que se lhes dava.

Que os directores comerciais se sentissem como que «castrados» no desenvolvimento do seu trabalho.

Que se tenha criado um sentimento de frustração quando se anunciou na *Internet* a venda massiva de empresas fora da área financeira, uma medida altamente traumatizante para os colaboradores das empresas, desencorajante para os fornecedores e financiadores, comentado como o meio mais eficaz de desvalorizar património, eventualmente, para a aquisição ser efectuada por alvos pré-determinados.

Que uma vez postas à venda as empresas, porque não foi dado acolhimento, ao menos para estudo, de propostas ou intenções de aquisição por parte de colaboradores, *de per si* ou com novos parceiros, como foi o caso da Murganheira e da CNE.

O emergir da crise interna e internacional de uma dimensão de fazer esquecer tudo, mas absolutamente tudo, o que antes acontecera, embora mitigada, nas suas consequências mais perversas, por uma pronta reacção concertada a nível mundial com a injeção de triliões de dólares e de triliões de euros, incluído a libra e o franco suíço, nas diferentes economias e a redução das taxas de juro que hoje são quase marginais. E, mesmo assim, não impediu uma forte desvalorização de activos, sejam eles mobiliários ou imobiliários (todos estes casos, já no decurso dos 15 meses da minha saída, mas os seus efeitos continuam a ser-me imputados).

Que tivessem sido boicotadas as oportunidades de venda do Grupo em condições altamente vantajosas para os próprios accionistas e para o País, duas directamente pelo grupo dos 10 e a terceira também necessariamente com a colaboração daquele grupo e, na parte final, estilhaçada pelo requinte da política de comunicação que ia destruindo, dia após dia, o que restava da credibilidade do Grupo.

Estou convencido que o primeiro anúncio de insuficiência de liquidez de 900 milhões de euros — e, pouco depois elevado para 1300 milhões —, ambos catalogados como «buraco», não foi inocente pois correspondeu à fase em que os líbios tinham ultimado todos os preparativos para adquirir o Grupo.

A força da política de comunicação social descredibilizante revelou-se neste período arrasadora. O banco tinha em Agosto 300 milhões de excesso de liquidez e pouco mais de um mês depois faltava-lhe nas caixas 1300 milhões.

Como o Dr. Cadilhe estava a preparar o seu plano de reabilitação do banco para apresentar ao Governo, é incompreensível que tenha dado continuidade à descredibilização do Grupo, o que me leva a crer que pesou mais o receio de o Grupo poder ser vendido aos líbios do que o sucesso da operação que estava em preparação. Depois criticou o Governo pelo não acolhimento do seu projecto sem ter tomado consciência que já tinha minado os alicerces da sua própria iniciativa.

Ao tornar-se conhecido que, em 15 de Agosto de 2008, a Líbia havia demonstrado ter disponibilidades líquidas de 900 milhões de euros, num importante banco suíço, especificamente destinadas à aquisição de acções da SLN e com a evidência da procuração passada ao Sr. Adham, precisamente para esse efeito, deve ter desencadeado a utilização em

força de notícias sobre o Grupo, que se aceleraram quando constou, e era verdade, que havia sido feito um depósito (ou vários depósitos) numa instituição portuguesa de milhares de milhões de euros... Era o fim.

Mesmo desconhecendo o relatório da Deloitte, se é que existiu numa forma definitiva, já que os diversos conselhos de administração das empresas não tiveram oportunidade de exercer o contraditório face aos relatórios emitidos de uma forma preliminar para discussão e do descrédito que o Grupo SLN vinha a ser sujeito, pela tal política de comunicação no período de Fevereiro a Outubro de 2008, dá para entender que padece do mínimo de cuidado para um apuramento justo do que era a realidade do Grupo BPN em 31 de Dezembro de 2007, designadamente porque não há evidência de ter sido respeitado o Regulamento Comunitário; pelo aparente sobrecarregar com imparidades dos efeitos da rescisão de um projecto imobiliário altamente lucrativo; por não haver qualquer indicação segura de ter sido incluído pelo menos uma parte do património não consolidado, particularidade de grande importância uma vez que os 750 milhões indicados incluem a integração do Banco Insular.

Para continuarmos na busca do rigor importaria ainda saber se, tendo em conta que o mencionado diferencial patrimonial, aparentemente considerado como imparidade, ao agregar outros factos não decorrentes de perdas potenciais associadas ao crédito, descaracterizou o sentido técnico da designação de imparidade; nos cálculos utilizados, não tendo sido respeitado o Regulamento (CE) n.º 1126, os valores estão empolados, pois entre a data de referência e a data considerada no relatório da Deloitte há uma imensidão de actos de gestão, em condições de atonia dos quadros dos bancos que integram o

Grupo que não são da minha responsabilidade; o valor das garantias dadas em hipoteca e o próprio património pessoal dos devedores que sustenta as operações de crédito estavam já em desvalorização, por força da evolução da crise e por isso a influenciar os valores apurados; nas imparidades, sendo uma estimativa de perda na recuperação de créditos — e não sei que tratamento terá sido dado às provisões já constituídas —, há sempre uma percentagem do crédito global, considerado em risco, que é recuperado.

Deixo a ideia de que estou aqui a repetir coisas, mas disse-o num plano geral antes e agora estou a referir-me ao relatório da Deloitte.

No BPN, a experiência de 10 anos mostrava que a recuperação contenciosa de crédito era superior a 70%, conforme ia sendo transmitido ao Conselho pelo Dr. Armando Pinto. Admite-se que, em situação de crise, aquele valor baixe, e poderá baixar dramaticamente se as equipas de recuperação perderem o entusiasmo que tinham. Mas se isso aconteceu ou está a acontecer não me podem imputar as culpas.

O rigor no acompanhamento do crédito concedido é de importância crucial para evitar atrasos na sua regularização e o accionar automático da sua passagem a crédito vencido contamina a relação cliente/banco.

Nas questões de dificuldades de pagamento, o banco que for mais activo e que aparecer em primeiro lugar é o que cobra os seus créditos, e o resto fica para trás. Ora, se as coisas ficam ali numa atonia, durante semanas e meses, é evidente que quando lá vão já não existe dinheiro nenhum! Podiam-me ter dito que, ao menos, eu era capaz de lá ir a correr para ir buscar o dinheiro ao cliente para pagarem ao banco.

Nas correcções a fazer ao valor apontado pela Deloitte tem ainda relevo especial o que seguidamente vou referir.



Já fiz referências à Olivimo mas, agora, interessa esclarecer o negócio: o que é isso da Olivimo?

O grupo detém, ou detinha, 80% do capital da Olivimo, que estava a desenvolver, em cerca de 470 hectares de terreno, numa zona privilegiada de Alcochete, um aproveitamento turístico de grande vulto, já na fase final de aprovação. O lucro previsto para este projecto estava estimado entre 80 a 100 milhões de euros. A parte principal do terreno onde se desenvolvia o projecto estava protegido por um contrato-promessa de compra e venda, cujo pagamento final só ocorreria com o projecto aprovado.

Sem prejuízo deste princípio, mas em conformidade com as cláusulas contratuais, foram sendo efectuados pagamentos por conta, garantidos por uma hipoteca da herdade adjacente, com uma área que julgo ser de 1000 hectares. O Dr. Osvaldo Gomes estava incumbido dessa missão e nunca falhou.

O contrato previa datas para a sua concretização, mas sempre associadas à aprovação do projecto. No decurso de 2008, provavelmente entre Julho e Setembro, teria de ser, mais uma vez, renegociada uma nova data para a sua efectivação, prorrogação a que o vendedor não se poderia opor.

Não sei se é verdade, mas chegou-me a informação de que, na altura da renegociação do contrato, em lugar de o fazerem terão proposto a rescisão do acordo, recebendo em singelo, conforme previsto no contrato, as verbas já pagas. Se assim foi, o grupo irá suportar os custos financeiros de oito anos, os custos dos projectos, dos estudos de impacto ambiental e tudo o mais.

A ser verdadeira esta informação, transformou-se um potencial lucro, na ordem dos 80 milhões de euros, num prejuízo que deverá ser superior a 20 milhões de euros, eventualmente já considerados como perda no apuramento das imparidades do BPN.

Também já falamos da OPI 92. A OPI 92 participa com 50% em terrenos que têm cerca de 6000 hectares, espalhados por diferentes pontos do País, e que foram avaliados pela DTZ, salvo erro, em 1300 milhões de euros. É um património imobiliário que não ser considerado no processo de avaliação do grupo não tem sido sentido, pois é um valor de tal maneira importante que desfigura dramaticamente o significado das imparidades apresentadas e, se quisermos ser mais precisos, a base para se apurar se havia ou não desequilíbrios patrimoniais no grupo.

A localização do novo aeroporto, que abrange a maioria do património imobiliário deste grupo, terá tendência a valorizá-lo, mesmo que não se altere a volumetria que, de acordo com o anterior plano urbanístico dos respectivos concelhos, lhe estava atribuída, pois pelo menos o valor por unidade métrica da área de construção vai melhorar.

Sociedade Agrícola de Valle Flor: que valor foi considerado para a Sociedade Agrícola de Valle Flor? Esta sociedade tem o património visível, que é preciso ser gerido não só para aproveitamento de áreas de construção cujos processos estão em curso mas muito especialmente no que se refere ao contrato de venda do palácio, que exige um atento acompanhamento sob pena de se perderem direitos sobre terrenos no Alto de Santo Amaro, indispensáveis para se poder dar expressão prática ao acordo com a Câmara Municipal de Lisboa, pois deixar correr os prazos sem agir pode implicar a perda de uma parcela de terreno que é fundamental para levar a efeito um projecto muito valioso. Ora, tanto

quanto é do meu conhecimento, os técnicos que estavam com os *dossiers* já abandonaram o grupo.

Além disso, esta empresa é potencialmente beneficiária de dezenas de milhões de dólares se, efectivamente, se confirmar a existência de reservas de petróleo em São Tomé. É que os terrenos da SAVF detidos em São Tomé foram nacionalizados sem qualquer indemnização e a lei dos Estados Unidos só autoriza que empresas americanas invistam em países com estas práticas se os lesados forem indemnizados. Na prática, são as companhias petrolíferas interessadas na exploração que negociam e pagam as indemnizações que forem acordadas.

Não se trata de valores disponíveis mas, sim, de realidades potenciais que têm de ser acompanhadas e geridas, sob pena de se perderem efectivamente.

Lote de terreno em Luanda: há um terreno em Luanda, ainda em nome de uma empresa local, com um projecto aprovado para construir um prédio de 24 ou 25 andares, cujo valor é hoje seguramente superior a 25 milhões de dólares.

Havia um terreno no melhor sítio de Lobito relativamente ao qual se tinha chegado a uma base de acordo de aquisição em excelentes condições, inclusivamente em termos de pagamento, sendo que o grupo só teria a ganhar, se ainda for a tempo — admito já que não —, em formalizar o respectivo contrato.

Sabrico: qual o valor considerado para a Sabrico? As contas vistas numa perspectiva contabilística não são atractivas, uma vez que têm sido penalizadas pelas altas taxas de juro praticadas no Brasil. Nas vendas de automóveis em S. Paulo, onde é a segunda maior distribuidora da Volkswagen, e em Porto Alegre, onde detém uma quota de mercado de

camiões na ordem de 80%, deviam ter atingido, em 2007, vendas de cerca de 600 milhões de reais. Este valor poderia ser significativamente maior se não sofresse do estrangulamento financeiro, que não lhe permite sequer ter o *stock* de veículos minimamente ajustado ao seu potencial de vendas.

O que se perspectivava era dar-lhe condições para atingir vendas na ordem dos 1000 milhões de reais. Era um projecto a três anos, que agora deveria passar a quatro para também poder beneficiar da previsível recuperação do mercado de capitais.

A sua colocação em Bolsa é apetecível e, segundo uma avaliação da KPMG, em 2006, o valor de cotação poderia corresponder de 0,8 a 1 do valor de vendas, dependendo a colocação em Bolsa da saúde financeira que revelasse. No novo quadro e atingindo vendas na ordem dos referidos 1000 milhões de reais, a empresa valerá sempre para cima de 500 milhões de reais.

Receio que no cálculo das imparidades, caso a empresa tenha sido incluída, tenham considerado alguma perda por imparidade que é de todo em todo injustificável.

ACR: que valor foi atribuído à participação de 20% na ACR, empresa de direito angolana que participa no processo de angolanização da exploração petrolífera em Angola e que detém 15% do Bloco 4 e 5% do Bloco 17, que detém (ou detinha) 15% no *onshore* de Cabinda norte?

Sogipart, SGPS, SA: não faço ideia como foi considerado o património imobiliário que lhe está ligado e que é muito valioso, devendo merecer particular atenção a Finalgarve, uma vez que há que gerir relações contratuais que têm alguma complexidade.

Marinapart, SGPS, SA: a situação desta empresa deve ser analisada com cuidados especiais para acertar as contas devedoras dentro da empresa do Sr. António Cavaco.

Srs. Deputados, para finalizar, três pontos.

Desde logo, pelo efeito que tiveram na economia portuguesa, importa dar destaque, entre outras, a duas iniciativas do grupo SLN.

A primeira foi a que conduziu à quebra do monopólio dos cartões em Portugal e que fez baixar o custo de centenas de milhões de transacções, traduzido em milhares de milhões de euros de economias para os agentes económicos, a que já anteriormente fiz referência para destacar que nunca se conseguiu fazer vingar a livre concorrência.

A segunda foi que uma operação de comercialização de cimento, que, numa tentativa de autodefesa, evoluiu para moagem e comercialização, fez com que Portugal, que em 2001 pagava o cimento mais caro da Europa, tivesse, em 2006, o preço mais baixo da Europa, o que proporcionou economias acumuladas, no custo da construção, de centenas de milhões de euros.

O exagero irracional da baixa do preço do cimento sustentou-se na imoralidade de inviabilizar a operação CNE. A Autoridade da Concorrência nunca quis, apesar de fortemente instada, assumir o seu papel de isento regulador.

Em segundo lugar, como antigo primeiro responsável do grupo SLN, não posso alhear-me do que nele possa ter ocorrido, independentemente do meu grau de intervenção.

Ao prestar os esclarecimentos que tiveram a amabilidade e paciência de ouvir não significa que esteja a refugiar-me no que quer que seja, porque me cabe, no mínimo, a responsabilidade institucional pela

função que exerci e à qual me dei sem limites, limites que se revelaram, afinal, insuficientes.

Em terceiro lugar, por muitos erros que se tivessem cometidos, ninguém pode dizer aos portugueses, com a verdade de todo o processo, que Oliveira e Costa é o responsável por perdas de um cêntimo que seja, pois ofereceu soluções que trariam ao País milhares de milhões de euros, o que só não ocorreu por culpa de um pequeno grupo de pessoas que, em 30 de Agosto de 2007 — foram ao requinte de escolher o dia dos meus anos para fazer este acordo —, criaram uma armadilha que não quiseram desactivar.

E, quando foram buscar um especialista para os conduzir, este, em vez de lhes mostrar que estavam em sério risco, reajustou a espoleta para que a armadilha se transformasse num cinto de kamikaze, pouco se importando com as vítimas inocentes, desde trabalhadores em risco de perderem os seus postos de trabalho até aos pequenos investidores, alguns dos quais estão em sérias dificuldades financeiras.

Muito obrigado, Sr.ª Presidente e Srs. Deputados.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo para interpelar a mesa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, quero fazer um ponto de ordem.

Sugiro que esta tão extensa intervenção do Dr. Oliveira e Costa, se não houve inconveniente da sua parte — julgo que não —, fosse deixada na Comissão para ser distribuída pelos Deputados.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, já o pedi e o Sr. Advogado disponibilizou-me uma cópia. Aliás, a esta hora pensava já ter as cópias prontas. Pedi que fossem feitas em número suficiente para dar um exemplar a cada um dos Srs. Deputados, até porque é um elemento importante para sustentar algumas das questões que queiram colocar, uma vez que o Sr. Dr. está disponível para responder a perguntas, dentro dos limites já conhecidos.

Uma vez que esta é uma audiência atípica, vamos seguir a ordem de representatividade dos partidos nas perguntas, portanto, primeiro fala o PS, depois o PSD e assim sequencialmente.

Srs. Deputados, vamos fazer uma pequeníssimo intervalo nos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos reiniciar a reunião.

Vamos, então, iniciar a fase de perguntas dos Srs. Deputados, tendo em atenção os constrangimentos que já conhecem.

Face ao estado de saúde do Sr. Dr. Oliveira Costa, penso que será preferível o sistema pergunta/resposta.

Na colocação das perguntas iremos seguir a ordem decrescente de representatividade dos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Dr. Oliveira Costa, nesta sua segunda vinda ao Parlamento, sendo que desta vez quis

colaborar com a Comissão e isso é sempre digno de registo, na medida em que os contributos que pode trazer em muitas áreas serão importantes para esta Comissão e, naturalmente, ajudar-nos-ão no nosso trabalho.

Gostaria de começar por uma área à qual o Sr. Dr. não fez muita referência, pelo menos que eu tenha percebido, e que tem a ver com a supervisão.

Ora, um dos objectos desta Comissão de Inquérito é, precisamente, avaliar o comportamento do Banco de Portugal em relação à supervisão, designadamente, ao BPN.

Aquilo quer eu gostava de lhe perguntar é se o Sr. Dr., enquanto dirigiu o banco e o Grupo, teve oportunidade de constatar que o Banco de Portugal podia ter conhecimento de irregularidades, que acabou por não revelar, ou se o Banco de Portugal, através das suas competências de supervisão, podia ter tomado conhecimento delas, designadamente da existência do Banco Insular e da sua actividade, antes da sua saída.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — A pergunta que me faz é uma pergunta que era expectável que estivesse na mente de todos os Srs. Deputados, por isso procurei reflectir um pouco sobre essa situação e até escrevi aqui um pouco do meu pensamento sobre a problemática da supervisão dos bancos centrais, que, no mundo em que se vive, tem de ser vista de uma maneira integrada. Não se pode ver uma supervisão de um país qualquer que lhe dá na gana de fazer um serviço determinado, porque, se esse país tiver uma relação financeira intensa com o exterior, isso pode bloquear todo o processo, portanto as coisas são articuladas.

Eu ainda participei em duas reuniões das supervisões na Europa, há muitos anos, há 30 anos, e, na verdade, havia alguma coordenação sobre



essas funções. Não sei se nos tempos modernos isso acontece ou não, o que sei é, no passado, participei em duas reuniões de coordenação, uma na Holanda e outra em Londres.

A ideia de fundo que eu tenho sobre a matéria é a seguinte — e, se me derem licença, vou ler, porque foi uma coisa pensada: «Na generalidade, os serviços de supervisão dos diferentes países relacionam-se e conhecem as práticas de cada um, que tendem para uma certa uniformidade. Se apreciarmos o que se passou no mundo, onde surgiram problemas financeiros praticamente em todos os países mais evoluídos, que obrigaram à injeção de triliões de dólares e de euros, incluindo aqui moedas como a libra esterlina e o franco suíço, temos de concluir que alguma coisa falhou, obviamente que falhou.

Quer isto dizer que o modelo-padrão de supervisão que se universalizou não acompanhou a criatividade do sistema financeiro, mas qualquer acto isolado para lhe dar uma estrutura teria sempre um efeito entorpecedor para o país que tomasse isoladamente a iniciativa, pois fragilizá-lo-ia nas relações financeiras face aos restantes países.

A supervisão deve ter uma presença invisível que a todos controla e a poucos incomoda. E, nos últimos anos, a preocupação de controlar os fluxos financeiros associados ao tráfico de armas, ao terrorismo e à droga já levou a um grau de interferência no dia-a-dia dos bancos muito imerecido e, por isso, têm vindo a surgir produtos informáticos com uma componente de inteligência que permite o seu auto-aperfeiçoamento e, com ele, a avaliação do controlo, com poucas ou nenhuma perda de continuidade e sem necessidade de presença de cariz policial.

O controlo personalizado nunca resultou em coisa nenhuma e muito menos resultaria no sistema financeiro.

Tentar crucificar a supervisão do Banco de Portugal por causa do BPN, do BPP, do BCP e, eventualmente, de outros considero que seria profundamente injusto, pois tem profissionais de elevada craveira. Os seus vice-governadores é que têm tido a responsabilidade directa pelo pelouro da supervisão e têm razões para confiar na qualidade dos quadros que têm — nem todos, como é evidente —, para se juntarem a novos padrões de controlo de segurança que estão, seguramente, a ser pensados em muitos países do mundo.

E não me surpreenderá que Portugal possa ter um papel inovador, agora que o mundo está aberto a novas soluções, sem o risco entorpecedor para o seu próprio sistema financeiro, face aos restantes. O que surgir de novo e sólido será, seguramente, generalizado com eventuais adaptações, pois, até aqui, a nossa vizinha Espanha, que tinha um regime especial para as Caixas de Aforro, está agora confrontada com problemas e tem de os resolver.

Portanto, não podemos ver isoladamente a acção da supervisão nos países, temos de ver as suas próprias limitações como uma emergência das relações que existem interpaíses.

Se eu exagerar, crio entropia na relação dos agentes financeiros portugueses com o exterior».

Tem de haver passos. Julgo que, com a crise que se criou, criaram-se as condições de fundo para que essas alterações ocorram. E, como os portugueses são muito criativos, estou convencido de que — e há lá pessoas na supervisão que têm mesmo muita categoria —, perante novos desafios que lhes sejam postos, sem as vaias que até aqui eram condicionantes de iniciativas mais avançadas de controlo, podem dar

contributos. É por isso que nesta reflexão eu admito que aquilo que vai surgir de novo pode ter algumas palavras portuguesas.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O Sr. Dr. optou por uma resposta genérica, enfim, é um direito que lhe assiste, mas a questão que lhe quero colocar, se é que pode ajudar a Comissão, é mais concreta e é a seguinte: no dia-a-dia da supervisão do Banco de Portugal era possível aos seus técnicos detectarem os contratos que existiam, por exemplo, no Banco Insular e a própria existência do Banco Insular, na modalidade que nós hoje a conhecemos? Era possível ao Banco de Portugal detectar isso?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Aqui entramos já numa parte que tem a ver com as reservas que eu tenho, que me impedem de falar abertamente da situação.

Quero dizer-lhe que, no padrão de referência, no modelo, que tenho de trabalhar, não cabia qualquer acção que evidenciasse qualquer realidade que tivessem de ver. Embora, as pessoas agora falem... É muito fácil falar... O «ovo de Colombo» também foi muito fácil. Ninguém era capaz de pô-lo de pé, mas chegou lá o Colombo, quebrou-lhe a ponta e pô-lo de pé.

Depois de as coisas acontecerem, é muito fácil encontrar soluções! Mas isso é conversa fiada daquelas pessoas que são pouco imaginativas e que, na verdade, julgam que, por terem partido a «ponta do ovo», por terem «posto o ovo de pé», são capazes de resolver todos os problemas assim. Mas eles não são assim.

E, neste caso, do meu ponto de vista, há limitações que decorrem das interligações que se estabelecem, de padrões de acção que se

desenvolvem, que acabam, certamente, por não atingir o universo de realidades que estão em mutação permanente.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Naturalmente que respeito a sua primeira parte da resposta, quando disse que está sujeito ao segredo de justiça, por isso vou mudar de assunto.

Quero referir-me, agora, concretamente ao relacionamento de então com o Dr. Dias Loureiro. O Sr. Dr. disse aqui que entre a versão do Dr. Dias Loureiro e a versão do Dr. António Marta era o Dr. António Marta que tinha razão e que, no fim dessa conversa, o Dr. Dias Loureiro terá ido falar consigo a contar-lhe o que se tinha passado.

O que lhe pergunto é o seguinte: e, antes de ir ao Banco de Portugal, houve alguma conversa consigo? Ou seja: aquilo que pretendo saber é se o Dr. Dias Loureiro foi ao Banco de Portugal tratar do assunto que foi tratar com o seu acordo, por seu acordo, por sua instrução, por sua conversa com ele ou o Sr. Dr. só teve conhecimento disso depois?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu soube muito antes e até o desencorajei de ir ao Banco de Portugal. A verdade é esta!

Aliás, e certa altura eu disse: ao Dr. Dias Loureiro «É pá, temos de ter aqui muito cuidado com as coisas, temos de pôr as coisas muito certinhas, porque nós temos uma componente de imobiliária um bocado forte, estamos aqui a actuar através da SLN, e eu estava a admitir que a interferência Banco de Portugal na SLN não seria ao nível de uma interferência de um banco, mas, como, de facto, o Banco de Portugal tem razão, na medida em que, detendo mais de 50% de um banco, os

princípios de acompanhamento do Banco de Portugal na área imobiliária, através da SLN serão equivalentes.

Portanto, temos de ter aqui muito cuidado com as coisas, porque o Banco de Portugal anda sempre aqui ...» — peço-vos desculpa da expressão — «...a chatear-nos, de maneira que temos de afinar aqui os procedimentos».

Ele, na altura, disse: «É pá, mas eu falo com o Marta». E eu disse-lhe: «Mas vais falar com o Marta?! Não vais falar com o Marta, o Banco de Portugal está a fazer aquilo que lhe compete fazer! Se você for amigo pessoal do Dr. Marta e, numa conversa, lhe falar 'É pá, você não chateie lá tanto o banco'... Mas olhe que eu fui colega do Marta no Banco de Portugal muitos anos, não o trato por tu, porque não tenho por princípio tratar ninguém por tu, eu só trato por tu os meus colegas da escola, mais ninguém. Portanto, não o trato por tu, ele foi meu colega durante muitos anos, ele é mais novo do que eu oito anos, eu nunca lhe pedi nada, nem pedirei, portanto eu não advogo que vá fazer qualquer pedido». Foi isto que eu disse.

Agora, ele acabou por ir e, na altura, disse-me: «Olhe, sempre vou ao Banco de Portugal». «É consigo,...» — disse eu — «..., não é pelo meu conselho, porque, se me for perguntado alguma coisa, eu digo que desaconselhei». Eu disse-lhe isso.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Posso concluir que a ida do Dr. Dias Loureiro...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Pode concluir, com certeza, que aquilo que o Dr. António Marta disse é que é verdade, o resto é conversa.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito obrigado.

Sr. Dr., na compra da Plêiade por parte da SLN quem é que ficou a ganhar, ou seja, quem é que ganhou com esse negócio?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Em princípio ambos ganhámos, porque, se nós comprámos, foi porque admitimos que a compra era boa: se eles venderam foi porque também admitiram que a venda era boa.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — O Sr. Dr. recorda-se qual foi o preço unitário da venda das acções do Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não me lembro.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Foram sete milhões e tal de euros, Sabe quantas acções é que eram?

O Sr. Dr. Oliveira Costa: — Eles fizeram as contas entre eles...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Entre eles quem?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Entre o Roquete e o Dias Loureiro. Eu suponho que eles não tinham ainda feito a separação, havia ali um acordo qualquer, mas...

Eu não posso garantir que aquilo que eu estou a dizer seja exactamente correcto, mas, em princípio, por aquilo que me foi dado observar, eles, na altura, ainda não tinham as acções separadas, estavam

em conjunto, embora houvesse um documento qualquer a dizer «tantas acções são suas». Portanto, isso foi feito desta maneira.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr. Dr., estou a referir-me já à venda das acções do Dr. Dias Loureiro.

Quando o Sr. Dr. Oliveira Costa tem aquela conversa com ele, que aqui citou e descreveu, que eventualmente ele ia para ministro e que, por isso, quis vender as acções, essa é conversa ocorreu em meados de 2002, mais ou menos isso...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim, sim.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Qual era o valor por acção? Ou seja, quais os critérios que o senhor tinha para comprar ou vender acções da SLN?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — O critério é em função da evolução do próprio balanço e também dos valores que se tinham fixado nas diferentes emissões. A última emissão foi um bocado cara e criou problemas, porque as árvores não crescem até ao céu e as dificuldades começaram a surgir e começámos a ter ali algumas dificuldades. É por isso que, apesar de tudo, eu fiz alguns esforços por estancar o preço no valor da última emissão, que foi a 2,75 €.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — A emissão em 2002 foi a 2,75€?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, isso foi mais barato. Em 2002, foi 2,20 €, salvo erro.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Nós tratámos aqui, embora por alto, de aquisições de terrenos em Oeiras e devo dizer-lhe que, na altura, aquilo que se falava era que o banco financiou essa operação, porque, eventualmente, tinha informação privilegiada, visto que ali se ia construir o IPO.

Falámos também da aquisição de terrenos em Alcochete, que também foram financiadas pelo banco e que mais tarde se veio a verificar que para ali iria deslocalizar-se o novo aeroporto de Lisboa.

Também, aquando da Operação Furacão, o Sr. Ricardo Pinheiro falou aqui que, no dia antes da busca a levar a efeito pelo Ministério Público, saíram alguns contentores com documentos do banco, na noite anterior à busca.

Queria pedir-lhe para, se puder, dizer à Comissão que conhecimentos, que informação privilegiada dispunha o banco, ou alguém do banco, ou a SLN para esses comportamentos: primeiro, Oeiras; depois, Alcochete; e, depois, a Operação Furacão? Que conhecimentos e informação privilegiada dispunha o banco para poder fazer esses negócios?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Há questões às quais tenho aqui algumas limitações a responder. De qualquer maneira, elas são tão fora de qualquer contexto que é possível dizer alguma coisa.

Eu tive oportunidade de, durante a minha intervenção, fazer aqui uma referência clara à maneira como nós entrámos em Rio Frio. Não havia



conhecimento nenhum de nada, fosse do que fosse, na altura... Isto foi em 2005, de resto. Não havia nenhuma ideia de que o aeroporto fosse para lá.

Mas, perante um terreno que tem 14 km de praia numa barragem, que entre o pino do Verão e o pino do Inverno desce para aí meio metro; que tem uma zona colossal que é um encanto de ver; que tinha 750 000 m em que se podia construir, mais ainda uns tantos dentro do enquadramento de recuperação dos soutos, dos sobreiros, que lá havia; vendo isto tudo era uma operação óptima!

Portanto, não havia nenhum conhecimento, nenhum conhecimento, pelo contrário, nessa altura, era Ota, Ota, Ota, ponto final. E a parte restante veio também por arrastamento. Porque, na altura em que se fez esse negócio dos 1500 ha, ele já sabia que, efectivamente, o Garcia ia vender o resto. Mais cedo ou mais tarde, quando se esgotasse o dinheiro, ele ia vender e, quando se esgotou o dinheiro, ele foi vender. Ele tinha pressa para fazer aquelas operações, porque havia pessoas que tinham capacidade e, se ele não andasse depressa, ele não tinha nada. Assim, ficou com 50%.

De Oeiras, não conheço nenhuma informação que haja sobre isso. Aliás, e da Operação Furacão também não, porque nós tínhamos passado o sistema para Cabo Verde e aquilo já devia lá estar há muitos meses. Eu, pelo menos, não tive informação nenhuma! Eu não sabia de nada! E até julguei que as coisas já lá estivessem há muito tempo.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Quanto à parte dos documentos nos contentores, é coincidência no dia a seguir haver uma...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Para mim, é coincidência! Eu nem sabia que tinha sido no dia a seguir. E já devia ter ido há muito tempo! Se calhar, as pessoas não fizeram o trabalho que deviam ter feito há muito tempo e depois foram a correr fazer.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Uma outra coisa: nessa sua descrição inicial descreve o grupo dos 10 e diz que há três oportunidades de venda, mas os accionistas nunca quiseram vender. Os accionistas foram beneficiários, de algum modo, da actuação do Banco Insular ou não foram beneficiários?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Deixe-me ver... Houve dois que foram beneficiários.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Pode dizer quais são? Ou está em segredo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Foi o Almiro e o Cordeiro.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Pois, nós temos de desconfiar quais são as respostas que estão em segredo... Mas está bem! Vamos ver como é que fazemos isso. Percebe-se quais são.

Precisamente por o senhor ter esse investimento e ter comprado esses mais de 1000 ha em Rio Frio e na zona de Alcochete, co-financiou ou financiou o estudo da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) para a localização do aeroporto naquela área?

O Sr. Dr. Oliveira Costa: — Não percebi...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Pergunto-lhe se o senhor financiou ou co-financiou o estudo para a localização do novo aeroporto...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não, não!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Essa questão nunca lhe foi colocada?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Nunca me foi colocada. E julgo que o banco não deu nem um tostão, nem nenhuma organização. Nem um cêntimo!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Nem nenhuma organização do banco ou da SLN?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Aliás, se pedissem, não dava, porque, nessa altura, eu estava envolvido e não ia dar nada.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — E, relativamente à fisionomia e às características do Banco Insular, quem é que desenhou toda essa...?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sobre o Banco Insular, não falo.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sobre o Banco Insular, não pretende prestar declarações. Mas isso fundamentado na questão de que se trata de segredo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Exactamente! Trata-se de uma peça importante do processo no Ministério Público.

O Sr. José Pedro de Aguiar Branco (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, posso fazer um esclarecimento?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Pedro de Aguiar Branco (PSD): — Uma coisa é o segredo de justiça, outra coisa é o estatuto de arguido, pelo qual terá o direito a não falar em alguma matéria que possa prejudicar aquilo que é a sua posição enquanto arguido.

Quanto a segredo de justiça, o meu entendimento é que não há segredo de justiça que impeça que seja prestada alguma informação, porque o segredo de justiça aqui não vincula a pessoa que está a depor. Só se tivesse conhecimento de matéria por força do processo onde é arguido. Mas, como não devia ter e não deve ter porque é arguido e a investigação está em curso...

Digo isto só para bem fundamentarmos e creio que não estarei a faltar àquilo que juridicamente deve ser correcto. Quanto a invocar o segredo de justiça, eu entendo que não o pode invocar. No que se refere a invocar a situação de arguido para, eventualmente, a situação não ser em

prejuízo do próprio, aí tudo bem. Isto parece-me a mim e é só para ficar claro.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sr. Deputado, entendi e respondo-lhe já nesse enquadramento.

Quando agora me foi feita a pergunta, de uma maneira muito directa, disse que a isso não responderia e é na qualidade de arguido que eu não respondo. Enquanto que eu dei abertura numa outra situação, que é conhecida, e dei abertura, porque não vejo que isso tivesse influência, numa situação destas era um desenrolar de... Obviamente que a curiosidade vossa é imensa!

O Sr. José Pedro de Aguiar Branco (PSD): — Pois, mas não há segredo de justiça.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas há a protecção do arguido.

O Sr. José Pedro de Aguiar Branco (PSD): — Então, é invocada essa situação, para que fique clarificada.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Exactamente, Sr. Dr. aliás, foi nesses termos que inicialmente o Sr. Advogado tinha falado.

Faz favor de continuar, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito obrigado.

Eu terei alegado segredo de justiça, embora não valha a pena discutirmos essa questão técnica, neste momento, porque não é

adequada. O senhor já disse e explicou que era como arguido. Mas devo dizer que, se declarou ou não declarou, eu não sei, no seu processo, no processo que corre, estando o processo em segredo de justiça, claro que também pode invocar o segredo de justiça. Mas não vamos entrar em discussões técnicas que aqui não têm essa valoração. Basta que me diga que não quer falar e eu respeito, porque é arguido no processo.

Voltemos, ainda, à operação Porto Rico.

Nessa operação de Porto Rico e da aquisição da Biometrics, o Sr. Dr. Oliveira Costa, na sua exposição, disse que, em última instância, quase que tinha sido encostado à parede, na sua deslocação a Cascais, para fazer o negócio, porque eles relacionaram essa aquisição com outro negócio em Marrocos e um estaria dependente do outro.

Quem é que lhe fez essa ameaça? Quem é que lhe fez ver que uma coisa estava relacionada com outra?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Repare: aí há uma conjugação de duas pessoas. Há um que diz: «Eu vou-me embora. Vocês resolvam isto que eu vou-me embora!» E há outro que diz: «É uma chatice, se ele se vai embora, nós não fazemos isto.» É tão simples quanto isto.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Portanto, é uma conjugação do El-Assir com quem?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Com o Dr. Dias Loureiro, naturalmente!

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Nesse negócio esfumaram-se, passo a expressão, alguns milhões de euros, ou seja, há um prejuízo de alguns

milhões de euros. Tentámos perceber por onde é que esse prejuízo andou, ou por onde é que pode parar, ou onde é que estará...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quanto a isso, também não lhe posso responder.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Também é uma área a que o senhor não quer responder. Já percebi que há aqui uma área de compromissos em que o senhor não quer responder.

E, por exemplo, em relação a outra área, à de pagamentos em dinheiro a alguns dos seus colaboradores?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Também não posso responder.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Também não quer responder.

Bom, assim, fica mais difícil, pois tinha uma quantidade de perguntas para lhe colocar.

Vou colocar-lhe a última: o senhor já disse que a valorização das acções da SLN dependia dos aumentos de capital ou dos últimos aumentos de capital. Mas, em última instância, quem é que decidia isso? Era o Sr. Dr.? Era o conselho de administração? Quem é que decidia a valorização da compra e venda de acções?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Resultava do apuramento dos resultados do Grupo, do balanço consolidado, da evolução que tinha e, portanto, aí, ou havia justificação para fazer evoluir o preço ou não. Mas

isso foi uma coisa que... Já não se fazem aumentos de capital há uns anos e julgo que o último aumento capital foi em 2003. Julgo eu, nem sei bem.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Aqui, por várias pessoas foi dito que a decisão era sempre sua...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Agora, é fácil dizer que é tudo o Oliveira e Costa. Às vezes, as pessoas não fazem as coisas e...

Só não digo quem foi o administrador, mas vou dar-lhes um caso. Às vezes, o ser voluntarista demais pode dar origem a isso. Há um facto qualquer em que o administrador veio ter comigo e começou-me a contar a história... E eu disse-lhe: «Olhe, então, e se for assim?» E ele disse: «Não senhor! O Sr. Presidente não pode fazer isso. E, já agora, digo-lhe: eu já dei indicações. Agora, as pessoas estão a trabalhar intensamente nisso, têm de vir no fim-de-semana, têm de ver por que é que erraram, que eu não tenho de dar soluções alternativas. Porque estão habituados, quando têm uma dificuldade, vêm ao Sr. Presidente, o Sr. Presidente resolve, e ninguém, pensa nada. Portanto, o senhor não pode fazer isso.» E tinha razão.

O facto de encontrar soluções para os problemas com alguma facilidade não significa que as deva usar. Abusei, efectivamente, nesse sentido. E as pessoas são preguiçosas e, em lugar de raciocinar e de encontrar soluções, dizem: «ele resolve». Eu fui empurrado para ser centralizador. Não fui compulsivo, mas fui empurrado e deixei-me empurrar.



O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr. Dr., o facto é que o Governo, o Estado, teve de nacionalizar o banco. Aliás, nacionalizou o banco, «teve» é uma expressão minha. O que é que o senhor acha?

O senhor disse que houve três alternativas de venda do banco. Tendo-se frustrado – pelas razões que, na sua versão, nos trouxe aqui – as três alternativas de venda das acções, que soluções é que o Sr. Dr., conhecedor como era do banco, acha que havia para o banco?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Para já, havia que questionar os indivíduos que fizeram isso, porque, ao fim e ao cabo, prejudicaram tudo e todos.

O banco tinha soluções. É muito difícil resolver uma situação, seja ela qual for, quando se entra no caminho da descredibilização da organização, pois a partir daí não há valores que resistam.

E há aquele exemplo que dei do Sr. Joaquim Coimbra, em que veio o homem da Aximage dizendo «foi o senhor!» Não é possível resistir, se efectivamente as pessoas que mais tinham interesse em defender uma determinada posição são as que actuam dessa maneira.

Tinham razões objectivas para o fazer, e eram razões de natureza... Estou a fazer especulação, porque as coisas ou acontecem ou não acontecem, mas os indícios são tantos de que havia interesses da parte dele em alguma coisa... E o caso da Murganheira é uma evidência total, porque o Prof. Orlando, que é o homem dos espumantes, quer comprar a Murganheira e dizem que não vendem, mas não dizem porquê... Depois, o presidente da Câmara Municipal de Lamego — eles esquecem-se que as pessoas se conhecem ali todas —, mal soube isto, telefonou logo ao

Orlando a dizer: «olha, estive aqui fulano e diz que vai comprar a Raposeira».

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — E os accionistas deram alguma explicação, disseram por que é que não queriam vender? Que objectivos é que eles tinham?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Silêncio. Não se percebe. É por isso que digo que aquilo, ou tem contornos psicóticos — e não sou um especialista na matéria —, porque não há entendimento, ou, efectivamente, havia ali interesses económicos subentendidos. E há um aflorar frequente dessa situação. Este exemplo que estou a dar é uma evidência.

Não posso dar mais evidências, embora tenha alguns sinais de outras coisas, porque depois caem sobre mim. Desta há testemunhas, passou-se assim e ninguém pode negar que aconteceu.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Ou seja, a conclusão que o Sr. Dr. tira é que essa acção dos grandes accionistas e do Dr. Miguel Cadilhe prejudicou os depositantes e os pequenos accionistas.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Os portugueses em geral foram prejudicados, porque qualquer daquelas soluções traziam para cá dinheiro forte, e tinham condições para o fazer, para desenvolver projectos. Quem sabe se não estaríamos agora a auxiliar a economia portuguesa com alguns projectos interessantes para criar uma testa de ponte de qualidade, até porque temos tanta gente criativa!? E se houvesse, efectivamente,

meios financeiros para pegar nessa gente criativa e desenvolver projectos poder-se-ia fazer coisas fantásticas.

Essas pessoas têm um espírito de burocrata, não têm a noção dos prejuízos colossais que deram ao País por, efectivamente, serem teimosos e por quererem a tudo o custo crucificar o Oliveira e Costa. Não lhes desejo mal nenhum — quando morrerem não vão para o céu... —, porque não desejo mal nenhum a ninguém, perdoo a toda a gente. Perdoo mesmo! Não há ninguém, por muito mal que me façam... O mal que me fizeram ou que me desejarem repercute-se nas próprias pessoas.

Não preciso de desejar mal nenhum a ninguém, só desejo bem. E até vos conto aqui uma coisa interessante (isto está a ser gravado, é uma maçada, mas, de qualquer maneira vou contar).

O Sr. Joaquim Coimbra dizia, muitas vezes, que estava a falar comigo com toda a lealdade. Eu ficava sempre calado. No dia do jornalista dizer aquilo, ele disse novamente: «Ó Sr. Dr., estou aqui com toda a lealdade!»! E eu disse-lhe: «o senhor diz muitas vezes que está sempre a falar comigo com muita lealdade, e eu fico calado. Não sei o que é que o senhor pensa, mas vou explicar-lhe, porque cada vez que o senhor diz «lealdade» eu, nas minhas meditações, repito 20 vezes que Deus encha a sua alma com a bondade de tanta lealdade». E ele nunca mais falou em lealdade.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr. Dr., procurámos saber quem era o A1. Pode identificar-nos quem é o A1?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Isso está na órbita do crime.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Outra questão de somenos importância, e espero não estar na órbita reservada: quem é que lhe apresentou o Dr. Fantasia?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Conheço o Dr. Fantasia há tantos anos!...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Conhece-o no Algarve?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Conheci-o no Algarve, há já muitos anos.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Já houve aqui um senhor que disse que ele jogava golfe e que foi por causa disso que o conheceu. Foi por essa via?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não foi pelo golfe. Ele, por acaso, gosta muito de golfe e, às vezes, desafiava-me, mas não percebo nada daquilo e ia lá fazer-lhe companhia, porque não tenho jeito nenhum para aquilo nem tempo. Mas não foi por causa do golfe.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Quanto a essa divisão que agora se faz do Dr. Fantasia, das empresas, acha que de, alguma forma, essa divisão que foi feita — 50%, 45% e mais 5% — prejudicou o banco, ou não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não queria pronunciar-me sobre isso. Eu teria feito as coisas de modo diferente, mas agora não sou ninguém.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr., nesta primeira ronda era só o que eu queria perguntar.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr. Oliveira e Costa, agradecemos, naturalmente, o depoimento que veio prestar à Comissão e a disponibilidade que manifesta para responder a algumas questões que vamos colocar.

Enquanto membro desta Comissão não vou, em nenhuma circunstância, pôr em causa afirmações, opiniões e factos que veio aqui expor — quem sou eu? Nem é esse o papel da Comissão! —, mas, tal como disse, o objecto desta Comissão, para os Deputados, é saber a verdade dos factos.

Obviamente que numa situação de uma Comissão de Inquérito como esta saber a verdade é uma tarefa difícil, porque têm surgido tantas contradições — não é o caso do Dr. Oliveira e Costa —, tantas situações de difícil avaliação, por isso vou colocar uma série de questões que têm a ver com esta tentativa de descoberta.

O Dr. Oliveira e Costa, na fase inicial do seu depoimento — e vou ater-me um bocado ao depoimento que nos trouxe, que ainda não li e que vou tentar ler novamente —, a certa altura, falou de crise no Grupo e

várias vezes utilizou a palavra «crise no Grupo». Portanto, em meados de 2007 o Grupo estaria em crise.

Primeira pergunta muito concreta: estava em crise. Porquê? Quais as razões? Quais os fundamentos? Quais os factos que justificavam essa crise?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Era a minha idade.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não vou qualificar a resposta, mas naturalmente que a aceito.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não havia nenhuma razão objectiva para agir assim. Eu tinha atingido o prazo limite do contrato estabelecido, de oito anos, e, portanto, eles estavam à espera... E havia pessoas com ambições. Não vou citar nomes nem coisa que o valha, mas havia pessoas com ambições...! Mas aquilo é um Grupo tão complexo que é muito difícil de gerir. É extremamente complexo!

Não digo o resto porque não quero ofender ninguém. Não estou aqui para ofender ninguém. Só desejo bem a toda a gente, como é que posso estar a ofender pessoas? E lamento ter dito aquilo que disse sobre as pessoas, mas agrediram-me e tive de me defender. Repito: não lhes desejo mal nenhum, mas tive de me defender, porque, ao fim e ao cabo, estavam a dizer uma coisa para empurrar para mim as responsabilidades quando as responsabilidades são partilhadas, ponto final! Essa é que é a grande verdade.

Mas aí não houve nenhuma razão objectiva, aliás, tínhamos apresentado bons resultados em 2006. Já se sabia que em 2007 não ia ser

assim, que havia dificuldades, pois antecipámos uma mais-valia de 13 ou 14 milhões numa operação. Com 250 000 € ganhámos 13 milhões de euros. E eram estas operações que interessaria para resolver situações, eram óptimas, mas essas operações não aparecem todos os dias. E mesmo quando aparece uma coisa destas, quando a coisa é demasiado boa desconfiamos. Desconfia-se mesmo!

Quando se está com alguns problemas não se pode arriscar. Quando se arrisca é porque já se tem um grau de certeza muito grande de que as coisas podem acontecer, porque havia coisas que se acreditava que correriam bem e que correram mal. E podemos estar sempre a acertar no errado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Fiz esta pergunta, e tomei nota da resposta da idade mas também de tudo o resto que me disse, porque, além de falar em crise, disse — eu fui tomando nota — que o Grupo tinha problemas, embora tivesse património. E, depois, explicou exhaustivamente, no fim, a questão do património.

No fundo, a questão que eu queria colocar, muito directamente, é se nos problemas do Grupo estava algo que se tem dito nesta Comissão — não vou dizer que isso fosse verdade — e que correspondia a um determinado tipo de gestão que o Grupo teria desde 2001/2002 até meados de 2007. Ou seja, que não seria uma questão financeira, que não seria uma questão de património, que não seria a existência de imparidades nas condições técnicas, que nos explicou e de que tomámos nota, mas, sim, se haveria, ou não, algo que, ao longo destes meses, nesta Comissão tem sido dito: uma gestão ruínosa — aliás, tem sido utilizada esta terminologia — do Dr. Oliveira e Costa! Aliás, o Dr. Oliveira e Costa já

demonstrou que tem ouvido isto. Não estou a dizer que isso seja verdade! Seria um caso de polícia e outras coisas do género...

E, portanto, a questão que ponho é se — quando falou em crise, já percebi; quando falou de problemas também já fui percebendo que tem a ver com a crise — também este tipo de situações não fizeram com que o Dr. Oliveira e Costa pretendesse vender o Grupo. É uma pergunta que me parece lógica.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Vender o Grupo, eu pretendia, mas pelas condições que criaram. E eu sabia que eu saindo do Grupo ninguém era capaz de dar-lhe sequência em condições adequadas. E não estou agora aqui a valorizar-me!... É por causa da complexidade e do grau de conhecimento que era preciso ter dos detalhes das coisas. Há montes de coisas que sei efectivamente e não preciso de perder muito tempo para dizer: cuide disto, cuide daquilo, venda aqueloutro!... Porque as pessoas, geralmente, não têm esse cuidado.

Havia pessoas que tinham obrigação de acompanhar determinadas coisas e, de vez em quando, lá estava eu a perguntar: «você já fez isto?», «você já fez aquilo?» E é por isto que diziam que eu era centralizador, mas eu tinha de perguntar às pessoas, porque elas não faziam.

Não quer dizer que não houvesse uma organização. Aliás, nas referências que foram feitas a que não se fazia isto, não se fazia aquilo, não se fazia aqueloutro... Então, o Grupo estava organizado por *sub-holdings* e, por isso, o responsável pela *sub-holding* tinha obrigação estrita de pôr tudo a funcionar como deve ser. Apresentava um relatório para a *holding* a dizer «ou me dão isto ou vou-me embora, porque assim não vou



a parte nenhuma»! Andavam todos a fingir que faziam, porque encontravam um bode expiatório e colocavam-lhe tudo em cima.

Portanto, o grupo estava organizado em condições de que se as pessoas que estavam à frente dele quisessem efectivamente exercer a sua função com a eficácia que, por vezes, vinham para cá dizer que tinha sido feita, dessem o exemplo! Aliás, no que escrevi digo isso mesmo, então se estava mal, dessem o exemplo, fizessem bem!

Isso teria sido extremamente importante, porque tinha um efeito de arrastamento muito forte sobre todos os outros. É tão simples quanto isso!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Já estou a perceber, pelas suas explicações, o que é que se passava nessa fase da tentativa de venda do Grupo, mas, também, nos apercebemos do seu depoimento que havia um grupo de accionistas, um pequeno subgrupo, um grupo de 4, depois um grupo maior, depois um acordo parassocial, depois uma série de situações que dá a entender que eram esses accionistas, vou usar o termo que me pareceu do seu depoimento, que o queriam empurrar para fora do Grupo.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Era.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — É isso!

Assim pergunto-lhe o seguinte: a certa altura, afirmou que quem liderou sempre esse movimento foi o accionista Joaquim Coimbra, que já aqui foi ouvido.

Depois, tomei notas de coisas que o Dr. Oliveira e Costa disse do Joaquim Coimbra, nomeadamente que deu ordem para cancelar uma

viagem, que alguém tinha dado ordens ao Coimbra para ele tomar esse tipo de atitudes...

Assim, a pergunta que lhe deixo é esta, se poder esclarecer a Comissão, pois como já foi até aí, como já citou o Joaquim Coimbra nessas circunstâncias, peço-lhe para que, se puder, fosse um pouco mais longe seria bom para a Comissão saber...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não! Olhe que eu já...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não me vai dizer!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, eu indico, naquilo que escrevi, que: «isto era bom saber quem, mas agora não é oportuno!». Eu tenho as minhas razões pessoais, porque, efectivamente, eu sei mais do que disse, mas não é importante para a Comissão; é importante para a minha reacção a seguir sobre o que é que eu vou fazer.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Eu percebo, mas pode explicar à Comissão o que é que o Joaquim Coimbra queria? O que é que queria aquele grupo de accionistas, na prática, na realidade?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sr. Deputado, eu dei-lhe o exemplo de que estou aqui para colaborar e quando eu disse que repetia vinte vezes, veja a resposta...

Compreendo que havia aqui segundas intenções, eu posso indiciar segundas intenções, não posso e não devo, especular sobre elas, porque se não elas depois viram-se contra mim.

Portanto, eu tenho indícios neste sentido e dei exemplos concretos das atitudes e dos comportamentos que, claramente, indiciam que não estava perante um amigo.

Aliás, a última vez que falámos – ele, se calhar, não se lembra – foi no Hotel Corinthia em que eu estive à espera uma quantidade de tempo e ele só quis saber o que é que eu ia fazer a seguir... Eu já tinha saído e não me apercebi logo da intenção dele, mas quando me apercebi comecei a dar a volta ao assunto, mas, ao fim e ao cabo, ele não gosta de mim por qualquer razão...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — A certa altura afirmou que nessa fase de tentativa de venda aos vários possíveis compradores do Grupo, havia contactos informais junto do Banco de Portugal.

Que contactos informais? Porquê? Qual o papel do Banco de Portugal nesta tentativa de negócio?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — O papel do Banco de Portugal nesta tentativa de negócio não é nenhum; o Banco de Portugal apenas tem que aferir se aqueles candidatos a comprar uma instituição financeira são ou não elegíveis e aquilo que se perguntava, através dos advogados, não era eu que ia lá fazer as perguntas, era o seguinte: está aqui este senhor, que é este senhor assim-assim ou esta entidade assim-assim, ela é elegível do ponto de vista do Banco de Portugal para poder tomar uma posição x, y ou z numa instituição financeira? Esta é a função do Banco de Portugal, ou seja, é o princípio da não oposição do Banco de Portugal.

Portanto, essas relações eram só nesse quadro e não se avançou nada... Eu falei aqui que combinei com vários interessados e quando se

falava do Banco Insular era autónomo, não se misturavam as coisas, porque não podia estar a negociar com entidade nenhuma e depois aparecer-lhes pela porta do cavalo uma situação diferente.

Portanto, eu só avançava dizendo isto é assim, mas existe mais isto assim-assim... E eu só avançava com acordo, com confidencialidade, como é evidente, dizendo que para prosseguir teria de ser assim.

É evidente que eu não disse isto às pessoas, porque se eu estava à frente do processo de negociação e se eu lhes dissesse alguma coisa que não estivesse correcta, depois caíam sobre mim e com toda a razão.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Agora pergunto: esses contactos informais eram feitos pelo Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não, eram feitos pelos advogados.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Os advogados com alguém do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Com as estruturas próprias do Banco de Portugal.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — A certa altura, o Dr. Oliveira e Costa disse que a não venda do Grupo era um colapso – também tomei nota desta frase.

Gostaria que esclarecesse por que é que considera a não venda, como não foi vendido, um colapso.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Está a ser.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, é no sentido de dizer como não vendeu aconteceu isto...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — As dificuldades que estão aí todas a surgir, ainda por cima tiveram a ajuda espantosa internacional que deu um contributo fantástico, mas que para eles não é nada, porque me imputam tudo a mim, eu é que sou o responsável por tudo, essa coisa da crise na América e do *subprime* e tudo o mais eu é que sou o responsável... Até parece que vai haver agora um terramoto na Colômbia e eu sou o responsável por isso...! Imputam-me tudo a mim, seja o que for, e a certa altura temos uma reserva oculta. Alguém vai ser o herói! Afinal o Oliveira e Costa era um parvo, deixou esta coisa aqui e nós resolvemos isto num instante...

Havendo valores, e há, e havendo bom património é preciso ter alguma capacidade financeira para sustentar as coisas e não ir precipitadamente vender seja o que for.

Porque aquela história de vender as empresas de qualquer maneira é que um disparate gigantesco; as coisas têm de ser feitas uma a uma e é por especial favor que se pode vender uma coisa daquelas.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, o Dr. Oliveira e Costa nessas circunstâncias queria vender o Grupo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Era mesmo vender o Grupo, porque era para salvar os accionistas.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas do ponto de vista pessoal, para si, como presidente do Grupo, na altura era presidente do grupo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu como presidente do grupo não me importava nada, aliás, a certa altura, houve um comprador que até queria outras pessoas para outras coisas e teve da minha parte toda a colaboração.

Eu disse: «Eh pá, eu já tenho muita idade, não estou disponível para isso; estou aqui para ajudar e ajudo em tudo o que sei, sobretudo isto, põe isto tudo, põe tudo como deve ser e o senhor segue a sua vida à vontade». Não havia aqui nenhuma preocupação de estar a defender o lugar. Estou farto de trabalhar...! Agora estou ali numa cela, não é?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Tem menos trabalho, não é?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mesmo assim já li 60 livros.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Dr., a propósito do Dr. Dias Loureiro queria colocar-lhe duas questões, sendo uma delas sobre esse negócio de Porto Rico sobre o qual já ouvimos aqui muitas explicações, lembro-me, inclusive desse parecer, de que falou hoje, do Dr. Jordão, julgo que era assim que se chamava, que teve sempre uma posição, que não era muito peremptória, de dúvidas, etc.

Primeira pergunta: o Dr. Oliveira e Costa aceitou ou não esse negócio quando ele foi feito, de início?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não me opus...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não se opôs.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — ... porque eu poderia ter dito: não! Mas não disse e isso está escrito...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sim. Então, pergunto: e o negócio far-se-ia sem a sua aceitação?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não! Ninguém tinha coragem de fazer a aquisição se eu dissesse: não!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não se opôs, só?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Só não me opus.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas teve, depois, conhecimento dos pagamentos que se foram fazendo, etc. Tinha conhecimento de toda essa situação que era, depois, liderada pelo Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu nem sabia que ele tinha feito tantas intervenções, também fiquei surpreendido, diga-se de passagem, sobretudo quando ele disse que assinou pelo Fundo e mais não sei o quê, para mim foi uma surpresa.

Eu, depois, não tinha de pegar nas coisas, como é evidente, não pegava nelas.. Aliás, a certa altura, até julgavam que eu tinha uma

*password* e eu nem sequer tinha *password* do computador do Banco. Zero! Absolutamente zero! Nunca fiz um único movimento no sistema! Nem um!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Isso que me está a dizer faz-me pensar o seguinte: então, isso quer dizer que o Dr. Oliveira e Costa tinha confiança em todos os colaboradores, em todas as pessoas, a quem dava instruções para fazer qualquer coisa?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Repare: porventura, um dos meus defeitos é que eu gosto de acreditar nas pessoas, porque eu dou muito valor às pessoas, mas verifico que, depois, as pessoas... E nos últimos tempos eu tive mais consciência de que fui um bocado lorpa em acreditar como acreditava. Custa-me imenso não acreditar nas pessoas, mas temos de fazer os testes às pessoas e só depois é que podemos abrandar.

Eu partia sempre do princípio de que as pessoas eram boas até prova em contrário. Nas empresas temos de fazer ao contrário: as pessoas provam que são boas para depois terem as posições... E eu acreditei...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — É o ónus da prova da bondade.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E as pessoas sabiam que eu tinha uma atitude muito bondosa, muito complacente para com as pessoas e isso foi mau.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Embora, o Dr. Oliveira e Costa já tenha dito que não fez uma exposição inicial sobre a questão do Banco de



Portugal eu não deixarei de pôr duas ou três questões embora eu seja daqueles que aceito que se entender que não quer responder nem precisa de invocar qualquer qualidade, pois nós não estamos aqui num tribunal, cada um responde àquilo que quer responder e não responde àquilo que não quer responder.

Pergunto: quem era o interlocutor do BPN, ao longo dos anos, para efeitos da supervisão normal do Banco de Portugal? Ou seja, quem era do Banco de Portugal e com quem do BPN o Banco de Portugal se relacionava para efeitos de supervisão?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Havia um serviço especializado, que, aliás, todos os bancos têm, que acompanha todos esses aspectos do Banco de Portugal e que responde directamente. Quando algo chega ao nível da Administração já é alguma invulgaridade, porque toda a rotina – e a rotina é vastíssima –, são várias pessoas a trabalhar intensamente para dar essa informação, são empregados, não tem nada de especial.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, eu depreendo que não chegava ao Presidente do Conselho de Administração, não tinha de chegar...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não tinha de chegar.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ficava tudo ali, mas houve um administrador que cá esteve, José Luís Pinto da Silva, que a certa altura afirmou: «O Dr. Marta questionou, em 2003, Oliveira e Costa...») – portanto o vice-presidente da supervisão questionou o Dr. Oliveira e Costa

– «sobre a opacidade na estrutura accionista da SLN». Queria saber se isto é verdade, se não é e se isto aconteceu? É que eu tomei nota do que disse José Luís Pinto da Silva quando cá veio.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu tinha uma ideia das pessoas. Hoje, sou capaz de ter outra.

Para os senhores fazerem uma ideia, nas assembleias-gerais eu ficava tão incomodado que não fizessem perguntas... Ficava mesmo incomodado! «Então, isto parece um monologo!» Cheguei a fazer perguntas, ali, à sorte, e a dizer: «Faça algumas perguntas, homem! Faça algumas perguntas!»

O Sr. Honório Novo (PCP): — Fazia perguntas a si próprio!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não! Eu nem estava com a preocupação de serem perguntas fáceis. Perguntas difíceis! Era o que saía. Pelo menos, para ver se faziam alguma pergunta! Porque estar a aprovar tudo por unanimidade e, às vezes, por aplauso chateia. Isso, só em certos regimes políticos.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ninguém vai insinuar que isso acontecesse no BPN.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas, na prática, era como se fosse.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Dr., queria perguntar uma outra coisa que ainda tem a ver um pouco com o Banco de Portugal e, obviamente, responderá se entender.

Ao longo dos anos em que foi presidente do conselho de administração do Grupo SLN/BPN, nunca teve conhecimento de qualquer actuação do Banco de Portugal no sentido de obrigar o BPN a cumprir determinadas regras, que são as regras que a supervisão tem de impor à banca? Ou seja, se, ao longo dos anos, nunca lhe chegou a si nada disso, se tudo isso passou à margem do presidente do conselho de administração.

E pergunto-lhe isto porque, entretanto, hoje, sabemos que o Banco de Portugal fez chamadas de atenção. Houve várias situações em que o Banco de Portugal, conforme ia detectando as coisas, ia tomando determinadas atitudes em relação ao banco. Daí que, inclusivamente, tenhamos sabido, e há documentação nesse sentido, de que havia dezenas de respostas para dar ao Banco de Portugal na altura em que o Dr. Abdool Vakil foi...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim, mas...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Dr., só estou a perguntar se lhe chegou ao conhecimento, ao longo desses anos, como presidente do conselho de administração, que o Banco de Portugal alguma vez tivesse tido qualquer tipo de atitude desse tipo ou se achava que tudo estava normal e a correr normalmente.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, basta termos ido ao Banco de Portugal mais do que uma vez falar com a administração para não me sentir confortável. E o Banco de Portugal era muito acutilante e tinha lá gente muito acutilante a ver as coisas, viam com muita minúcia. Nós avançámos, inicialmente...

Já agora, para vos dizer que, quando eu peguei no Grupo, em 1998, o Grupo estava completamente falido. E até se deu esta coincidência: eu costumava ir de férias na primeira quinzena de Agosto e nesse ano, por causa de um amigo, para ir ao estrangeiro, fui na segunda quinzena. Puseram o BPN à venda na primeira semana de Agosto e eu, que não devia estar cá, devia estar no estrangeiro, estava cá. Há um amigo que me diz para fazer a operação. E eu acabei por fazer a operação.

Se eu cumprisse as minhas férias, quando chegasse, já o Banco estava vendido ou não era vendido. Foi uma coisa assim um bocado esquisita. E, depois, quando lá cheguei, a companhia de seguros estava falida, a Carfin Rent devia 500 milhões, o banco tinha para aí 50% de crédito malparado. Foi um martírio de tal maneira que eu andei tão angustiado, tão angustiado, tão angustiado e a sofrer solitariamente que tinha uma inflamação benigna na próstata que passou a cancro. Eu atribuo isso à angústia e o médico confirma claro, pois disse: «Você tinha isto há anos sem problema nenhum. Andou para aí assim... Ao menos que fizesse barulho! Não fez barulho...»

Ter pegado nisto, para mim, foi, francamente, uma tragédia. Quem me dera a mim que isto nunca tivesse acontecido. E foi por um acaso: um acaso de troca de férias.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Dr. Oliveira Costa, então, face ao que disse agora, pergunto-lhe o seguinte: ao confirmar para si próprio que teria sido melhor para si e para a sua saúde, para a sua vida, para todo o seu bem-estar, etc., não ter pegado, na altura, no Grupo,...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sem dúvida nenhuma!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — ... a pergunta que deixo é a seguinte: quando é que se apercebeu disso?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Repare: eu quando me apercebo...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ou seja, tudo isso, inicialmente, começou em 1998 ou 1999.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Foi em Agosto de 1997.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Quando é que se apercebeu que, realmente, tinha entrado numa situação que o levava a ter esses problemas todos e por que não saiu antes? Quando uma pessoa tem uma situação dessas, muitas vezes, é natural que isso aconteça.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu tive um sofrimento colossal, mas também tive alguma sorte, porque, rapidamente, fizeram-se umas operações e comecei a equilibrar a situação — rapidamente! Eu até fiquei espantado comigo mesmo: «Como é que se conseguiu fazer isto?»

Se, depois, não aparecesse o raio da Biometrics, eu não estava hoje aqui. Não estávamos aqui!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sim, senhor.

Estamos, realmente,...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E, depois, com essa doença ganhei outra. Essa obrigou-me a apanhar outra... Veja lá, portanto, a minha sorte.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Já agora, em que altura é que o Dr. Oliveira Costa teve esse sofrimento e esse problema de doença? Foi logo de início? Foi em 2004? Se puder dizer, enfim, não precisa também de...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu posso dizer, porque eu mantive tudo secreto. Às vezes, as coisas fazem-se secretas. Eu mantive tudo secreto.

Eu fazia exames de rotina e, em Julho, fui fazer exame de rotina e o médico disse: «Isto mudou-se radicalmente!» Eu estava a sofrer desde Janeiro.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Já agora, diga-nos o ano, Sr. Dr., porque eu ainda não percebi.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Em 2008.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ah! Foi agora!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não! Em 1998.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ah! Logo em 1998!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Logo em 1998. Portanto, em 1998, quando pego naquilo em Novembro... Eu peguei, ainda não oficialmente, em Novembro e depois é que houve a assembleia-geral em 8 de Janeiro, mas eu comecei a trabalhar em Novembro. Foi quando fiz a primeira operação no banco. E, quando, passado pouco tempo, me apercebo daquela situação, estive para desistir, mas, depois, aquela gente... O que é que eu ia dizer às pessoas? «Olhe, perdemos este dinheiro...»?

Andei ali a sofrer e ainda cheguei a ir aos Estados Unidos fazer o exame para ver se tinha mesmo de fazer a operação, mas era um daqueles cancros que podiam ir para os ossos rapidamente. E, então, um dia, em 24 de Outubro de 1998, saí do banco, ninguém soube, às 17 horas, já tinha feito os exames todos que eram necessários, fui operado e na terça-feira estava a trabalhar sem ninguém se aperceber.

Acharam que estava um bocado em baixo e eu disse: «Dormi mal. Tive muita coisa neste fim-de-semana para fazer e dormi mal.» E foi assim. Ninguém se apercebeu, ninguém soube. Durante anos, ninguém soube que eu tinha sido operado, até porque, se eu dissesse, criaria um embaraço que os accionistas e todos mais, aquela era gente ainda mais opaca do que esta.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, o Dr. não leve a mal estar a falar de uma coisa que é de ordem pessoal, mas, como a afirmação foi sua, posso concluir que esse sofrimento que teve, na altura da sua doença e isso tudo, foi logo na altura da compra?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Foi depois da compra.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Foi depois da compra, mas foi naquela fase, em 1997/1998!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Foi quando eu detectei: como é que eu vou resolver este problema sem contaminar ninguém?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito bem! E depois disso já, felizmente, não teve...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Depois, não.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Dr., uma pergunta que tem a ver com uma coisa aqui dita e que tem a importância que tem e, obviamente, responderá, se assim o entender.

Ao longo dos anos, no Grupo, segundo foi afirmado aqui pelo Dr. Manuel Meira Fernandes, havia avultados levantamentos em numerário para pagamentos por fora. Acho que todos ouvimos isso. Gostaria de saber, primeiro, se tem conhecimento, se pode responder...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não falo sobre isso.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não responde?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não respondo!



O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, do PCP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Oliveira Costa, aqui, há uns tempos, todos lemos num jornal (não sei se traduz fidedignamente a fonte) que o senhor terá dito que tinha escolhido uma equipa muito capaz, muito eficiente, muito competente, mas que, recentemente, havia descoberto que alguns deles, pelo menos, eram «cegos, surdos e mudos». Se for fidedigna esta citação,...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não é fidedigna. Eu também me ri, quando vi essa notícia.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é fidedigna. Que pena! É porque, se fosse fidedigna, eu ia admitir um desejo pessoal: que os cegos, surdos e mudos fossem numa quantidade um pouco maior do que aquela que nos trouxe hoje, e hoje só nos trouxe, pelo menos, que eu me recorde, duas pessoas. Portanto, eu, pelo menos, espero que nos possa trazer mais alguém a este grupo de cegos, surdos e mudos.

Feito este intróito, digamos, irónico ou simpático, gostava de colocar algumas questões, começando, exactamente, pelo memorando que acaba de nos ler.

Quando diz que o grupo dos 4 ou dos 10 accionistas que estabeleceram entre eles um acordo secreto em Agosto de 2007...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — A 30 de Agosto de 2007, foi no dia dos meus anos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... em 30 de Agosto de 2007, pareceu-me ouvi-lo dizer que o Joaquim Coimbra tinha, juntamente com os seus colaboradores ou os colegas accionistas, uma outra hipótese, uma outra rota, uma outra opção, uma outra orientação que não a venda de acordo com as propostas que aqui emitiu.

Pergunto-lhe se quer descrevê-la, se tem conhecimento dessa ideia, dessa orientação, dessa proposta, enfim, dessa opção?

Depois, referiu também, Sr. Dr., que teve reuniões com o Governo — está vertido numa acta do conselho superior — sobre a eventual venda à Carlyle. Gostava que o Sr. Dr., se quisesse, nos descrevesse esse tipo de reuniões que teve com o Governo, com quem e para quê?

Refere ainda, na sua descrição, que houve propostas de compra comunicadas ao Banco de Portugal por alguns dos compradores ou que os compradores que, inclusivamente, terão pedido (foi isso, pelo menos, que eu percebi) elementos de informação ao Banco de Portugal. E a questão que queria saber era se estes ofícios dirigidos ao Banco de Portugal, ou pedidos, ou solicitações, tiveram ou não tiveram resposta.

Este é o primeiro conjunto de perguntas que gostava de lhe colocar.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Começando pela última questão, não houve nenhum comparador em si que se dirigisse ao Banco de Portugal.

Não quer dizer que não tivesse havido mais entidades interessadas em comprar, simplesmente, foi feita uma triagem e havia pessoas com as

quais não valia a pena estar a perder tempo e, portanto, foram logo eliminadas. Aquelas que ficaram, éramos nós que, efectivamente, precisávamos também de informações mais precisas sobre as respectivas entidades e precisávamos de ter os elementos que se conformassem com os princípios que o Banco de Portugal exigia para que não se opusesse à compra.

Portanto, há um conjunto de princípios que têm de ser respeitados e é esse conjunto de princípios, alguns através de uma presença documental, que nós pedíamos às pessoas: «Olhe, agora, nós queremos fazer uma consulta prévia...» Era assim que se dizia: «Vamos fazer uma consulta prévia para não ter surpresas nenhuma, mais tarde.»

Logo, não dizíamos que estávamos a desconfiar das pessoas nem coisa que o valha, fazer uma consulta prévia ao Banco de Portugal para ver se há alguma contra-indicação. E as pessoas davam os documentos, seguia a tramitação que é adequada e, portanto, o Banco de Portugal, como faz parte das regras,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr. houve respostas...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — ... também, de uma maneira não formal — e o Banco de Portugal, geralmente, até nem gosta de estar a responder por escrito nessas coisas — diz que, em princípio, não há oposição e diz tudo aquilo. «Em princípio», não se compromete nunca a 100%. Só, depois, quando tiver os documentos todos oficialmente, nessa altura, é que diz, «sim, senhor. *Ok.*» Mas nós tínhamos tudo preparado, de tal maneira que, se houvesse o *Ok*, era muito fácil dar o passo seguinte. Era um passo de horas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., se me permite, não vale a pena perdermos muito tempo na elaboração, até porque já estamos aqui há longas horas, mas a questão que queria saber era se houve respostas do Banco de Portugal a esses pedidos e informação ou a essas propostas, a essas *démarches*.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É este tipo de resposta que foi dado?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Como?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não é uma resposta escrita, é uma resposta em que não há oposição, de princípio.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É informal?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É informal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., é informal, mas é escrita.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Eu não sei as relações que os advogados têm com as pessoas! E, portanto, como isso é um serviço de advogados, não posso eu agora pronunciar-me. Diziam-me muitas vezes: «Esteja descansado, porque não há oposição».

Agora, se foi por escrito ou se não foi por escrito ou se foi por relação de amizade ou porque foi, a isso não posso responder-lhe. A mim,

o que me interessava era ter um papel do advogado a dizer: pode prosseguir com as negociações, porque não há problema.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E sobre o Governo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Peço desculpa, mas iria reservar-me sobre isso, porque eram coisas tão interessantes, diga-se de passagem, que poderiam acontecer. Na altura, foi tomado o compromisso e, agora, não digo, porque foi tomado o compromisso.

Eu pedi para falar e disse que era uma conversa confidencial e que jamais a utilizaria, salvo fazer referência a que houve contactos com o Governo. E, portanto, eu respeitarei esse princípio, sempre!

Houve contacto com o Governo e isto eu posso dizer, porque foi, efectivamente, o acordado, mas até onde fomos na conversa, isso é que não posso dizer.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E, então, qual era a perspectiva do Dr. Joaquim Coimbra, sabe?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não percebo... É difícil perceber aquele homem!

Se calhar, se eu fizesse tudo aquilo que ele queria, eu era um herói; como eu não o fazia, não era um herói. Era um malandro!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Avançando, Sr. Dr.: alguém aqui disse, num depoimento, que a ideia deste grupo de accionistas era a de, numa

primeira fase, substituir o Sr. Dr. pelo Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches, antes do Dr. Vakil e ainda muito antes do Dr. Cadilhe.

Tem noção desta transição?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ouvi falar nisso, mas julgo que o próprio Francisco Sanches não queria. Suponho que ele o disse aqui e acho que ele o disse com verdade.

Não quer dizer que, às vezes, as pessoas não tivessem ideias e pensassem: «Se calhar, eu era capaz de fazer...!» Mas ele deve ter raciocinado e ele não era estúpido. Aliás, ele disse-o aqui, ouvi uma gravação dele a dizer que foi uma hipótese que nunca assumiu pessoalmente como uma realidade. E é isso o que sei e penso que ele o decidiu. Se é assim que ele decidiu em consciência, decidiu bem! E já estou a fazer uma apreciação subjectiva...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., este grupo de accionistas começa a movimentar-se por volta de Junho ou Julho de 2007, enfim, pretensamente.

Em simultâneo com esta movimentação, é elaborado um documento que está na base de um outro que aparece no ano seguinte, «baptizado» *O estado da nação*. Mas, nesta fase inicial, há a preparação de um documento apócrifo, sem nome, que é elaborado — e foi assumido aqui — por três dos seus ex-colaboradores: António José Duarte, António Franco e Manuel Peixoto.

Ora, o que eu gostava de saber, Sr. Dr., é: quem é que esteve, de facto, na origem deste documento? Quem é que o mandou fazer? Foi o Sr. Dr. Oliveira e Costa? Foram alguns dos accionistas de referência

implicados neste grupo? É que nesse documento, fazia-se, de alguma forma, referência, não a imparidades mas aos chamados (não vou discutir o termo técnico) «buracos» do Banco Insular, «buracos» esses devido, sobretudo, às acções, às contas de investimento.

O que é que nos tem a dizer sobre isto, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Olhe, não acredito que isso tenha sido mandado fazer por nenhum accionista...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., não o estou a ouvir, peço desculpa.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Tenho alguma dificuldade em admitir que tenha sido feito por iniciativa própria também. No fundo, estou aqui a encontrar um caminho sem caminho.

Estou com dificuldade em identificar. Eu posso ter suposições, e tenho-as, mas como são meras suposições, com um grau de substância insuficiente para eu correr o risco de as divulgar, então prefiro não as divulgar. Mas acho que esse...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não foi o senhor, portanto...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não fui eu. Está fora de causa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E admite que também não foram os tais accionistas de referência?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Admito que também não tenham sido. Pelo menos não tenho, dentro deste conjunto de entidades, de figuras, não vejo nenhuma a sobressair, embora o corpo de um outro pudesse identificar mas, sem a gente ver a face, não identifica.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas o Sr. Dr. conheceu o documento?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não. Nunca lhe foi mostrado?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Nunca.

Talvez se eu tivesse tomado conhecimento do documento tivesse sido útil.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., acha que durante o ano de 2007, ou anteriormente a 2007, algum ou alguns destes accionistas do chamado grupo dos 10 ou grupo dos 4, como queira, tivessem, de facto, tido conhecimento da existência do Banco Insular e do papel que ele desempenhou como instrumento para operacionalizar determinadas operações?

Isto é, considera legítimo aceitarmos como boa uma afirmação feita por um destes 10 accionistas aqui, nesta Comissão, de que quando ouviu pela primeira vez falar no Banco Insular, BI, em 2008, terá reagido perguntando: «BI? O que é que quer dizer? Bilhete de Identidade?...» Acha que isto é admissível, Sr. Dr.?



O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não é credível.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é credível. O que é que o Sr. Dr. quer exactamente dizer com isto?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não digo mais nada!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Só isso?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Só isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não posso concluir que o senhor esteja a aceitar que algum ou alguns destes accionistas sabiam da existência do Banco Insular muito antes de 2008?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim, não faço ideia, porque a pessoa que podia saber há mais tempo — e sabia porque tinha lá interesse — entra mudo e sai calado...! O posso fazer é fofuques...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não percebi, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — «Entra mudo e sai calado»; quando muito, faz fofuques! Essa fofuque não lhe interessava...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é verdade que alguns dos accionistas tinham créditos no Banco Insular?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim, mas isso não era muitos, eram dois ou três.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, mas alguns deles faziam parte deste grupo dos quatro. É verdade ou não é, Sr. Dr.? Posso citar nomes. O senhor não cita, mas eu posso citar: Fernando Cordeiro, Almiro Silva, pelo menos, e directores, o Dr. Fernando Comprido também.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — O que é um espanto, absolutamente um espanto, é, efectivamente, pessoas nesse enquadramento, se é verdade o que o Sr. Deputado está a dizer, actuarem como actuaram.

Não posso qualificar, porque eu não gosto de qualificar pessoas: qualificar é o mal que estamos a fazer ao nosso próprio organismo!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., não tenha dúvidas de que as pessoas afirmaram aqui que tinham estabelecido créditos no Banco Insular! O que não sabiam era qual a relação —, diziam, dizem, disseram... — de dependência que o Banco Insular tinha relativamente ao BPN. Agora, que receberam créditos do Banco Insular, que lhes foram depositados em contas próprias, disso não há dúvidas. Ninguém, aqui à volta desta mesa, as tem!

Eu já lhe disse três nomes, Sr. Dr.: Fernando Cordeiro, Almiro Silva, Fernando Comprido, que é director e não accionista.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Fernando Comprido?!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi administrador. O Sr. Dr. não sabe?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não trataram isso consigo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas eles disseram que foi consigo que trataram.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ah! Isso é conversa!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Por acaso, surpreende-me! Agora, podem dizer tudo, podem dizer que é tudo comigo!

Nesta minha declaração final, tenho aqui no ponto 2 que eu, como presidente do Grupo — então presidente do Grupo — não posso dizer: «Isto apareceu não tenho culpa nenhuma!» Não posso fazer isso, porque eu tenho uma responsabilidade institucional.

Então, vou dizer uma coisa aos Srs. Deputados, que nunca disse: Eu já estive numa Comissão de Inquérito, como se lembram — não sei se o Sr. Deputado participou nela ou não, mas a maioria das pessoas não, porque são muito novas — por causa daquela velha questão dos perdões fiscais.

E eu tenho um sentido de responsabilidade por aquilo que represento tão grande, que dei toda a informação possível e imaginária.

Nunca deve ter havido uma Comissão de Inquérito que tivesse tanta informação! Tudo lhe foi dado!

E quando me pediam uma coisa qualquer, a resposta era dada em 24 horas, se não fosse em menos. Mas há uma coisa que eu não disse: o responsável n.º 1 pela situação. E o responsável n.º 1 pela situação foi uma pessoa a quem a Polícia Judiciária deu um documento, que era uma carta em que eles confessavam as vendas. Eu não tinha isso no *dossier*. Quando eu examinei a situação, ao cliente, por presunção, davam-lhe quatro ou cinco vezes mais o terceiro quartil.

Nós tínhamos ali uma regra, que era o primeiro quartil, o segundo quartil e terceiro quartil, sendo o primeiro quartil 25%, o segundo 50% e o terceiro 25%. Portanto, ele tinha quatro vezes o valor dos melhores! E isso parecia-me um exagero. E, portanto, eu fiz um despacho: «Venha para cá o imposto e depois vão pagar o juro» — vai-se fazer uma nova inspecção, a ver se se confirma isto ou não —, e depois pagam os juros e a multa, se for caso disso.

Quando começam a sair notícias nos jornais e eu vejo que eles sabem mais do que eu, mandei investigar o que é que se passava. E é nessa altura que essa carta chega à minha mão. Chamei o director e perguntei-lhe: «Por que é que esta carta não faz parte do *dossier*?» E ele respondeu: «Eu dei-a ao Sr. Director-Geral». Chamei o Director-Geral e disse-lhe: «Repita aquilo que disse.» Ele repetiu. E o Director-Geral respondeu-me: «Eu não me lembro!»

Portanto, era uma coisa destas de importância em que eu, efectivamente, sou posto em causa. E se eu tivesse esta carta, eu obviamente, mesmo que eu não acreditasse que aquilo é verdade — como não acreditava e ainda hoje não acredito: aquilo foi uma carta

forjada, porque era melhor, na altura, ter a fuga ao fisco do que fazer parte do contrabando que eles faziam.

Portanto, nessa altura, mandei as pessoas embora e disse: «Você pode ir-se embora». E para o Director disse: «É melhor arranjar uma colocação, porque não quero demiti-lo já!». Mas nunca o acusei! Eu podia ter chegado à Comissão, na sua ponta final, e ter dito: «O que se passou foi isto, isto e isto...» Eu era o responsável e, portanto, assumi a responsabilidade das coisas. E foi por isso que eu não disse!

É muito difícil, para mim, estar aqui a fazer um jogo de cintura a fugir daqui e dacolá...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Posso abreviar?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Pode, pode.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não tendo estas pessoas que eu referi contratado os créditos no Banco Insular, segundo a sua versão, através do seu intermédio, através de quem é que o terão feito? Directamente? Através do Dr. José Vaz Mascarenhas?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não.

Só podiam fazer só pelas pessoas que referiu em primeiro lugar. Só as que mexiam no sistema! E só havia três pessoas que mexiam no sistema.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Que eram?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Os que já indicou!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah! Muito bem!

Sr. Dr., é capaz de nos fazer luz sobre a verdadeira detenção do Banco Insular? Não sei se é possível falar sobre isto...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não falo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Embora isso seja claramente definido...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Está definido, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — No plano jurídico está claro, mas eu não falo sobre o assunto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É que nós insistentemente recebemos — ainda recebemos na semana passada, o Sr. Dr. passou a informação — uma carta do BPN, a dizer que nada tem a ver com o Banco Insular, no fundo. E, portanto, gostávamos de ouvir a sua opinião sobre isso.

Mas prefere não falar sobre isso?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Prefiro não falar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Diga-me uma coisa, Sr. Dr.: recorda-se se o Banco Insular teve ou não casa aberta em Lisboa? Telefone, teve.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não sei... Mas continuamos a falar sobre isso e eu não queria falar sobre isso. Mas não sei, diga-se de passagem.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quer contar-nos as razões pelas quais o Dr. Luís Caprichoso abandonou o Grupo SLN, por volta de meados do ano de 2007? Quais as razões desta quebra de uma relação que teve consigo ao longo de não sei questões anos, de mais de duas décadas?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não! Isso é um engano! Andam para aí a dizer que eu conhecia...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pronto, Sr. Dr., nós gostávamos de ouvir sobre isso.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas, já agora, eu gostava de esclarecer. Eu esclareço: dizem que conheço o Luís Caprichoso há 20 ou 30 anos. Não é verdade! Ele esteve no fisco, sim, mas eu não o conhecia de lá.

Foi-me apresentado e disseram-me: «Este é um homem muito capaz, era do fisco e tal... », mas eu não o conhecia. Ele até deve ter uma assinatura minha, quando foi da... Ele fez um curso e ficou em primeiro lugar e foi promovido — tem lá uma assinatura minha, mas eu não estive lá a conhecer as pessoas.

Portanto, eu não o conheci. Não o conhecia, pura e simplesmente!

Ele saiu, certamente quis descansar e viver a vida mais tranquila. É aquilo que eu admito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Demitiu-se, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, ele disse que queria ir-se embora.  
Eu disse: «Então, vá!»

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, normalmente, quando uma pessoa se demite, não tem direito a uma indemnização de perto de 700 000 € e, neste caso, teve.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É que ele disse que se ia embora, mas, obviamente, não se ia embora, ele esperava o fim do mandato.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isso significa...?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Isso significa que pagava o mesmo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não percebi!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Pagava o mesmo!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não consegui ouvir, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Pagava o mesmo. Pagava o mesmo

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah!



Não quer explicitar as razões pelas quais o Dr. Luís Caprichoso decidiu abandonar...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu nunca o questionei sobre o assunto.

Ele disse que gostava de ir-se embora, que gosta muito de ouvir música... E penso que gosta mesmo muito de ouvir música. Se calhar, é porque é melhor do que estar a trabalhar! Para mim, não, mas enfim...

*Risos.*

Agora, tenho que me habituar também a gostar de ouvir música. Já há uma coisa a que me habituei, foi a ler livros. E é muito bom!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., quero ainda fazer-lhe duas ou três perguntas sobre o negócio de Porto Rico.

Já nos adiantou sobre esta matéria muita coisa, hoje, mas há duas ou três perguntas que ainda gostava de lhe colocar. Uma delas é a sua estranheza, dita, acho, à margem do memorando que leu, quando referiu que soube que o negócio da compra da Biometrics foi feito no dia seguinte ao da reunião técnica, ou que lhe disseram que terá sido feito logo a seguir, depois de uma pretensa ameaça do Sr. El-Assir.

E suponho tê-lo ouvido dizer aqui, hoje: se foi assim, acho estranho.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E é verdade!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Por que é acha estranho, Sr. Dr.? Como presidente do Conselho de Administração do Grupo, o senhor não tinha que saber isso e não tinha que saber o dia em que a transacção era feita?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Repare, se efectivamente a minha não oposição se manifestou à meia-noite do dia  $x$  e às 9,00 horas do dia  $x+1$ , que é no dia seguinte, está o contrato feito, então, assim, o contrato já estaria feito antes! A minha estranheza é essa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sem o seu conhecimento, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sem o meu conhecimento!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, quem é que teve intervenção?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas eu não estou a fazer a afirmação categórica de que foi assim. Eu achei estranho...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., foi dito aqui, nesta Comissão, que foi, de facto, no dia seguinte.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Foi no dia seguinte mas, olhe,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi dito pelo Sr. Dr. Manuel Dias Loureiro.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu acho isso estranho!... Então, tinham um contrato feito! Um contrato daqueles dá muito trabalho...!

E isso foi efectivamente depois de eu, perante a situação de embaraço em que estava, ter dado o *ok*!

Mas, ao fim e ao cabo, eles já tinham preparado tudo como se eu já tivesse dado o *ok* anteriormente! Se isso for verdade!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem, Sr. Dr.

E quanto à venda das acções da Biometrics? Há aqui duas versões, e queríamos ouvir a versão do Sr. Dr.: uma versão do Dr. Manuel Dias Loureiro que diz que foi vendido em Julho de 2002, há mesmo uma acta que já foi aqui mostrada, em que o Dr. Dias Loureiro assina essa venda em nome do fundo, do Excellence Assets Fund, em nome da SLN e, em nome, salvo erro, da NovaTech.

Depois, há uma outra versão, a do Dr. Francisco Comprido e António Coutinho Rebelo, que são membros do conselho de administração do Fundo que dizem: não senhor, nunca delegaram nada, nunca passaram nenhuma procuração e que as acções da Biometrics terão sido vendidas em 2003, sem menos-valias.

Sr. Dr., diga-nos a sua versão.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — A única versão que é válida é a do Comprido e do Coutinho Rebelo, porque só eles tinham poder para fazer isso!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Rejeita qualquer hipótese de terem sido vendidas em Julho de 2002?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Com certeza! Só podiam ser...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não confere validade a uma acta em que o Dr. Manuel Dias Loureiro afirma ter uma procuração destas entidades todas?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E as pessoas passaram-lhe a procuração e depois...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, os membros do Conselho de Administração do Excellence Assets Fund dizem que não passaram nenhuma procuração.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Só eles é que podiam passar!

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. participou nas decisões de concessão de créditos ao Sr. El-Assir ou a empresas do Sr. El-Assir, num processo completamente separado deste de Porto Rico e do processo da Redal ou não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu conheço. Não participei no processo, mas conheço, efectivamente, essas operações.

Li o que foi dito, que as pessoas recomendaram... Não sei se a pessoa que diz que recomendou, recomendou. Se o Dr. Comprido diz que sim, é porque é verdade. Eu recomendei ao Francisco Comprido: «Cuidado com esses homens! É preciso que o valor da hipoteca cubra, pelo menos,

20% acima do valor do crédito». Porque, depois, outra vez qualquer eles quiseram e eu disse: «Esse homem que desapareça daqui para fora! Não o quero ver mais aqui!»

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. El-Assir não tentou renegociar os contratos de mútuo existentes?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Deve ter feito contactos com os advogados nesse sentido, porque começava a ser pressionado!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas foi aprovado ou não, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Disso não me lembro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se lembra?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se houvesse...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E as garantias foram prestadas de acordo com as suas instruções?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se houvesse renegociação nem que fosse com uns tostões, renovava-se mesmo! O que era preciso era assegurar o dinheiro!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sabe se as garantias foram prestadas de acordo com as suas instruções?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Bem, quanto às garantias, se agora, dizem que valem menos do que aquilo que é o crédito, então não cumpriram as minhas instruções.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não percebo!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se as garantias valem menos do que aquilo que é o crédito, então não cumpriram as minhas instruções. Eu tinha dito: crédito, só com garantias em 20% acima do valor...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quem é que fez esse contrato? Não foi o Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não sei quem fez o contrato.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto diz que foi ele que foi encarregado de ir a Madrid verificar essas condições.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Os preços podem, entretanto variar. Fala-se lá, muitas vezes na segunda, terceira hipoteca, não sei quê... Mas essas hipotecas eram de pequeno valor, tanto mais que a maior parte delas já foram pagas. O banco andou um pouco a — como é que se diz — acompanhar... — falta-me o termo, agora!

Quer dizer, o banco aproveitou-se das acções postas pelo Barclays e estava sempre nos momentos críticos e nos momentos críticos aparecia alguém que pagava a verba e, portanto, baixava... E o banco, agora, julgo

que já tem primeira hipoteca sobre esses bens. Se não está em primeira tem alguma coisa residual. Agora, é evidente que valerá menos, porque o património foi desvalorizado, isso não é mal nenhum...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vou abordar um tema, não sei se vai poder responder ou se vai querer responder que é o da existência do Banco Insular n.º 2 ou virtual.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sobre isso, não!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não vale a pena fazer a pergunta, não vale a pena «gastar o meu latim», como se costuma dizer.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não vale a pena.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quanto a pagamentos em numerário, já disse que não falava.

Sr. Dr., em 2001 ou por volta de 2001, houve um artigo publicado numa revista *Exame* que causou grande polémica.

É capaz de nos dizer, de facto, se houve ou não intervenção do Dr. Dias Loureiro, que terá eventualmente falado com o Dr. Pinto Balsemão, dando-lhe mostras — segundo algumas versões, depois de ter falado consigo — do desagrado com que este artigo terá sido recebido pela administração do Grupo SLN/BPN?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não sei, mas não me surpreende que isso tivesse acontecido, porque, a certa altura eu disse: «Olhe, você, ainda

agora entrou, já me está a criar chatices!», «Se você não viesse para aqui, não saía o artigo!»

Na altura, eu tive uma atitude áspera para com o...

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. está a atribuir a responsabilidade da saída do artigo à presença do Dr. Dias Loureiro no Grupo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ah, mas não tenho dúvida nenhuma!

Eu queria fazer as coisas sempre com o máximo de serenidade, de calma... A comunicação social nem gosta muito de mim, porque eu não gosto de falar para a comunicação social, porque não gosto de estar a dizer. «Olhe, vou fazer isto ou vou fazer aquilo...». Se, porventura, eu tiver feito alguma coisa, não me importo. Mas, repare, mesmo que isso aconteça, se eu disser: «Eu fiz isto», estou a empolar o meu ego. Eu não quero o meu ego cá em cima! Acho que o ego é uma coisa má das pessoas e portanto, o meu combate ao ego leva-me a que eu não queira ser referenciado em nada como pessoa importante. Não quero! Eu prefiro, efectivamente, reduzir-me!

Eu gostava de ser capaz de praticar a não resistência e, perante tudo o que me fizessem eu não ligar nada! Este seria o meu desejo maior, mas não pode ser! Na sociedade em que vivemos, não pode ser.

Tenho esta maneira de ser, que não a cumpro nos limites, mas tudo o que seja destacar o meu ego, não me interessa.



O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, portanto, o que é que posso concluir: que o Dr. Dias Loureiro falou, de facto, com o Dr. Pinto Balsemão depois de ter falado consigo, ou não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não sei. Na altura, eu disse: «Você veio para cá e começam logo a chatear com artigos!» E ele respondeu: «Mas você está a dizer que fui eu que pus o artigo?» Respondi-lhe: Não estou a dizer que foi você que pôs o artigo. Criámos condições que induziram a que o artigo saísse. Portanto, se não fosse isso, não saía! Portanto, continuávamos aqui no esquecimento e sem importância nenhuma. Isto veio dar importância... — e ele gostava muito de ser importante! — ... e isso só veio prejudicar!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., falemos um pouco da supervisão.

O Dr. Vakil, quando aqui veio, disse-nos uma coisa logo à cabeça: é que havia 157 pedidos de informação, perguntas, cartas e pedidos diversos, sendo alguns desde 2004 sem resposta. Sr. Dr., isto é muito pedido e muita informação!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não acredito...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., vou fazer-lhe mais duas perguntas sobre supervisão.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não acredito...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas isto está documentado, Sr. Dr..

Ao longo de todos estes anos nas reuniões ao mais alto nível que teve com a supervisão – não é ao nível dos funcionários da direcção de supervisão nem aos seus funcionários no BPN –, apesar de nós termos documentos que provam que o Banco de Portugal tinha matéria, muita matéria de diverso tipo de irregularidades detectadas no BPN e no Grupo SLN, alguma vez o Banco de Portugal indicou que poderia usar todos os meios à sua disposição, previstos no Regulamento Geral das Instituições de Crédito?

Vou passar a enumerar dois desses meios: a nomeação de administradores-delegados e a hipótese de impor a realização de uma auditoria externa.

Como trabalhou no Banco de Portugal, o Sr. Dr. sabe que estas duas vias são passíveis de utilização pelo Banco de Portugal, e sempre o foram.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não é sempre o foram. Isso aconteceu com um decreto que esteve no Ministério das Finanças durante quatro ou cinco anos e, depois, veio um governo que o publicou. Eu sei quem foi que o publicou.

Eles não podiam fazer isso. Isso é mais recente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas há muitos anos que isso é possível.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, há muitos anos não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, pelo menos há quatro ou cinco anos. Cinco, pelo menos!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Talvez uns cinco... Foi aquele «de barbas» que assinou isso, não me lembro agora o nome dele. Talvez cinco anos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pelo menos há cinco anos, exactamente.

Então, pergunto-lhe se, durante este período em que houve inspecções (e penso que a última grande inspecção que houve do Banco de Portugal foi em 2006, já depois disto), alguma vez lhe disseram, lhe sugeriram que o Banco de Portugal podia usar um destes esquemas possíveis e legais.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não disseram. A gente sabia que isso, efectivamente, estava na lei e que podia acontecer — nem era preciso dizer! Por isso mesmo, procurávamos ajustar sistematicamente. Não faríamos tudo de uma vez... Muitas vezes, pedíamos: «Dêem-nos tempo. Dêem-nos tempo para a gente conseguir, efectivamente, enquadrar-se naquilo que querem e, a pouco e pouco, lá chegaremos».

O Sr. Honório Novo (PCP): — E nos 157 pedidos não acreditou, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não. Acha que o Sr. Dr. Abdool Vakil não falou verdade?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Até pode ser verdade. Simplesmente, se calhar, ele tinha recebido na véspera 150.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. Vakil até disse que tinham alguns desde 2004!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas isso... O Dr. Abdool Vakil, às vezes, também economiza muito na verdade.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Economiza muito na verdade. Faz parte do grupo dos cegos, surdos e mudos, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não sei.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não sabe?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não acredito... O Banco de Portugal não deixava lá estar um ofício desde 2004 sem lhe dar resposta. Eu não acredito! Teria perguntado, porque quando havia atrasos, telefonavam-me e diziam: «Está isto, isto e isto em atraso». E eu chegava às pessoas e perguntava: «Por que é que este ofício ainda não foi respondido?»

Portanto, quando havia atrasos, eu recebia alguma informação e procurava saber por que é que não respondiam. Se calhar, o de 2004 pode

ter ficado esquecido pelo Banco de Portugal e por nós próprios, ou coisa que o valha! Mas acho estranho. E essa história de haver atrasos...

Pouco tempo antes de sair, não posso dizer agora o número de coisas que estavam por responder, mas havia muito pouca coisa por responder.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vou mudar de tema, se me permite. Vou falar-lhe de uma contratação sugerida pelo Dr. Manuel Dias Loureiro: Dr. Daniel Sanches.

Queria perguntar-lhe o seguinte: quando o senhor se propõe fazer uma espécie de um agrupamento complementar de empresas, chamemos-lhe assim, para concorrer ao SIRESP, Sr. Dr. Daniel Sanches era funcionário do Grupo.

Queria saber se, sim ou não, o Dr. Daniel Sanches foi consultado para ajudar na composição da proposta concorrente ao SIRESP?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Nada, literalmente nada!

Na verdade, acho quase ridículo que ande tanta gente à volta do problema do SIRESP a chatear o Grupo SLN. Eu explico em poucas palavras.

Quando falam em 500 milhões de euros, ou não sei o quê, é tudo parvoíce. É tudo parvoíce! Eu vou já explicar como é que se chega lá: é a mesma coisa que o senhor estar a facturar durante 15 anos e juntar todas as facturas desses 15 anos. É assim que as coisas se passam!

Ora bem, o que se gastou para fazer o SIRESP julgo que andarà à volta de 80 e tal milhões de euros. Participaram a Motorola, a PT (que presta o serviço de uma maneira geral), a Datacomp e a SLN.

Pois bem, na incorporação material (seja material físico ou material de *software*) do projecto, a SLN representa 12,8%, a Motorola trinta e tal por cento e o restante é da PT — que tem lá os *sites* que aluga a preços diabólicos.

Repare, em termos percentuais, o contributo dos grupos é este: o contributo que o Grupo SLN deu foi 12,8%, ou 13,2%, contra trinta e tal e contra cinquenta e tal! Então, por que é que chateiam...?

O Sr. Honório Novo (PCP): — As parcerias são assim, Sr. Dr.

Mas, independentemente da participação das parcerias, há-de convir que há o *know-how*, e o *know-how* pode ser introduzido por um recurso humano essencial, conhecedor de toda a filosofia do projecto. E esse, o Dr. Daniel Sanches estava em condições de fazer, porque tinha sido quem foi, antes de ir para o Grupo SLN.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas não tinha conhecimentos técnicos para fazer uma coisa dessas. Para já, não participou em nada. Quem participou mais directamente fui eu. Aliás, foi no tempo do Ministro Figueiredo Lopes: eu chamei-o lá e falámos nesse assunto, de ele ir para a frente com esse processo...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Chamou quem, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — O Ministro. Eu convidei o Ministro Figueiredo Lopes para conversarmos sobre o tema, e este esteve de acordo, efectivamente. O processo arrancou, sobretudo, com o Figueiredo

Lopes, não foi... Coitado do Daniel Sanches!... Assinou um papel, não fez nada!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Depois, ele até adjudicou a obra à SLN, quando era Ministro.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Adjudicou à SLN...?

O Sr. Honório Novo (PCP): — E adjudicou-a em governo de gestão, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas, repare, estava tudo feito! O homem assinou um papel. Só porque a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite teve lá aquilo retido durante três ou quatro meses, quando foi ministra, é que não foi assinado no governo anterior. Como ela não gosta de fazer despesa, não assinou. Ficou lá!

O que é importante focar e meter na cabeça das pessoas... — andam aí jornalistas a meter-se nisso. Eu não percebo como é que se mete na cabeça de alguém que, num projecto em que há cem unidades, em que um entra com 13 unidades e os outros entram com 30 e com 80, ou lá o que é, vão chatear quem entra com 13 e que, ainda por cima, tem de fazer aquela parte mais chata, que é desenvolver o *software*, que custa e que pode ter riscos!?... Enquanto isso, a PT aluga *sites* e vende electricidade (tem lá o espaço radioeléctrico, que também paga não sei quanto), a Motorola pôs lá o equipamento. Esses tiveram uma incorporação colossal e podiam ganhar dinheiro a sério; aqueles que, efectivamente, até podem perder na quota-parte que lhes pedem ainda são chateados por cima!?

Para mim, não dá para compreender, porque ponho um bocado de racionalidade nas coisas.

Infelizmente, nem todas as coisas correram bem, senão não estaríamos aqui agora, neste momento. Mas a verdade é esta: há coisas com que fico espantado e que só por má vontade das pessoas... — e não quer dizer que seja o Sr. Deputado, porque ouve falar disso tantas vezes que também falou!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Até li o processo todo, veja lá. E que é estranho, é!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E isto não é estranho? Que uma coisa sem significado nenhum num contexto... Se houvesse alguma coisa de corrupção, era aquele que tinha 13% que ia fazer a corrupção? Não tem sentido nenhum, não tem lógica! Não resiste a 10 segundos de raciocínio de pessoas inteligentes.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Diria que há mais-valias para participações pequenas que são absolutamente incontroláveis, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Como?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Há mais-valias nos negócios de pequenos parceiros que são incontroláveis.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas ali não há. Não há!



O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. diz que não há e eu aceito, naturalmente.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Absolutamente, não há!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não é por causa da dimensão que não podia haver, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — O que é que iam fazer? Nós, como banco tão pequeno, o que é que podíamos fazer lá? Participámos no processo supletivamente, porque se eu pudesse ficar com zero de crédito, era zero! Não tínhamos interesse nenhum, porque isso ia contar para os *plafonds*, uma vez que a empresa tinha mais de 40% do capital da empresa. E já se sabe que o rendimento do capital da empresa é pequeno: 15% bruto e, porventura, pode ser menos.

Portanto, não há razão nenhuma para andar a chatear o Dr. Daniel Sanches — o Dr. Daniel Sanches assinou um papel. Por acaso, a única coisa que lhe disse, quando ele se foi despedir, porque ia para Ministro, foi isto: «Eu lamento que o senhor vá para ministro, mas há uma coisa que lhe garanto: há lá um problema nosso para resolver e se, alguma vez, alguém lhe disser que lhe pedi para assinar aquilo, o senhor não aceite, porque não é verdade. Eu não peço agora e jamais lhe pedirei que faça alguma coisa por esse processo.».

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem. Fica registada a sua opinião, que não é coincidente com a de todos, certamente.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas é a verdadeira!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr. Oliveira Costa, queria fazer uma outra pergunta sobre uma pessoa que tem andado a pairar por aqui. Pode ser que sobre essa possa adiantar qualquer coisa.

Há um senhor espanhol, chamado Alejandro Agag, que foi contratado como seu assessor — pelo menos, é o que é dito...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Exactamente, é o que é dito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pelo menos, foi o que aqui foi dito por várias pessoas. E que tinha como funções defender os interesses do Grupo em Espanha, presumivelmente. Mais tarde, aparece a sua figura também ligada, embora não muito directamente, aos negócios da Redal e de Porto Rico.

O que é que o Sr. Dr. sabe e o que nos pode tecer sobre isso?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — No da Redal ele não esteve.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E no de Porto Rico?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — No de Porto Rico também não. Acho que não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, ficamos pela primeira parte da pergunta. Isto é, quais são as funções e qual foi a mais-valia deste senhor?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não foi nenhuma.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, por que é o contratou, Sr. Dr.?  
Foi para gastar dinheiro ao Grupo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ele também não esteve lá muito tempo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi «baratinho» o homem?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não foi barato.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pois, não foi barato...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Também não foi muito caro. A certa altura, era para meter lá...

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que é que é caro para si, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Para mim, 1 € já é caro!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, não me diga que ele foi contratado por meio euro?!

*Risos.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Nesse caso, era preciso fazer alguns negócios com Espanha, articular essa história. E foi-me dito que era interessante. Suponho que ensaiaram um negócio e ele começou logo a correr mal, mas eu não posso dar detalhes sobre isso. Se isso aconteceu, quem pode dar detalhes é o Francisco Sanches.

Quando apareceu uma coisa qualquer num jornal espanhol, eu disse: «Então, andei eu a contratar o homem para fazer o serviço e agora ainda aparece a imprensa espanhola a falar em nós, como é isso?» E acabou. Depois, ele foi para Londres, ficou lá o escritório, ainda pagámos o escritório mais uns tempos, mas aquilo não foi no enquadramento de uma estratégia. Ponto final.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tenho um grupo de perguntas final sobre duas pessoas. Portanto, como são duas pessoas, o senhor responderá o que quiser.

Queria que nos falasse sobre a participação do Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto no chamado negócio dos quadros de Miró. Qual foi a sua participação? Ele diz que não teve intervenção nenhuma...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não teve intervenção nenhuma.

O Sr. Honório Novo (PCP): —... e que só conheceu este negócio em Agosto de 2008. Isto é possível, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Em Agosto de 2008, não acredito. As pessoas também têm medo...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, ele não era o jurista, o homem do departamento jurídico da...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Durante muito tempo, não havia aspectos jurídicos para ele ter que intervir. Portanto, admito que aí não tivesse nenhum papel jurídico a fazer. Mas, pelo menos, viu lá muito antes o livro do Miró... Eu mostrei que havia livros de certificação de qualidade, de avaliação, o projecto do Miró andou lá ano e meio ou dois anos para ser feito...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, responda-me a esta pergunta, para clarificar: não é aceitável, não é plausível, que o Dr. Armando Fonseca Pinto tenha conhecido este problema, este negócio, em Agosto de 2008?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim. Os quadros de Miró conhece há mais tempo. Como é que eles estavam, ele não sabe, mas aquilo era, efectivamente,...

Os quadros estavam dados como garantia, estavam lá em lugar de se estabelecer uma garantia, por isso é que não apareceu lá... — aparece um documento simples. Estavam lá guardados num lugar do banco que se apropriou.

Portanto, havia como que a posse dos quadros com uma carta. Não sei se ele é que teve intervenção nessa carta ou não. Não sei.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto apresentou-lhe, suponho que a si, não tenho a certeza, uma carta de

demissão em Novembro, por volta de finais do ano de 2002. Não saiu, porque pressupõe-se que houve uma insistência da sua parte. Que negociação é que houve com o Sr. Dr. Armando Fonseca Pinto para ele continuar ligado ao Grupo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu gostava do Armando Fonseca Pinto. Eu gostava dele! Mas não tenho ideia dessa situação. Agora, do que todas as pessoas se queixavam era que ganhavam pouco...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não percebi!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Todas as pessoas se queixavam de que ganhavam pouco, porque era o BPN banco que mais mal pagava. Aliás, nunca houve aumentos de ordenado em 10 anos. E, portanto, alguns refileavam...

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. está a querer dizer que negociou contrapartidas mais elevadas para o Dr. Armando Fonseca Pinto para ele ficar?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não! Ele prestava alguns serviços na Real Seguros, aqui ou além e, portanto... Mas saía-lhe do corpo, em princípio. Mas não tenho ideia de ter feito... Eu não me lembro de ter feito qualquer acordo com ele nesse quadro.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu considero-me satisfeito.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Sr. Dr. Oliveira Costa, quer que façamos um pequeno intervalo ou está bem?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, talvez uma pausa de 5 minutos para o Sr. Dr. descansar um bocadinho.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Está bem.

*Pausa.*

A Sr.ª Presidente: — Vamos, então, reiniciar a nossa reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr.ª Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Dr. Oliveira Costa a disponibilidade que manifestou em vir a esta Comissão e o contributo que tem dado, mas tenho a certeza de que poderá ainda ser mais útil a esta Comissão do que tem sido no que respeita a alguns factos que queremos apurar.

Eu devo dizer-lhe, Sr. Dr. Oliveira Costa, que sou das pessoas que têm insistido aqui, em todas as audições, na circunstância de não acreditar na tese, que alguns querem vender, de que tudo isto no BPN foi culpa de um homem só, e o homem só seria, obviamente, o Dr. Oliveira Costa. Portanto, sempre achei que havia aqui uma responsabilidade partilhada.

Mas, também lhe devo dizer que não quero sair daqui hoje a achar que a culpa de tudo tinha sido só do Dr. Dias Loureiro e, portanto, «nem tanto ao mar, nem tanto a terra».

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Bom! Fui bocadinho!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Um bocadinho.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — No caso BPN foi uma estupidez de todo o tamanho!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu agora vou tentar apurar também aquele bocadinho em que o Sr. Dr. também tenha tido uma quota-parte de responsabilidade.

Mas, antes disso, vou tentar esclarecer aqui um ponto, que julgo que não ficou suficientemente esclarecido, que tem a ver com essa reunião com o Sr. Primeiro-Ministro.

Eu percebo que há aí uma margem que é de reserva. O Sr. Dr. comprometeu-se...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não disse Primeiro-Ministro!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não disse Primeiro-Ministro?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não! Disse com o Governo!



O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com o Governo. Ah, bom! Então, vou mesmo ao Primeiro-Ministro! Então, vou mesmo ao Primeiro-Ministro, Sr. Dr. Oliveira e Costa!

Então, significa que, em relação ao Primeiro-Ministro, essa obrigação já não vale, mas eu gostava de lhe ler um parágrafo de uma acta de uma reunião do Conselho Superior de 17 de Dezembro de 2007 e peço-lhe que o Sr. Dr. confirmasse se esta acta relata fielmente o que se passou e se o Sr. Dr. puder esclarecer ainda mais do que a acta relata, melhor ainda para a Comissão.

Diz-se assim: «O Sr. Presidente do Conselho de Administração comunicou aos Srs. Conselheiros as diligências efectuadas junto de uma entidade internacional – o Grupo Carlyle –, que manifestou interesse em tomar uma posição no Grupo SLN através de um dos seus fundos especializados».

Depois, mais à frente, diz: «Realçou, ainda, o facto de este grupo internacional já ter investido cerca de 100 000 milhões de dólares em diversos tipos de projectos.».

E, ainda, mais à frente continua: «Neste sentido, o Sr. Dr. Oliveira Costa referiu que tomou medidas complementares sobre este assunto, nomeadamente a realização de uma reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates, para lhe explicar a intenção do Grupo em abrir o capital a uma entidade estrangeira que identificou.

O objectivo do encontro era o de saber se o Governo tinha algo a observar, uma vez que se tratava de uma participação num grupo predominantemente financeiro, de uma entidade fora da União Europeia.

A iniciativa foi bem acolhida pelo Sr. Primeiro-Ministro, que manifestou satisfação pelo facto de a maioria do Grupo permanecer sob o controlo de accionistas portugueses».

Eu pergunto-lhe, Sr. Dr.: esta acta retrata fielmente o que aconteceu ou não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Retrata, razoavelmente, fielmente, sendo que há vários detalhes que não foram... Esse encontro teve lugar, mas houve outros encontros complementares, é por eles que eu falava no Governo, em função da expectativa que se punha perante as perspectivas que resultavam de o negócio se desenvolver e, portanto, abriam-se pistas complementares, que não posso agora detalhar, mas eram coisas extremamente interessantes para o País. Extremamente interessantes! Estes indivíduos não fazem ideia de quanto prejudicaram o país!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, eu não exorbitaria na minha interpretação se dissesse, então, que, quando aqui se refere que a iniciativa foi bem acolhida pelo Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro dava aval à solução que o Sr. Dr. Oliveira e Costa tinha para...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Dava aval.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Dava aval.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Dava aval, quer dizer, ele concordava,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Concordava.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — ... pelo menos não discordava. Não discordava. E, depois, como eu falei com outros membros do Governo sobre... Porque, ele disse-me que eu falaria com quem tivesse que falar...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):— O Sr. Dr. é capaz de detalhar, na medida do possível, para além desta acta, essa conversa?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Não vou dizer mais nada, porque isso aí já pesa um bocadinho o limite daquilo que eu posso dizer, porque tive esta conversa e tomei o compromisso de reservar a conversa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu disse-lhe: «Olhe, mas eu tenho de fazer uma referência numa acta». Foi mais ou menos isso. Depois quem fez a acta... Bom, geralmente quem fazia as actas era eu, mas essa já não fui eu que a fiz, ou melhor, ajudei um bocadinho...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, então, quando aqui se diz que «a iniciativa foi bem acolhida pelo Primeiro-Ministro, que manifestou satisfação pelo facto de a maioria do Grupo permanecer sob o controlo de accionistas portugueses», é assim?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — è!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nesse sentido, o Sr. Dr. Oliveira e Costa queria significar a vantagem para o Grupo da solução que apresentava. Não é verdade?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim, sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado.

Eu tenho aqui o que julgo ser uma carta do Sr. Dr. José Oliveira Costa para o Sr. David Rubenstein, *co-founder* do Grupo Carlyle.

A carta está em inglês – e, depois, pedirei ao Sr. Dr. para confirmar se a assinatura é ou não a sua, porque me parece que está assinada pelo Sr. Dr. – e a certa altura, e traduzindo, diz, mais ou menos, o seguinte: «Seguindo o pedido de ambos os senhores a Sua Ex.<sup>a</sup> o Governador do Banco Central de Angola, o Dr. Amadeu Maurício e o Eng.<sup>o</sup> Carlos Pinto Ferreira, tenho o prazer de incluir a nota preliminar informativa e documentos acerca da SLN SGPS, S.A. Group — o relatório anual –, bem com o relatório anual do BPN SGPS, S.A., num *CD*, que podem também consultar através do *site* [www.bpn.pt](http://www.bpn.pt), de forma a preparar o encontro entre ambos — Carlyle Group e a nossa instituição — para 19 de Novembro.

Mais informação será enviada, logo que possível, por *e-mail*.

Os melhores cumprimentos. Sinceramente, Oliveira e Costa»

Sr. Dr., vou pedir-lhe que veja esta carta e que nos explique o relacionamento do Banco Nacional de Angola... Porque estamos a falar de um Governador do Banco Nacional de Angola, não estamos a falar de... Estamos a falar de uma reunião entre um Governador do Banco Central de Angola e o Eng.<sup>o</sup> Carlos Pinto Ferreira a propósito do negócio da Carlyle.

Portanto, gostava de lhe perguntar como é que estas entidades jogavam umas com as outras, com vista ao negócio e à solução para o Grupo.

Peço, portanto, que veja a carta.

*Pausa.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É, sim senhor.

Isto está a ser gravado e, depois, certamente vai para as actas e isso é um bocado incómodo, diga-se de passagem, e isso obriga-me a falar menos do que o que poderia falar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se quiser meditar um bocadinho nessa resposta, eu passo às outras...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu respondo. Angola ganhou muito dinheiro com a Carlyle. Milhares de milhões entraram na altura certa nuns fundos de energia. Havia ali um amor entre eles sedimentado em montanhas de dinheiro que a Carlyle deu a ganhar a Angola. Foi uma coisa fabulosa! Não se admirem que tenha havido esta relação e que houvesse todo um desejo de continuar, porque o projecto previa desenvolvimentos quer em Angola quer noutros sítios... Todos os projectos tinham coisas fabulosas. Eu, às vezes, não consigo perceber como é que as coisas não acontecem só por causa de uns...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. sobre esta dimensão do relacionamento entre o Banco Central de Angola, neste caso do Sr. Governador do Banco Central de Angola e o Grupo Carlyle para a

concretização desse objectivo... Esse era o negócio de que falou com o Sr. Primeiro-Ministro? Era nesse âmbito e sobre ele que o Sr. Primeiro-Ministro estava informado ou não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, isso foi outro... Ah, pois, é melhor eu não falar!... Faz de conta que é esse!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É que eu tenho mais coisas, efectivamente... Eu tenho o vício de procurar ser útil...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E está a ser, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E esforcei-me tanto por ser útil que até me espalhei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se espalhou, Sr. Dr., não se espalhou.

Vamos passar bocadinho ao momento lúdico ou recreativo, vamos ver uma peça. Agora está na moda, mesmo nas campanhas... Vamos passar um pequeno filme.

*Exibição de uma peça televisiva cuja transcrição é a seguinte:*

«O Sr. Hector Hoyos: — *Era como estar a lidar com o crime organizado.*

*Eles queriam 14 milhões dos 20 milhões que iam investir.*

*E só não me deram esse dinheiro porque eles insistiram que eu tinha de pagar subornos a pessoas da SLN.*

*E eu disse que não, nunca... Nunca faria isso, seja por que dinheiro for.*

*Depois disso divorciei-me.*

*Nessa altura, e porque tinha investido todo o dinheiro na empresa, por isso, tive de começar tudo de novo.*

*Não vou deixar o diabo entrar em minha casa.»*

E, quando se pergunta a Hoyos se Dias Loureiro conhecia os alegados subornos dos funcionários da SLN, esta é a resposta: *‘Eu disse-lhe e ele disse que devia ignorá-los e que ele lidaria com eles. E ele disse, lá porque existem algumas maçãs podres, não quer dizer que todos o sejam. Eles diziam-me que ele não tinha nada a ver com o assunto e que não reportavam ao Sr. Loureiro.’*

Quando perguntámos ao Sr. Hoyos: *‘E sabe que eles reportavam ao Sr. Costa, certo?’*

Ele respondeu: *‘Sim, pelo menos foi o que disseram, que reportavam à autoridade máxima que... seria o Sr. Costa.’»*

Se o Sr. Dr. quiser ver mais próximo, esteja à vontade — suponho que a Sr.<sup>a</sup> Presidente nada tenha a objectar —, porque nós repetimos o vídeo.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Basicamente o que se diz neste vídeo é que o dinheiro teria de ser pago lá, parte teria retorno, nesse valor, para pagar o que ele classifica de subornos na SLN e, a dado passo, era-lhe

dada a informação de que as pessoas que disseram reportavam ao Dr. Oliveira e Costa e não ao Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu quero todos os elementos, porque, repare, isso é uma coisa que me interessa ir ao fundo da questão e responsabilizar quem está a dizer isso.

Para já não percebo essa coisa dos 20 milhões ou que 20 milhões são esses de pagamentos. Onde é que isso se enquadra? Quero todos os elementos sobre isso, porque tenho de agir quando algum tipo anda aí a utilizar o meu nome... Se alguém puder provar que eu recebi 1 € do Grupo, então mande prender-me para o resto da vida!

Eu, e se não sabem ficam a saber, a certa altura, quando a comissão de remunerações me deu um prémio de 1 milhão de euros, renunciei ao prémio. Renunciei a um prémio de 1 milhão de euros, porque considerei que não estávamos em condições de me serem pagos 1 milhão de euros.

Quando fazia alguma coisa mal feita e a verba não era grande, pagava eu! A última verba que paguei foram 189 000 €, a uma pessoa que vocês conhecem muito bem e que é até me faz algum incómodo...

Houve um indivíduo que me pressionou para lhe dar uma avença. Resisti durante seis meses e, depois, com aquela minha bondade, cedi. Paguei duas ou três e, depois, tive um desabafo com a minha secretária, ela percebeu tudo — porque é esperta que se farta! — e passei, então, a nunca estar. A certa altura aparece a cobrança coerciva daquilo e pensava pagar também isso...

Ainda disse à pessoa que tinha lá metido a «cunha»: veja lá se fala com ele, porque ele está a fazer isto assim, assim... Depois disse: Sr. Dr., ele diz que não quer, que agora só por tribunal é que fala. Eu disse: não é



por tribunal. Mande lá o acordo. Mandaram o acordo entre a SLN e essa pessoa, e eu despachei, dizendo: «não, isto está errado. Aqui há três pessoas: a SLN, para a qual não fez serviço nenhum; há o Sr. Fulano que não fez serviço nenhum e quer receber; e há um Sr. Fulano que errou em ter feito as coisas, e é ele que paga». Fui eu que paguei.

Levou-me juro de mora e com um descaramento inaudito pediu para dividir o pagamento, para ser ficar metade num ano e metade no outro para não lhe influenciar o IRS! Isto é um espanto, mas é assim!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. não quer dizer quem é essa pessoa, naturalmente?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Digo-lhe depois em particular e, depois, o Sr. Deputado diz aos outros.

*Risos.*

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. poderá ter a certeza de que se me pedir para guardar segredo, guardarei segredo. Mas lá que me deixou curioso, deixou! No final conversamos, quando esta audição acabar.

O Sr. Dr. compreende que eu tinha mesmo que exhibir este filme, porque há uma imputação do Sr. Hector Hoyos nestes negócios de Porto Rico, que já levaram tanto do nosso tempo, para o bem e para o mal, nesta Comissão.

A verdade é que, tal qual o Sr. Dr. responsabilizou o Dr. Dias Loureiro pelo essencial deste negócio, temos o Sr. Hector Hoyos, o lado de

lá, Porto Rico – aliás, alguém dizia aqui há tempos que se lhe dissessem que um grande equipamento informático estava a ser desenvolvido em Porto Rico não acreditava; ainda se fosse noutra sítio qualquer....

Bom, mas o que temos é do lado de lá, de Porto Rico, o Sr. Hector Hoyos, a dizer que as coisas se passavam assim: que o negócio servia para que dinheiro que lá entrasse, depois, fosse redistribuído. Ficava lá parte e o resto era redistribuído.

Portanto, o Sr. Dr. rejeita qualquer conhecimento desta parte.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Em absoluto. Não percebo que 20 milhões são esses. Pagamentos de 20 milhões de quê?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos passar novamente o filme.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quero as peças todas disso para agir!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O que tenho, o Sr. Dr. terá.

*Exibição novamente da peça televisiva cuja transcrição é a seguinte:*

«O Sr. Hector Hoyos: — *Era como estar a lidar com o crime organizado.*

*Eles queriam 14 milhões dos 20 milhões que iam investir.*

*E só não me deram esse dinheiro porque eles insistiram que eu tinha de pagar subornos a pessoas da SLN.*

*E eu disse que não, nunca... Nunca faria isso, seja por que dinheiro for.*

*Depois disso divorciei-me.*

*Nessa altura, e porque tinha investido todo o dinheiro na empresa, por isso, tive de começar tudo de novo.*

*Não vou deixar o diabo entrar em minha casa.»*

E, quando se pergunta a Hoyos se Dias Loureiro conhecia os alegados subornos dos funcionários da SLN, esta é a resposta: *‘Eu disse-lhe e ele disse que devia ignorá-los e que ele lidaria com eles. E ele disse, lá porque existem algumas maçãs podres, não quer dizer que todos o sejam. Eles diziam-me que ele não tinha nada a ver com o assunto e que não reportavam ao Sr. Loureiro.’*

Quando perguntámos ao Sr. Hoyos: *‘E sabe que eles reportavam ao Sr. Costa, certo?’*

Ele respondeu: *‘Sim, pelo menos foi o que disseram, que reportavam à autoridade máxima que... seria o Sr. Costa.’»*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se calhar, foi ele que fez essa montagem! Eu quero ver isso tudo porque, efectivamente...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou mostrar! Já tenho aqui mais duas coisas para o Sr. Dr. ver, que têm que ver exactamente com estes negócios de Porto Rico.

Como o Sr. Dr. sabe, quando o Sr. Dr. Dias Loureiro cessou a participação do grupo SLN nestes negócios de Porto Rico, houve um contrato e um contrato-promessa, sendo que o primeiro contrato foi celebrado entre a Biometrics Imagineering, por um lado, representada

pelo Sr. Hector Hoyos (exactamente este senhor que falava agora) e a SLN NovaTech Technology Corporation, ou NovaTech, o Excellence Assets Fund, de que o Sr. Dr. já falou ao de leve aqui, e a NewTech Estrategic Holdings, Limited, representadas pelo Dr. Dias Loureiro.

Neste contrato diz-se que a NewTech usaria 1,2 milhões de dólares para pagar um empréstimo feito pelo BPN Cayman à Biometrics e esta ficaria liberta desta obrigação. Mas, depois, diz outra coisa: diz-se que o Excellence Assets Fund manteria a sua posição accionista na Biometrics durante um período de dois anos a partir da execução deste acordo.

Tivemos aqui na Comissão o Prof. Francisco Comprido e o Dr. Coutinho Rebelo, representantes do Excellence Assets Fund, dizendo que nunca tinham conferido poderes ao Dr. Dias Loureiro para, entre outras coisas, representar o Fundo, que aqui é representado pelo Dr. Dias Loureiro.

Depois, há também uma diferença no preço, porque também se diz neste contrato que o Excellence Assets Fund, ou quem nomear, concorda vender a participação accionista na Biometrics por 1 dólar.

Portanto, percebemos aqui que o Dr. Dias Loureiro representa estas três entidades e que o Excellence Assets Fund mantém participação ou responsabilidades por mais dois anos, apesar de a SLN deixar de exercer funções (o que é estranho, porque se deixa de ter participação num negócio por que é que um fundo seu continua a manter-se com obrigações durante dois anos?) e, depois, temos o valor. Que valor? Por um dólar?

O Dr. Coutinho Rebelo e o Prof. Francisco Comprido dizem que esta venda acaba por dar lucro à SLN, e este é um aspecto que tem de ser esclarecido, porque o Dr. Dias Loureiro diz, além disso, que não tinha de

ter nenhum mandato nem nenhuma procuração do Excellence Assets Fund, porque o que fez foi articulado com o Sr. Dr., por designação do Sr. Dr. ou combinado consigo.

Portanto, peço ao Sr. Dr. que veja o documento para ver se reconhece as assinaturas, ou o mais que lhe sugira, um documento que os advogados teriam preparado para que ele os utilizasse no negócio que aí se ilustra.

*Pausa.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Esta assinatura?... Minha? Vou entregar pessoalmente no Ministério Público esse filme e tudo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Dr. não reconhece esses documentos que aí estão?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, estes documentos não conheço, a assinatura é minha. Já sei que houve gente que falsificou a minha assinatura, que é muito fácil de falsificar. Não estou a dizer que esteja. Em algumas situações vou mandar averiguar para ver se é a minha assinatura ou não, porque a minha assinatura é muito fácil de falsificar. Até nisso não fui cuidadoso, de arranjar uma assinatura especial para não ser facilmente falsificável.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que em termos de substância, que é o que nos importa, Sr. Dr., o que se percebe — quanto a dados relevantes — é que nesse acordo a SLN sai dos negócios de Porto

Rico mas o Excellence Assets Fund permanece por dois anos; a venda é por 1 dólar; e essas três entidades são representadas pelo Dr. Dias Loureiro.

Basicamente, quero saber se o Sr. Dr. reconhece ou não esse negócio, porque, por um lado, temos a versão do Prof. Comprido e do Dr. Coutinho Rebelo, e, do outro lado, temos a posição do Dr. Dias Loureiro, sendo que esta Comissão, no relatório que aprovará, terá de decidir.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E aquela coisa da gravação é fundamental: não é o Dias Loureiro, também é o Costa?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas digo em relação a esses documentos, para tentarmos chegar a uma conclusão: de facto, foi vendido por um dólar?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não me revejo nisto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Prof. Comprido refere que o negócio foi feito por 35 milhões, mas esse documento ilustra 1 dólar. Como vai uma diferença substancial!...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Por 35 milhões, sim, isso é verdade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por um 1 dólar, não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Por 1 dólar não!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Significa que alguma coisa se passa com esse documento.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Precisava de fotocópia disto também. Arranja-me?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com certeza, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E preciso do vídeo!...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O vídeo será fácil facultar. No final da reunião entregá-lo-ei.

Percebo que o Sr. Dr. não quer falar do Banco Insular, que é um direito que lhe assiste processualmente, mas ainda assim o Sr. Dr. disse uma coisa que eu pedia que fosse esclarecida, que tem a ver com a forma como o Banco Insular concedia empréstimos.

O Sr. Dr. respondeu ao Sr. Deputado Honório Novo dizendo que as pessoas cujos nomes tinha citado — eram três — seriam responsáveis por esses empréstimos, porque o Sr. Dr. nunca operacionalizou nenhum empréstimo.

Ainda assim, Sr. Dr., vou ler-lhe uma pequena parte de uma acta da audição, ocorrida nesta Comissão, do Sr. Almiro Silva a esse propósito. Porque o Sr. Almiro Silva também dizia que não conhecia o Banco Insular e, a dado passo, recordei-lhe que saberia e que até teria um empréstimo no Banco Insular e, portanto, seria estranho que desconhecesse o banco.

A conversa passou-se como vou referir. Perguntei: «E como é que funcionava essa sua conta no Banco Insular? O senhor tinha a percepção, desde 2004, de que o Banco Insular era realidade SLN ou não?»

Resposta do Sr. Almiro Silva: «Quer dizer, eu não sabia como é que funcionava o Banco Insular. Não sabia. Contraí um empréstimo para uma empresa nossa e, realmente, passou-se o tempo e já liquidámos parte da dívida e vou liquidar o resto.

Agora, de facto, não sei como funcionava, sinceramente não sei.»

E eu volto a insistir: «Mas com quem é que o senhor contactava para que lhe fossem concedidos estes empréstimos no Banco Insular?»

Responde o Sr. Almiro Silva: «Contactei, inicialmente, com o Dr. Oliveira e Costa e, depois, falei com o Sr. António Franco».

Insisti: «E, então, foi por essa via que lhe foi indicado o Banco Insular como a entidade que concederia esse crédito. Mas em que âmbito? Foi-lhe dito que há aqui um banco em Cabo Verde que é nosso amigo e que vai emprestar o dinheiro..., ou foi-lhe dito que há aqui um banco que funciona em parceria connosco e que...»

O Sr. Almiro Silva interrompe-me e diz assim: «Não, não. Foi a primeira forma, isto é, que havia aqui um banco que podia fazer um empréstimo. E foi o que foi feito.»

Perguntei: «E quem é que o senhor contactou em Cabo Verde para que esse empréstimo fosse concedido?» Ele responde: «Eu só falei com o Dr. Oliveira e Costa e ele é que tratou de tudo».

E perguntei: «E com o António Franco, como também referiu?»

Ele disse: «Sim, com o António Franco, exactamente».



Portanto, o Sr. Almiro Silva, nesta explicitação do empréstimo que fez no Banco Insular, refere que terá falado com o Dr. Oliveira Costa e com o Sr. António Franco. E eu queria perguntar-lhe se o Sr. Almiro Silva...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Como disse, eu não quero falar sobre o Banco Insular.

Mas, como lhe disse há pouco, mesmo relativamente ao banco de cá eu nunca carreguei numa tecla para fazer fosse o que fosse, fosse em que banco fosse: nem no BPN IFI, no BPN Cayman, no BPN IFIC, no BPN. Nunca, nunca, por nunca ser, eu fiz uma operação, porque fiz questão mesmo de não querer nunca *password* nenhuma para mim, porque, para isso, havia os responsáveis que tinham que ver aquilo que tinham que ver. Eu nunca. Se um dia qualquer pessoa me agarrasse e me quisesse fazer uma malandrice qualquer para fazer uma transferência do banco, a mim, não valia nada. Podiam me matar. Eu não podia dar, porque não tinha.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., sobre o Banco Insular, queria fazer-lhe uma pergunta.

Julgo ter uma carta de Setembro de 2001, em que ao Dr. Nuno Luz de Almeida é dado conta do Banco Insular e daquilo que acaba por ser um memorando confidencial, que está aqui e diz o seguinte: «Memorando confidencial: transmissão das acções do Banco Insular (IFI) SARL, metodologia e processo». E, depois, descreve-se o essencial da instalação, à altura, pensava-se, da Insular Holdings em Portugal e, mais tarde, do funcionamento muito preciso em Cabo Verde.

Queria perguntar-lhe, Sr. Dr., se este conhecimento é tão antigo ou não por parte de outros membros do conselho de administração. Porque,

em termos factuais, nesta Comissão, muita gente tem tentado passar a ideia de que o Banco Insular era o Dr. Oliveira Costa, ponto. E lá está um dos aspectos em que eu tenho insistido, pois não acredito que o Banco Insular fosse obra de um homem só. Não acredito! Mais ainda quando tantos beneficiam do Banco Insular. Ora, este documento permite-me perceber um conhecimento do Banco Insular, pelo menos desde 2001, por alguém que era membro do conselho de administração.

O que queria perguntar ao Sr. Dr. é se estou a pensar bem ou não, quando digo que o conhecimento do Banco Insular não era obra de um homem só e não era do conhecimento de um homem só.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Deixe-me dizer-lhe uma coisa prévia. Eu não vou falar sobre o Banco Insular. Não falo. De qualquer maneira, o Banco Insular estava operativo desde mil novecentos e não sei quantos e ele fazia operações de crédito... Já houve uma coisa qualquer, uma leitura que fiz e vi que estava errado o que lá estavam a dizer. Os clientes da Fincor tinham crédito que lhes era concedido pelo Banco Insular. Portanto, no passado — não sei quando é que isso parou — havia movimentos do Banco Insular de recursos que eles arranjavam não sei como e davam crédito aos clientes das lojas financeiras para fazer operações e até arranjar algum crédito malparado aí. Eu não sei quando é que isso parou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que este memorando confidencial é do Dr. Vaz Mascarenhas e relata, com minúcia, tudo o que diz respeito...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Então, é capaz de ser mesmo operações dessas. É capaz de ser mesmo operações relacionadas com a rede de lojas financeiras que eles tinham, porque, mesmo depois de terem comprado a Fincor, ainda se arrastou durante algum tempo e, a certa altura, teve de se dar indicações para assumirmos a operação ao nível do banco, para não estarmos ali a fazer essa confusão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., o Dr. Armando Pinto disse aqui que também não sabia da existência do Banco Insular, mas tenho comigo um *e-mail*, que foi entregue, nesta Comissão, remetido pelo Sr. António José Duarte ao Dr. Armando Pinto e que diz o seguinte: «Após conversa telefónica com Ricardo Pinheiro, venho por este meio requerer que o Dr. elabore, se possível, umas minutas de adendas a contratos relativos ao Banco Insular, nomeadamente que consagrem alterações de taxa, montantes e prazo.» Este *e-mail* é de 19 de Agosto de 2002.

Portanto, Sr. Dr., queria pedir-lhe para precisar este ponto, ou seja, se isto não evidencia essa articulação no funcionamento do BPN com o Banco Insular e o conhecimento e, inclusivamente, a intervenção na elaboração dos contratos do Dr. Armando Pinto.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É uma resposta.

Sr. Dr., tenho aqui outro ofício que diz o seguinte: «O *dossier* que me deu ontem passou a ter internamente a designação em epígrafe...» — a epígrafe era Iberlux — «... estando a ser objecto de atenção cuidada.»

Queria perguntar se o Sr. Dr. se recorda deste processo Iberlux e a que se referia.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Iberlux?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., vamos ao documento mais famoso desta Comissão. O que souber, sabe; o que não souber... As coisas são mesmo assim. É o tal *O estado da nação*.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Já ouvi falar muitas vezes, mas nunca li.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nunca leu?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Se me arranjar um exemplar, já agora, agradecia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. poderá ver, porque foi aqui dito que este documento teria sido feito a pedido do Sr. Dr. Oliveira Costa e nele reflectem-se vários problemas do Grupo, designadamente contas investimento, Banco Insular, insuficiências de provisões, compromissos extra-patrimoniais não contabilizados, soluções e caminhos apontados (parcerias de negócio) e, no final, aparece solução.

Depois de se inventariarem menos prejuízos e eram prejuízos de muitos milhões de euros, diz o seguinte: «De um extremo ao outro, solução de compromisso: garantir uma transição pacífica,...» — portanto, este documento já demonstra que vivíamos aquele processo conturbado que o Sr. Dr. Oliveira Costa há pouco descrevia — «... constituição

imediate de uma comissão executiva ao nível do banco BPN, nomeação do Sr. Eng. Francisco Sanches como CEO, por cooptação, após renúncia ao cargo do presidente Dr. Oliveira Costa, nomeação de comissão executiva constituída por quatro elementos...»

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quem é que assina isso?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não assina ninguém, mas foi aqui dito, pelo Sr. António José Duarte, que se trataria de um documento elaborado com a participação de várias pessoas, a pedido do Dr. Oliveira Costa, exactamente no âmbito dessa fase turbulenta.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Isso foi conversa para encher saco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É. Mas, já agora, gostava de ter um exemplar para ver o que é que está aí escrito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Este que comigo tenho posso exhibir, mas é «filho único», Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — A Assembleia tem fotocopiadora e pode tirar cópia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, vou ter para já de...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sei que há documentos com a minha assinatura que são falsos!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas este não tem assinatura. Este inventaria problemas do Grupo, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Felizmente, de vez em quando, ainda há uma coisa que funciona e me dão nota.

*Pausa.*

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, não reconhece o documento?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sei que há documentos com a minha assinatura que são falsos!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, não reconhece o documento?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não conheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Continuando, Sr. Dr.

Tenho comigo um outro *e-mail*. O Sr. Dr., há pouco, falou do Sr. Alejandro Agag e tenho aqui uma comunicação (que já aqui li) do Dr.

Abdool Vakil e que diz qualquer coisa assim parecido: «Diamantes: refiro-me ao meu *e-mail* do fim-de-semana, sobre o qual agradecia o seu *feedback*, de modo a poder voltar, com alguma resposta, ao meu interlocutor.» Depois diz: «EDP: estive esta tarde com o Alejandro Agag e fiquei algo surpreendido quando ele me disse que lhe teria sido dito pelo presidente que não há que fazer nenhum trabalho para a EDP, que o pagamento é devido para pagar determinadas coisas de Porto Rico...»

Queria saber se o Sr. Dr. reconhece o assunto.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não conheço esse assunto, mas deixe-me explicar que, no negócio que se fez com a Redal e por causa dos acertos de valores com a EDP, a EDP ficou a dever ao banco cerca de 780 000 €, ou 870 000 €, ou uma verba desta grandeza... Depois, havia dificuldades de como é que havia de pagar isso. A certa altura, aparece o Banco Efisa e diz: «A gente faz ai uns trabalhos, e não sei quê.» E acabou por ser o banco Efisa a beneficiar. Mas, depois, a certa altura, também já havia dificuldades, porque já não tinha sentido aquele montante. Bem, depois, eu não sei se a EDP chegou a pagar aquilo que devia, mas a EDP devia ter pago uma verba de ou 780 000 € ou 870 000 € relacionado com o negócio da Redal, que era, digamos, a parte nos cabia. Nós pagámos em conjunto e a EDP devia-nos reverter, nesse aspecto... Uma coisa até sugeri: «Ponham-nos a electricidade mais barata, homem!»

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E sobre a referência ali feita, Sr. Dr., da comissão devida ao Sr. Alejandro Agag pelos negócios de Porto Rico?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não sei por que é que aparece isso aí e como é que aparece depois... Que apareça o Dr. Abdool Vakil a facturar de borla, a fazer um serviço de borla para receber aquilo que tínhamos a receber, isso aceito. Agora se ele meteu lá o Agag, não percebo porquê.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não. O que ele diz é que o presidente lhe teria dito... Vou reler.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Só se o presidente era amigo do Agag, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O que se diz é o seguinte: «Estive esta tarde com o Alejandro Agag e fiquei algo surpreendido quando ele me disse que lhe teria sido dito pelo presidente...»

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Qual presidente?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — V. Ex.<sup>ª</sup>, Presumo.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Pode ser o presidente da EDP.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Continuando: «... que não há que fazer nenhum trabalho para a EDP, que o pagamento é devido para pagar determinadas coisas de Porto Rico...».



O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não. Aquilo não era pagar! Era receber! Nós tínhamos era a receber! A EDP é que tinha de pagar ao BPN uma verba e tinha dificuldade em contabilizar essa verba.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Essa é a primeira parte, não é?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Pois. Se há segunda parte, eu desconheço a segunda parte.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A primeira é da EDP. O Alejandro Agag que teria dito que não havia que fazer nenhum trabalho para a EDP. Depois, há uma segunda parte onde se diz que o pagamento é devido para pagar determinadas coisas de Porto Rico.

Portanto, o senhor Alejandro Agag reclamaria dinheiro pelos negócios de Porto Rico.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Então, é mais uma coisa para averiguarem. Andam para aí mais a sacar dinheiro...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto. Está a ver? Estou a ser útil, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Está a ser útil, com certeza.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., vamos agora um bocadinho à supervisão.

Devo dizer-lhe que, salvo o devido respeito, o Sr. Dr. não tem razão no momento em que diz que a supervisão poderia usar dos poderes que lhe são conferidos pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, porque essas alterações, para o que nos importa, resultam da redacção do Decreto-Lei n.º 201/2002.

E, portanto, de 2002 até hoje, o Banco de Portugal teve muitos indícios, que lhe referirei agora, de aquilo que não deveria ter sido feito no BPN e descreve, com minúcia, em relatórios — que juntarei, Sr.ª Presidente, porque já chegámos a um ponto em que o Banco de Portugal, definitivamente, recusa a entrega dos documentos que os Deputados pediram. Todos aqueles do Banco de Portugal que tenho vou juntá-los, Sr.ª Presidente, e os que hoje invocar juntarei mais cedo, desde logo, os relatórios do Banco de Portugal.

Antes ainda, Sr. Dr., vou pedir-lhe que veja esta impressão que tenho comigo, que nos dá conta da entrada na aplicação informática do BPN daquilo que normalmente se chama «ícone AS 400», o tal muito famoso. E quem acede ao sistema, o que é que vê? Versão: empresa. Descrição: BPN Cayman Limited, BPN IFI SARL, Banco Insular. Ou seja, quem acedia ao AS 400 tinha essa informação com o código de empresa: 80796079132.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas eles não deviam ter essa... Isto pode estar aqui assim, mas depois há os códigos de entrada que são muito mais complexos e podem eliminar tudo ou podem eliminar uma linha. Portanto, isto não significa que seja uma porta aberta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas quem acedia ao sistema visualizava isso ou não visualizava isso?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu acho que não visionava isto, não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Foi-me entregue como demonstrando que se visualizava, Sr. Dr..

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Houve um período qualquer em que, porventura, terá havido algum erro técnico, ou coisa que o valha. Mas, em princípio, isto não estava aberto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., vamos passar à supervisão, ao que o Banco de Portugal sabia e ao que devia ter feito.

Vou falar-lhe de um relatório do Banco de Portugal do final de 2002 (recordo que estas alterações são de 3 de Novembro de 2002), e depois falarei, também, do relatório de 2005 e de vários outros indícios.

O que é que se percebe já em 2002? Por exemplo, sobre o Excellence Assets Fund, hoje sabemos da importância deste fundo, entre outras coisas, nos negócios de Porto Rico.

O que é que, nessa altura, o Banco de Portugal já sabia? Está aqui o papel, que mostrei para o Sr. Dr. ver, com a epígrafe Banco de Portugal, que refere o seguinte: «Da análise efectuada ao Excellence Assets Fund, considera-se que este Fundo, detido em mais de 50% pela Granjilla e pelo Grupo SLN, apresentava pouca liquidez e estava dependente da *performance* da Biometrics Imagineering Inc.

No entanto, esta situação poderá vir a ser alterada com a concretização da proposta de compra da Biometrics pela Granjilla, através de fundos provenientes da venda das UP e financiamento do BPN. A participação na Biometrics foi adquirida em Novembro de 2001, pelo Excellence Assets Fund, a SLN, SGPS, na sequência de um contrato de mandato.

A instituição não facultou,...» — já em finais de 2002 — «... no entanto, o documento que suporta a compra da Biometrics pela SLN aos antigos accionistas da sociedade, pelo que não se dispõe de informação que comprove que a SLN, SGPS, adquiriu participação apenas em Novembro.».

Mais à frente, pode ler-se ainda: «Relativamente à compra das acções pela SLN, SGPS, a instituição informou que as mesmas foram adquiridas a seis entidades, mas que não existe qualquer contrato de compra nem foi efectuado qualquer registo nas contas da SLN, para além da entrada e saída de fundos da sua conta depósitos à ordem junto do BPN, pelo facto da SLN estar a actuar como mandatária do Excellence Assets Fund».

Veja bem, Sr. Dr.: já no final de 2002, em relação a um fundo com a importância que tem em negócios posteriores (nós estamos aqui hoje, em 2009, a discutir os negócios de Porto Rico), o Banco de Portugal sabia disto, dizia das informações que não lhe eram dadas, apesar de as ter pedido, e conformava-se com o facto, porque dizia que «a instituição não facultou, no entanto, o documento que suporta a compra da Biometrics».

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas aceitou que agiu por ordem de terceiros, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não. Isto é para percebermos o seguinte: a acção da supervisão justifica-se, ou não, conforme os indícios que consiga, porque alguma coisa está errada! Quer dizer, não temos poderes de supervisão num determinado regime jurídico para, depois, se traduzirem em letra morta.

O que estou a tentar avaliar com o Sr. Dr. — no entendimento de quem tanto tempo esteve a trabalhar na banca, como banqueiro inclusivamente — é se a supervisão tinha ou não indícios para ter actuado. Isto em relação ao relatório de inspecção de final de 2002.

Por outro lado, vou ler-lhe apenas alguns extractos de um extensíssimo relatório, este de 2005, e de inspecções feitas durante todo esse ano.

Lê-se o seguinte: «Grande parte da aprovação das operações de crédito continua a ser efectuada à margem da análise de risco do cliente e, por vezes, em desacordo com os pareceres da Direcção de Risco».

«As operações de crédito são decididas fundamentalmente com base em factores qualitativos, como a experiência comercial ou o estatuto de accionista dos clientes, assim como no seu património pessoal ou nas garantias, embora não se proceda à verificação dos ónus e encargos que recaem sobre esse património nem se efectue a avaliação das garantias pessoais existentes».

«Algumas falhas, nomeadamente com a não actualização do respectivo perímetro e a não inclusão de entidades não residentes, inclusive as que têm responsabilidades na filial BPN Cayman, as quais não são agregadas ao Grupo para efeito de controlo e reporte de grandes riscos».

O Sr. Dr. veja a dimensão... A única coisa que o Sr. Dr. não vai encontrar aqui é o Banco Insular, tudo o resto está lá!

Deixe-me dar-lhe alguns factos com alguma minúcia: «Apesar do elevado número de operações intra-grupo, nunca o BPN ou as outras entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal se reportaram a esta entidade de supervisão conforme exigido pela Instrução n.º 8/98. Muitas das mais-valias apuradas nessas operações não são anuladas no processo de consolidação, uma falha que se traduz na sobrevalorização dos resultados do Grupo».

Outro *dossier*, carteira de crédito: «Em termos globais, verifica-se que a carteira de crédito do BPN apresenta um risco considerável devido à elevada concentração existente, quer ao nível de clientes, em que cerca de 19% do crédito está centrada em 18 clientes, cujos riscos são superiores aos fundos próprios reportados pelo banco em 2,4 vezes».

Mais à frente: «Algumas empresas veículo não residentes beneficiárias de crédito, o BPN não apresentou a informação necessária à identificação dos respectivos accionistas ou representantes, à origem e ao destino dos fundos, nem tão-pouco à actividade por elas desenvolvidas e à respectiva situação financeira,...» — o Sr. Dr. veja bem o que aqui se diz! — «... veículos entre o Grupo SLN e estes clientes, os quais passam por uma matriz de órgãos sociais que integram na sua composição elementos comuns aos do Grupo SLN, apesar de nalguns casos nem existir qualquer participação ou relação evidente com essas empresas».

Ainda em relação ao Excellence Assets Fund: «Não nos foi disponibilizada informação sobre transacções de acções do Fundo Excellence Assets Fund, nem sobre a identidade dos detentores das mesmas, em 31 de Dezembro de 2004, a qual já havia sido, inclusive,

solicitada pelo Banco de Portugal através da carta 15/05 de SBSB, de 3 de Janeiro, à qual não foi dada resposta cabal...».

Sr. Dr., veja bem, estamos a falar de 2005!

Dava-lhe imensos outros exemplos, mas vou dar-lhe um só, porque o considero importante e ajuda a perceber tudo...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Tem a resposta que foi dada a esse relatório?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não foi dada resposta e eu vou dizer-lhe porquê. De todas as perguntas por responder, já por nós verificadas, em 2008, lá constam variadíssimas das questões que aqui são suscitadas neste relatório, o que significa que o Banco de Portugal — o tal que o Sr. Dr. diz que agiu bem e que eu digo que agiu mal, muito mal, com falhas graves —, em relação ao Excellence Assets Fund, tinha conhecimento desde 2002 e, em relação a tudo isto e muito mais do que esta Comissão vai saber, tinha esse conhecimento desde 2005. Era o que acontecia, por exemplo (e ganhámos imenso tempo a falar destes negócios de Porto Rico), em relação a vários *offshore* utilizados nos negócios de Porto Rico.

Um outro assunto tem a ver com o facto de — o Sr. Dr. recorda-se, certamente — o Banco de Portugal ter exigido a separação entre a área financeira e a área não financeira do Grupo.

Então, em 2002, o Banco de Portugal realizou um relatório de inspeção ao BPN sobre carteira de crédito. Nesse relatório queixa-se que foi condicionado pela morosidade na prestação de informações, algumas das quais não disponibilizadas, outras divergentes das anteriormente

facultadas e, simultaneamente, pelo facto de os processos de crédito se encontrarem bastante incompletos. Isto passou-se já em 2002.

A separação entre a área financeira e a área não financeira era muito importante, como calculará, porque era por determinação do Banco de Portugal.

Ora, pode ler-se nos pontos 2, 3 e 4 do relatório de inspecção do Banco de Portugal de 2005: «Embora a Sogipart SGPS, antiga SLN Imobiliária, SGPS, SA, tenha sido formalmente alienada pela SLN à Camden, com uma mais-valia de 15 milhões de euros, existem diversos indícios de que o Grupo SLN continua a exercer influência significativa na gestão do grupo Sogipart. Com efeito,...» — é esta a relevância do que aqui vem — «...apesar de a sociedade ter sido alienada, os órgãos sociais das diversas empresas do Grupo (Sogipart, SGPS, Adicais, Vilas d'Água) mantiveram na sua composição elementos do Grupo SLN.

Não obstante a Sogipart ter vendido diversas empresas à Partinvest Imobiliária, do Grupo SLN, os respectivos títulos de capital continuavam registados na carteira de títulos da Sogipart, SGPS. Esta situação só foi corrigida na sequência de dúvidas levantadas no decurso desta inspecção, tendo sido justificada como uma deficiência de controlo interno, cujos contornos são preocupantes e que apenas é compreensível num cenário...» — veja bem a minúcia desta descrição, Sr. Dr. — «... em que a empresa vendedora também seja considerada como pertencente à esfera do Grupo SLN, já que ao contrário as entidades adquirentes teriam reclamado a posse dos títulos».

E termina com esta nota de rodapé fantástica: «Camden,...» — que é a *offshore* que aqui tratamos — «...veículo *offshore* do qual não foi possível obter qualquer informação, cujo capital, segundo informações



prestadas...» — passe a contradição — «... (não documentadas), é detido por cinco accionistas da SLN: António Cavaco, Fernando Cordeiro, Manuel Veríssimo, Rui Fonseca e Manuel Cavaco».

Ou seja, Sr. Dr. Oliveira Costa, excepção feita ao Banco Insular, na dimensão de problema que hoje conhecemos, tudo o que de mais relevante esta Comissão Parlamentar apurou em termos de funcionamento indevido — não quero classificar de outra forma — do BPN esteve vertido em relatórios de inspecção do Banco de Portugal.

Muitos destes factos ainda persistem à data, e o Banco de Portugal não agiu!

A propósito da resposta dada há pouco sobre a supervisão, pergunto-lhe se estes factos não traduziriam indícios que justificariam, por exemplo, uma auditoria externa ou a nomeação do tal administrador provisório que, de facto, nos termos do regime aplicável, já era possível à data.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Julgo que não justificaria... Para já, é perceber a resposta que foi dada a tudo isso. Há respostas dadas. Nenhum relatório de inspecção do Banco de Portugal ficou sem que fosse dada uma resposta. Nenhum! Às vezes, até tinha duas e três respostas: a resposta da linha dos serviços, a resposta das hierarquias e depois, no final, uma resposta minha. E eu cheguei a dar respostas com 20 páginas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estou a ouvir tudo, Sr. Dr.. É que, ao mesmo tempo que está a responder, já estou a tentar identificar um documento para lhe ler, para o Sr. Dr. perceber que não é assim, na exposição da própria supervisão.

Só de memória, lembro a exposição escrita (e tenho-a aqui) do supervisor, Vice-Governador do Banco de Portugal, Pedro Duarte Neves, onde esclarece, dizendo-se enganado, o facto de a supervisão não ter dado resposta a coisa nenhuma do que de relevante aqui lhe disse, Sr. Dr..

Portanto, as respostas não foram dadas, de acordo com o próprio Banco de Portugal.

Para o Banco de Portugal, o administrador colaborante, quem ajudou o Banco de Portugal foi o Dr. Abdool Vakil, o que devo dizer que acho extraordinário...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sobre isso...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isto para dizer o quê, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Zero!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Zero, porventura! Mas a versão do Banco de Portugal é esta.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Repare, o Banco de Portugal resolveu uma parte desse problema congelando 15,5 milhões de mais-valias. Congelou-as! Sobre essa parte, estiveram congeladas durante sete ou oito anos (ou ainda estão, porventura) 15,5 milhões de euros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou ler-lhe, por exemplo — e também tenho a do Dr. Pedro Duarte Neves, que é de igual teor,

confirma o que aqui está quanto à ausência de resposta por parte do BPN —, o que diz o Dr. Abdool Vakil (o Sr. Dr., certamente, não teve conhecimento disto), em 16 de Janeiro de 2009.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — 2009, já?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, 16 de Janeiro de 2009.

Refiro-me à exposição aqui feita pelo Dr. Abdool Vakil, que diz assim: «À existência de uma total deterioração e evidente crispação nas relações com as entidades de supervisão, procurei responder, antes de mais, manifestando aos respectivos responsáveis, ao mais alto nível, a vontade de o Grupo SLN estabelecer relações de normalidade enquanto entidade supervisionada, cumprindo integralmente os respectivos deveres de informação, conduta e outros doravante e sanando incumprimentos pré-existentes.

Com efeito, foi necessário proceder a um levantamento exaustivo de informação que desconhecia na íntegra, através de um trabalho de investigação apenas possível pelo alargamento e reforço da estrutura de *compliance...»*.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — O Sr. Deputado está a falar de 2009?!...

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado está a falar, porventura, das declarações do Dr. Abdool Vakil nesta Comissão, e não de um relatório do Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro que sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — É que o Sr. Deputado referiu que se tratava do relatório e leu as declarações do Sr. Dr. Abdool Vakil aqui, nesta Comissão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, se o disse, foi um lapso.

A Sr.ª Presidente. — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quis apenas, na parte em que o Dr. Oliveira Costa disse que responderam ao Banco de Portugal, contrapor o que foi dito nesta Comissão (com peças escritas que temos e que seria útil que o Sr. Dr. pudesse levar e ler) pelo Dr. Pedro Duarte Neves e pelo Dr. Abdool Vakil, que afirmaram que só aí começou a ser dada resposta ao que insistentemente era perguntado.

Enfim, não posso monopolizar o tempo da Comissão, mas asseguro-lhe que tenho aqui todas as respostas que não foram dadas, que depois poderei juntar, todas as perguntas que ficaram sem resposta. E o essencial daquilo que aqui estava relatado já em 2005 como problemas do BPN estava sem resposta em 2008.

Sr. Dr., é isso que diz o Vice-Governador do Banco de Portugal, que é a supervisão.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Há uma resposta a isso. Quase de certeza que eu dei resposta, certamente longa e detalhada, e estabeleceu-

se um calendário de acomodação das diferentes situações. Eu sei que às vezes tinham dificuldades em... Não era fácil ver aquilo, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tenho aqui o parágrafo que lhe queria ler da exposição que o Dr. Abdool Vakil aqui fez, Sr. Dr., e que é o seguinte: «De facto, logo depois de assumir as funções de presidente do conselho de administração da SLN e do BPN, constatei que à data do início dessas funções encontravam-se pendentes de resposta ao Banco de Portugal 157 pedidos de informação, dos quais foram respondidos 121 à minha renúncia em 20 de Junho.»...

Ainda não é este, mas já lá vou, mais à frente, Sr. Dr., daqui a pouco, porque vou ter de descobrir essa...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, estão aqui os Srs. Advogados a dizer que gostariam que formulasse uma pergunta, porque toda esta exposição...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A pergunta é esta: gostaria de saber se, tendo em conta que as informações relativas ao funcionamento do BPN já eram contidas em relatórios de inspecção de 2002, inspecção de 2005, com perguntas sem resposta até 2008, num juízo de razoabilidade, o Banco de Portugal não deveria ter usado de alguns dos seus poderes de supervisão?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas isso não aconteceu assim. Houve respostas e algumas delas conduzidas por mim.

Agora, obviamente que não tenho nada, mas não sei se, porventura, me levaram também as cartas do Banco de Portugal. Aí eu tinha alguns *dossiers*, porque havia algumas cartas interessantes, até pela pedagogia que faziam sobre a matéria.

Em princípio, nenhum assunto transcendente passou sem ser dada uma resposta, porque, no limite, se não eram capazes de dar resposta, dava-a eu no fim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., então, aqui, com franqueza, das duas uma: ou o Banco de Portugal não está a contar a história toda para não dizer coisa nenhuma ou a que o Sr. Dr. conta não bate uma coisa com a outra.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Muitas das coisas que o Banco de Portugal diz não é verdade. O Banco de Portugal também está a extrapolar... Aliás, há-de haver uma carta minha em que eu digo que é uma atitude abusiva do Banco de Portugal estar a fazer extrapolações para a generalidade, quando, ao fim e ao cabo, a amostra é enviesada, e digo por que é que ela é enviesada. Portanto, não tem o direito de fazer essa extrapolação. E dou um outro exemplo de uma extrapolação diferente em que tudo é diferente.

Aliás, como é que era possível, se fosse assim, quando vai lá um banco estrangeiro para fazer uma securitização de 600 milhões de euros, chega lá e faz aquilo rapidamente, noventa e tal por cento tem AAA de *rating* — AAA de *rating*! —, pequenas e médias empresas. E fizeram aquilo em tempo recorde!

Agora, como está a gravar, não posso dizer o resto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos só, agora, a uma parte final. Vou só pedir que o Sr. Dr. me confirme se alguns negócios que tentámos esquematizar e que vamos transmitir em *slides* foram assim mesmo.

Antes disso, Sr. Dr., pergunto-lhe qual a relação entre o Grupo e o TAIB Bank e refiro-me, especialmente, à plataforma financeira TAIB Bank suíço.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Isso tem de perguntar ao Abdool Vakil, porque ele é que sabe.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Dr. Vakil é que sabe.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ele é que sabe. Portanto, não me deu conhecimento de nada, não sei de nada. Ele já foi administrador do TAIB Bank e tudo o mais. Portanto, ele é que sabe. Agora, ele também andava furioso por causa dos 22,5 milhões de imparidades que lá encontraram. Quer dizer, a minha investigação sempre conseguiu apanhar alguma coisa. Se não, como é que eu podia falar sobre as coisas? Há aqui coisas que eu podia ter desenvolvido bastante mais e ainda hei-de ver se desenvolvo, como dá mais evidência ao erro que foi cometido. De alguns elementos... E eu estou ali entre quatro paredes, não posso estar a fazer nada, mesmo para eu ver no computador aquilo que vocês dizem são muitas horas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. é capaz de nos explicar, nesse esforço de memória, se é que tem, uma operação com

uma estrutura austríaca que foi já aqui, em comunicações em 2002... Não diz nada?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Austríaca?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. pode confirmar se o *offshore* Jared liquidou dívidas no BPN, nomeadamente facturas da PT Prime? E se a direcção de auditoria interna...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Está a falar sobre um tema que eu não falo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não fala?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Está a usar a técnica de jornalista...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sei lá. Eu já uso as técnicas todas para tentar descobrir alguma coisa, Sr. Dr.

Vou mostrar-lhe, agora, um *slide*.

*Visionamento de um slide.*



O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Só lhe mostram aquilo que é mau. Não lhe mostram aquilo que cobre o que é mau. A manta direita não lhe se mostra; a manta que está cortada...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., se eu mostro este slide, é porque, na verdade, não foi com o meu voto, mas este Parlamento decidiu a nacionalização do BPN.

Portanto, são os contribuintes que estão a suportar esta nacionalização. E, agora, enfim, já se falam aí dos tais valores, a bem dizer que são imparidades com a definição que o Sr. Dr. aqui trouxe, deste montante que...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E, de resto, se restar algum cêntimo, há responsáveis, que não sou eu!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., por exemplo, a propósito deste negócio, depois de uma carta do Banco de Portugal a exigir que a SLN, por motivos de risco, se desligasse do sector imobiliário, esta *holding* foi vendida a cinco accionistas do Grupo – é a tal separação entre a área financeira e a não financeira.

Ou seja, a SLN vende a cinco accionistas e a compra foi financiada pelo veículo Venice. Certo? A Venice que era a SLN, mais tarde, através da Marazion, que é a outra *offshore* que aqui nos surge, os cinco accionistas assinaram protocolos. O primeiro protocolo foi a 11 de Agosto de 2000 e existe um segundo protocolo, de Novembro de 2002, em que, depois de criada a *offshore* Camden, vendem parte dos activos de volta ao Grupo e mudam o nome da SLN Imobiliária para Sogipart.

A Sogipart tinha várias *offshore* de vários empreendimentos, nomeadamente a Adicais, que era a dona da futura sede do BPN Porto.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não posso falar sobre elas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto. Vou mostrar um segundo *slide*.

Sr. Dr., posso só perguntar se me confirma os protocolos celebrados (que aqui já foram juntos) para efeitos dessa separação da área financeira e não financeira do Grupo.

Enfim, eu mostrarei e o Sr. Dr....

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Isso é público.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas há aqui uma dúvida quanto a assinaturas. Se o Sr. Dr. pode confirmar se o protocolo, tal como está assinado, reproduz o que foi feito.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Arranje-me uma cópia para ver. Penso que as declarações feitas depois da meia-noite não são válidas.

*Risos.*

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., vamos a outro negócio, só para ver se esclarecemos. Este negócio dos quadros do Miró foi aqui tratado ao de leve.

*Visionamento de um slide.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quanto aos quadros do Miró, não perca tempo com isso. É um bom negócio!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei. Mas é só para saber se foi assim, porque julgo que conseguiremos explicar os três passos do negócio dos quadros do Miró, se o Sr. Dr. poder ajudar.

Seria assim: final de 2002, um cliente do Private Banking norte, o Sr. Figueiroa, cidadão espanhol, com residência na Galiza, contacta o banco para esta operação. Sabe, por intermédio de dois *marchands d'art*, o Sr. Julien de la Cierva la Calle e o Sr. José Enrique Navarro Nuno de la Rosa, que existe uma parte de uma colecção, que era conhecida como a «Colecção Pierre Matisse», para venda, e, por outro lado, sabe do interesse do Museu Rainha Sofia, de Madrid, na aquisição dessas peças.

Nesse âmbito, existiria o interesse da Caja de Ahorro espanhola em patrocinar a aquisição como forma de optimização fiscal ao abrigo da lei do mecenato local.

Através de contactos, chega ao conhecimento de duas pessoas influentes no governo nacional, nomeadamente na área da cultura, que actuariam junto do Museu Rainha D. Sofia, que eram a Sr.<sup>a</sup> D.<sup>a</sup> Cristina Canisares e D. Javier Gascon Savina, e a operação foi apresentada ao Dr. Oliveira Costa que achou que seria do interesse a participação e aprova-a. Nesta parte, está certo?

Acontece o 11 de Março. Sabemos o que aconteceu nas eleições: o governo mudou. E, por indicação do Dr. José de Oliveira Costa, foi criada

uma sociedade não residente, a Zevin Holdings LLC, que abre uma conta no BPN Cayman. Nessa conta, foi aprovado um crédito que serviria para pagar a colecção e outras despesas conexas. Foi efectuada uma certificação de quadros em Paris pelo Sr. Jacques Dupont, supostamente o maior especialista do mundo no que respeita aos quadros do Miró. Esta sociedade...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, agradecia que fizesse a pergunta, porque o Sr. Dr. está cansadíssimo, está aqui já há muitas horas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para eu fazer a pergunta, tenho de descrever o negócio. Não consigo de outra forma.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu conheço o negócio, o negócio está bom, o negócio foi bom. A certa altura, fez-se uma boa opção. Eu não tenho dúvida nenhuma...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se houver interesse, se quiserem saber o que se passou com os quadros do Miró, eu tenho de acabar. Se não, ficam sem saber o que se passou com os quadros do Miró.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não percam tempo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto. Ficamos sem saber o que se passou com os quadros do Miró.

Tenho de descrever, porque isto não é um negócio «já está! Compraram os quadros do Miró!»

*Apartes inaudíveis na gravação.*

Não tem interesse? Quer ver onde é que está o interesse? Está no financiamento do negócio. Se quiser ter paciência. A menos que não gostem. Percebo que as pessoas queiram ir para casa, mas, se acharem que é do interesse público saber o que se passa, continuamos com os quadros do Miró.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Até pagou caro o financiamento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Posso continuar, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Até pagou um juro caro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei. Já lá vamos.

Gostava de acabar, porque, enfim, para comprar os quadros é preciso dinheiro e vamos ver como é que ele surge.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas aquilo é dinheiro, aqueles quadros são dinheiro. Não se esqueça disso! E se, obviamente, não venderem como estão a querer vender, de um vez só, e venderem por leilões fazem 300 milhões sobre aquilo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só para saber se foi assim. Se o Sr. Dr. entender que pode responder, responde, se entender que não, não responde.

Portanto, foi feita essa certificação, a sociedade adquiriu em Espanha, os intermediários que trataram da venda, foi realizado um contrato com intermediação exclusiva. E, nesse Março, deram-se então os atentados e, no final de 2004, estes *marchands* apresentaram ao Sr. Dr. uma proposta para comprar uma segunda parte da colecção.

Foi aprovada e a Planfin criou duas sociedades não residentes: a Karoma Marketing LLC e a Talcott Holdings LLC. São concedidas duas linhas de crédito para fazer a compra.

Em 2005, o Sr. Dr. teria recusado uma oferta de 45 milhões de euros pelas duas primeiras partes da colecção, porque estaria mais interessado na criação de um fundo de investimento de arte ou mesmo na constituição de acervo para uma futura fundação BPN.

Terceira e última colecção: no início de 2006, é proposto e aceite pelo Sr. Dr. a aquisição da última parte da colecção Pierre Matisse e, atendendo às perguntas do Banco de Portugal sobre as sociedades não residentes, o Sr. Dr. solicitou aos *marchands* se estariam disponíveis para emprestar o seu nome para operações de financiamento necessárias para a concretização da operação, no que eles deram acordo. E, nesse sentido, foram abertas duas contas para cada um deles — uma no BPN Cayman outra no BPN IFI — onde foram aprovadas as linhas de financiamento para a operação, tendo eles, portanto, aparecido como o rosto do negócio, quando na verdade era a SLN.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Bom, uma vez que já tínhamos aqueles quadros todos, se atingíssemos um patamar importante nesse processo, tornar-nos-íamos no maior coleccionador privado de Miró e poderíamos, a partir daí, com o trabalho que foi feito e com aquele livro fantástico que foi feito, criar uma mais-valia expressiva. O objectivo era o de ganhar mais de 100% naquela operação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro. Lá isso, não duvido que os quadros valem...

Estou a falar do procedimento, porque o Sr. Eng.º Francisco Sanches, num ofício de 13 de Dezembro de 2007, a propósito dos empréstimos do BPN Cayman, enviado à supervisão, refere estes *offshore*. Só que aqui teremos de ver o que é que é dito com verdade ou não ao Banco de Portugal. No caso, não foi pelo Sr. Dr., foi mesmo pelo Eng.º Francisco Sanches. É que lá constam com um financiamento de 40 milhões de euros os vários *offshore* daquilo que é identificado como grupo José Enrique e Julien Calle. E era aqui que eu queria chegar, porque, ainda em Dezembro de 2007, estas empresas que intervêm na aquisição dos quadros Miró, como tendo beneficiado de um empréstimo de 40 milhões de euros, são empresas indicadas ao Banco de Portugal como pertencendo a um grupo quando na realidade são SLN. E o montante foi de 40 milhões de euros.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu disse-lhe há bocado que, durante vários anos, antes de 1975, quem fazia os resultados na área imobiliária do Banco Totta era o Dr. Fernando Fantasia. Não se esqueça disso. Não vale a pena.

Se fossem esmiuçar as coisas em toda a banca portuguesa como estão a fazer aqui seria um caos!...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Porventura, Sr. Dr.!... Não me assuste, por favor! Porque depois desta nacionalização, eu não queria outra.

Enfim, basicamente, o Sr. Dr. reconhece estes negócios através do BPN Cayman: recorrerem a empréstimos através do Investec, Banco da África do Sul; empréstimos feitos à Tadco, que a SLN, com retorno para o BPN Cayman para pagar dívidas do Sr. El-Assir.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Nem me fale nisso! Pagar dívidas do El-Assir?

*Visionamento de um slide.*

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É. Em nome do Sr. El-Assir, porque aqui referimo-nos a dois empréstimos feitos pelo BPN Cayman. Basicamente, o expediente que foi criado para pagar as dívidas do Sr. El-Assir foi este: o BPN Cayman fez dois empréstimos ao Investec, um de 20 milhões de euros e um de 3 milhões de euros...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não vale a pena prosseguir. Já estou a ver o filme todo. Não posso responder sobre isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não pode responder sobre isto? Pronto. Mas eu tinha de perguntar, Sr. Dr., porque estas empresas



aparecem aqui também como Grupo El-Assir. Há várias empresas que o Eng.º Sanches comunica ao Banco de Portugal, em Dezembro, de 2007 como sendo empresas do Grupo El-Assir, com passivo, sem quaisquer garantias. Mas se não pode falar sobre isso, não falamos sobre isso. Adiante.

O Sr. Dr. tem de estar muito cansado, porque já lhe fizemos muitas perguntas e está sob uma grande pressão, naturalmente. Por isso, vou ficar por aqui. Mas tenho tantas perguntas para lhe colocar, Sr. Dr..

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quando eu estiver livre, vamos ali a um café...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., convido-o para almoçar e, com calma, conversamos sobre tudo isto.

#### *Visionamento de um slide.*

Sr. Dr., este *slide* tem que ver com mais de 90 *offshore* que foram detectadas já durante a administração do Dr. Miguel Cadilhe, naquilo que aqui foi chamada a Operação César, que tentaram incluir na SLN uma série de veículos que eram utilizados à margem.

Em relação a estes, Sr. Dr., pode-me dizer: «Eu não reconheço nenhum destes *offshore*», mas isso...

Basicamente, a descrição que aqui lhe fazemos é esta, Sr. Dr.: temos o nome do *offshore*, sabemos o seu último beneficiário – por exemplo, no caso da Abnerka, o último beneficiário seria Albano Oliveira – e nas

observações temos aquilo em que conseguimos apurar, para já, de para que é que serviu o dinheiro.

Por exemplo, a ACR (Angola Consulting Resources): sabemos que o activo – exploração de petróleo em Angola – era 20% da SLN Internacional.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Acho esse trabalho interessante. Veja para onde e que foi o dinheiro para ver se alguém o roubou. Isso, sim!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era isso que eu queria saber, Sr. Dr..

Por exemplo, em relação ao Breslan Investments LLC, o Sr. Dr. sabe qual era o último beneficiário?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu acho que não posso falar sobre isso.

Agora já me estou a lembrar, mas não posso falar.

Não tem nada de especial, diga-se de passagem.

A mim só me interessa saber se alguém roubou e para onde é que foi o dinheiro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois, também nós!

Vamos, então, ver outro caso: Jared.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu já disse que não podia falar sobre a Jared!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já disse? Então, Sr. Dr., agradeço-lhe imenso o esforço. Vou ficar por aqui e, numa outra oportunidade, então, esclareceremos tudo o resto. Está bem?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quando me começa a cheirar a coisa... Isto é que eu quero ver o que é... Isto é que eu vou entregar ao Ministério Público, para verem isto, para verem os documentos e o filme que o Sr. Deputado entregou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu acho que o Sr. Dr. faz muito bem, porque se o que o Sr. Dr. aí tem, que eu lhe entreguei, de facto, não tiver correspondência com o que significa, então acho bem que se investigue, porque já vai sendo tempo neste País de, quando as coisas acontecem, termos responsáveis.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Tem de haver responsáveis, pois com certeza!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Dr.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, a minha primeira questão é a seguinte: em 11 de Dezembro de 2007, ou por volta desta data, o Sr. Dr. assinou uma declaração de responsabilização que diz...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sr. Deputado, suponho que não vale a pena ler isso. Não sei se essa data foi sob coacção; a data é diferente... Isso foi sob coacção. Sob coacção: ou assinas isto aqui ou, então, levas um tiro... Não foi bem assim, mas faz-de-conta. isso está a ser averiguado noutra sede.

O Sr. João Semedo (BE): — A minha pergunta, então, é de outro tipo e é a seguinte: estas declarações que o Sr. Dr. agora nos informou que tinham sido obtidas sob coacção, facto que não é difícil de admitir, foram passadas em nome dos Srs. António José Fonseca Duarte, Ricardo Pinheiro, Manuel Peixoto e António Franco.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, confirma.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Confirmo, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Já agora, que falou em coacção, o que é que pretendiam de si? É inevitável fazer-lhe esta pergunta.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Como isso está a ser apreciado noutra sede, não posso avançar com mais detalhes.

Podem ter a certeza de que a minha vida foi sempre um martírio. Vocês, em função daquilo que vêem, vêem em que medida eu tinha como que um novelo de gaze a perturbar a boa escrita.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., gostaria de insistir numa pergunta que já lhe foi colocada, pedindo-lhe que compreenda que há aspectos que o Sr. Dr. diz que não pode responder, mas quando responde, terá de aceitar e compreender que nós temos alguma exigência na resposta ser convincente, digamos assim.

Ora, dizer, de uma forma irónica, que o Dr. Luís Caprichoso, provavelmente, saiu do Grupo porque gosta de música e ia ouvir música, bom, se eu amanhã explicar que saio do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, porque me apeteceu ir ouvir música, também ninguém acredita, não é? Seria, seguramente, motivo de grande especulação.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É um espanto em termos de música. Tem altifalantes por tudo quanto é sítio. É capaz de ter 30, 40, 50 ou sei lá o que é... Quando ele está à distância, já liga aquela história... É doente pela música.

O Sr. João Semedo (BE): — Será doente pela música, mas é um homem atento, que ainda hoje enviou para o meu *e-mail* da Assembleia uma mensagem, corrigindo algumas afirmações que um órgão de informação me atribuiu relativamente a ele. Portanto, sendo músico, a música não lhe perturba a atenção e a concentração.

Mas o que lhe quero perguntar é o seguinte: vários depoimentos que aqui ouvimos aludem, no caso da saída do Dr. Luís Caprichoso, a um conflito com o Sr. Dr..

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não é um conflito comigo.

O Sr. João Semedo (BE): — Deixe-me só precisar.

Ora bem, não foi uma nem duas, foram várias as pessoas que tiveram uma actividade relevante no Grupo e no Banco.

A minha pergunta e a minha insistência é sim ou não, Sr. Dr., Pode esclarecer qual era a natureza desses problemas e desses conflitos?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ele tinha um mau ambiente lá dentro. Tinha um feitio difícil... É uma daquelas pessoas que tem uma relação, ao nível da empresa, com as pessoas e rapidamente entra em conflito. Perde as estribeiras com uma facilidade enorme. Portanto, era uma pessoa não querida. E era por isso que diziam: o presidente escolheu cada pessoa mais difícil, porquê? A explicação é simples: é que eu já tenho muita idade, e isto é mesmo assim, e as pessoas com quem eu podia, efectivamente, tratar para funções importantes, deviam ter menos 10 ou 20 anos do que eu e menos 10 ou 20 anos do que eu é pouco para aquilo que era preciso.

Eu estava afastado da vida financeira de 1985. Isto marca enormemente. Passei ao lado de várias gerações de bancários.

Repare, quando eu deixei de estar na actividade bancária, não havia movimentos de capitais, a banca era totalmente diferente do que é hoje. Houve uma revolução tremenda desde a altura em que saí até agora. E essas pessoas, os jovens com talento que eu precisava de ir buscar, tive de os ir buscar indirectamente e tinha de me sujeitar às consequências dessa contratação indirecta. Ainda andei à procura com caçadores de cabeças e enfiei dois barretes colossais. Depois, de vez em quando, punha as pessoas a andar...

Por exemplo, essa história da Deloitte, eu fiz um ultimato. A Deloitte é um caso absolutamente inacreditável! Ela não foi embora por causa das auditorias que fazia ou coisa que o valha....

No primeiro trimestre de 2003, encomendou-se um trabalho por 15 000 €, por causa das imparidades e não sei quê, e não sei quê. Não se marcou prazo e o Banco de Portugal também não tinha marcado prazo.

A certa altura, a meio do ano, o Banco de Portugal começa a dizer «mandem essa história». Lá está... As tais cartas, que havia não sei quantas, do Banco de Portugal a pedir isso. Bom! Aquilo azedou-se, azedou-se, azedou-se e, a certa altura, o Banco de Portugal faz um ultimato: «Os senhores ou entregam a carta até às 15 horas do dia 30 de Setembro — parece-me que era 30 de Setembro — ou nós fazemos e acontecemos...».

Eu mandei uma carta para a Deloitte, com o ultimato do Banco de Portugal, e disse: «Ou vocês entregam o trabalho que foi feito, de que já pagámos 15 000 € e, depois, mais 37 000 € por um trabalho que não custa 10% disso, ou estão despedidos». Eles não estavam lá à 1 hora, estavam lá à 1 hora e 5 minutos, mas não interessa, não estavam lá à 1 hora e eu tinha tudo preparadinho, contado ao segundo, com estafeta e tudo. À 1 hora não estavam lá, a pessoa saiu para o Banco de Portugal e explicou ao Banco de Portugal. E, nessa altura, dissemos: «Agora, vamos fazer isto, isto e isto e dentro de 48 horas têm isto feito».

Foram-se embora por causa disto, não é nada do que dizem por aí fora, não é nada do que esse indivíduo, que andou para aí a escrever na *Exame*, disse ou coisa que o valha. Não é nada disso! A razão foi muito objectiva, muito forte, foi uma carta violentíssima que escrevi, depois, para o Banco de Portugal — violentíssima no sentido de pôr os pontos nos

is das coisas! Quer dizer, como é que podemos trabalhar com gente assim?! As coisas, muitas vezes, são fáceis de falar mas, quando vivemos no calor das situações, é um sufoco tremendo. Olhe, podia ter passado o resto da vida tranquilo, por muito que goste de trabalhar, e gosto de trabalhar, mas trabalhar nestas circunstâncias torna-se dramático.

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a ver que, na parte das minhas perguntas, me tocou o desabafo, como sucede, muitas vezes, com aqueles que comem bolo rei e ficam com a fava (*Risos*), mas, seja como for,...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas, Sr. Deputado, também lhe digo que os desabafos ficam muito bem entregues a pessoas que, efectivamente, têm uma visão das coisas e compreendem a vida.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., não sinta qualquer limitação, porque disse isto apenas, enfim, para amenizar o ambiente. Passei grande parte da minha vida a ouvir pessoas a falar, a queixarem-se das maleitas que tinham, pelo que isto, para mim, não tem qualquer problema.

Mas, se não se importa, voltemos ao Dr. Luís Caprichoso. Falo no Dr. Luís Caprichoso por uma razão: foi, digamos, das principais figuras do universo BPN SLN cujos esclarecimentos nós, por razões de o Sr. Dr. Luís Caprichoso ter invocado o direito a manter-se silencioso, não tivemos oportunidade de ouvir.

Ora, o Dr. Luís Caprichoso não era um qualquer administrador. Não quero massacrar-vos, até porque já é muito tarde, mas o Dr. Luís Caprichoso foi administrador de dezenas e dezenas de empresas do universo SLN BPN.



Portanto, sim, senhor, mau feitio, criava incompatibilidades, anticorpos, mas, Sr. Dr., com uma figura destas, diga-me, ao menos, quem é que tomou a iniciativa. Foi o Sr. Doutor que tomou a iniciativa de se libertar de uma pessoa que era incómoda, porque gerava anticorpos, ou foi a pessoa que gerava anticorpos que entendeu que havia chegado o momento de se ir embora?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Olhe, Sr. Deputado, a pessoa é como a outra de que, há pouco, falei, que estava sempre ansioso para ver se eu lhe ia dizer que se ia embora e nunca dizia. Este, um dia, quando lá apareceu, a dizer «Ah! E tal... Ouvi dizer...», eu disse-lhe: «Está bem, com certeza»! Foi assim! Foi aproveitar a oportunidade, para não dizerem que era sempre eu que estava a mandar as pessoas embora.

De facto, se applicasse às outras pessoas o grau de exigência que aplico a mim mesmo, era um bocado difícil. Por muito bom que se seja e se perdoe, constantemente, a certa altura, é difícil, porque as pessoas eram obrigadas a estar num ritmo em que entendiam que não deviam estar. Mas eu estava errado! Agora, tenho de o reconhecer! Hoje, reconheço que passei pela vida sem ver a vida. Nem sequer aprendi a brincar, porque comecei a trabalhar com menos de 12 anos! E isto significa, de facto, um constrangimento, em termos de futuro. Tenho alguma dificuldade numa vivência social, exactamente porque não fui vocacionado para isso e, a certa altura, refugiei-me, viciiei-me, fiquei absolutamente viciado no trabalho. Só me sentia feliz a trabalhar, o que está errado! Depois de ter parado, forçadamente, comecei a ler livros e já pus as mãos na cabeça e pensei: «Meu Deus, por que é que tu, ao menos,

não leste um livro por mês?!». É que se aprende tanto, tanto, na leitura, e vê-se o mundo diferente.

Reconheço que errei e errei e, agora, já não tenho muitos anos para recuperar. As pernas já se começam a ir abaixo e, se me deixam estar ali muito tempo, daqui a pouco, não posso andar. Vou ver se me deixam, ao menos, pôr lá qualquer coisa, uma bicicleta ou coisa que o valha, para eu andar umas horas a fingir que ando de bicicleta ou coisa que o valha, porque, daqui a pouco, os músculos não respondem.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, se me permite a expressão, enquanto as meninges responderem, vou insistir nas perguntas.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Força!

O Sr. João Semedo (BE): — Mudemos, então, de assunto.

Já sei que o Sr. Dr. não responde a questões relativas ao Banco Insular, mas quero fazer-lhe duas perguntas às quais, creio, poderá responder, porque não têm a ver, propriamente, com os aspectos mais controversos.

A primeira pergunta é esta: é ou não verdade que o Banco de Portugal foi claro na orientação que deu, por ocasião da compra da Fincor, de que não aceitaria a manutenção do Banco Insular no universo do Grupo?

A segunda pergunta é no sentido de saber se, na sua opinião, o Banco Insular é ou não do Grupo BPN SLN.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Respondo-lhe facilmente, Sr. Deputado.

Em relação à primeira pergunta, não foi o Banco de Portugal que exigiu, fui eu que disse que não. Compro a Fincor mas não quero o Banco Insular. Fui eu que exigi.

Relativamente à segunda pergunta, não é do Grupo SLN BPN.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, toda a consolidação que, entretanto, está a ser feita é um disparate redondo.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — É uma generosidade mas não teria de ser, porque teria de ser uma reafecção patrimonial.

Aquilo que eu teria feito, se tivesse feito uma venda do Grupo, em que todos ganhavam dinheiro... Efectivamente, eu tinha solução para aquilo e tinha uma solução fabulosa, que até interessava a Cabo Verde e a muito mais lados. Era uma solução fabulosa, porque, se as entidades têm dinheiro, e era possível, efectivamente, encontrar ali soluções extremamente interessantes e algumas iniciativas inovadoras, haveria, naturalmente, vantagens colossais para que as coisas se desenvolvessem no quadro que se tinha imaginado mas que as pessoas quiseram despedaçar.

O Sr. João Semedo (BE): — A propósito de o Sr. Dr. se ter referido a Cabo Verde e excluindo as questões do Banco Insular, gostava de lhe perguntar que outros interesses societários ou accionistas o Grupo ou os accionistas do Grupo tinham em Cabo Verde.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quem tem coisas em Cabo Verde é o Joaquim Coimbra.

O Sr. João Semedo (BE): — São negócios do Dr. Joaquim Coimbra e não do Grupo BPN SLN.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não! São mesmo do Joaquim Coimbra. O Joaquim Coimbra tem lá uma seguradora, uma parte de uma seguradora, tem lá medicamentos, tem lá coisas para matar gente, tem lá tudo e mais alguma coisa.

*Risos.*

Não é para matar gente, é para enterrar gente.

O Sr. João Semedo (BE): — Posso, então, concluir que todas essas fortunas estão ou estariam no Banco Insular de Cabo Verde?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, no Banco Insular penso que ele não tem nada, mas não sei. Ele ganhou muito dinheiro! Então, ele vendeu a LABESFAL e ganhou 260 milhões; depois, comprou uma empresa por 60 milhões e vendeu-a, passado um ano e meio, por 120 milhões; depois, foi para o BPP e perdeu dinheiro; foi para o BCP e perdeu dinheiro; veio para aqui e perdeu dinheiro. Aqui perdeu dinheiro, porque foi... Ai que eu ia dizer a palavra feia!

*Risos.*

Perdeu dinheiro, porque foi um palermão, porque, ao fim e ao cabo, se, efectivamente, se tivesse integrado numa filosofia e dissesse «temos aqui umas dificuldades e, por isso, vamos sentar-nos à mesa e encontrar soluções»... Era assim que devia ter feito! Aliás, posso dar-vos aqui um exemplo de como as coisas se processam.

Em Fevereiro de 1979, era eu director da Inspecção de Crédito, fui chamado ao Governador do Banco de Portugal e foi-me dito o seguinte: «Olhe, você vai presidir à Sociedade Financeira Portuguesa, porque é preciso fechar aquilo». Eu disse: «Ó Sr. Governador, desculpe, vou ser presidente do conselho de administração para fechar a Sociedade Financeira?». Respondeu-me: «Sim, aquilo não tem outra solução.». E eu perguntei: «É uma ordem ou é uma convicção?». E ele disse-me: «É uma convicção, mas o senhor tem alguma dúvida?». Respondi: «Bom! Não sei o que lá se passa e, por isso, não sei, mas, se, efectivamente, é uma convicção e não uma ordem, não me importo de ser o presidente do conselho de administração. Agora, se é para fechar, então, chame-me, antes, comissão liquidatária». Ao que ele retorquiu: «Comissão liquidatária não pode ser, porque isso não é permitido, politicamente não é possível». E eu disse-lhe: «Está bem, mas, então, já que não é uma ordem, eu vou».

Aquilo era um «buraco» de todo o tamanho, já lá tinha andado uma comissão de inquérito durante 4 anos, tinham 3 metros ou mais de *dossiers*, e eu tinha de apresentar um relatório em 30 de Novembro.

Quando eu começo a mexer naquilo tudo, numa ocasião, dou nota ao Secretário de Estado, que era o António de Almeida, e ele ralha comigo: «Então, o senhor está a mexer nessa história toda assim? Olhe que você tem de entregar o relatório no dia 30 de Novembro, porque se

não entregar acontece isto e aquilo». Disse-lhe eu: «Olhe, então, pode acontecer o que quiser mas eu vou continuar e vou acelerar».

Até o *layout* da área de empresas industriais modifiquei, mas pus tudo a ganhar dinheiro e, quando entreguei o relatório ao Governador do Banco de Portugal, 15 dias antes de 30 de Novembro, ele não queria acreditar mas não era para fechar. O Governo vendeu por 12 milhões de contos — o Banco Mello nasceu daqui — e não fizeram tudo o que eu tinha preparado, porque, inclusivamente, na celulose, que é hoje Soporcel, tinha definido os locais para onde devia ir, tinha eliminado um e tinham ficado dois, um dos quais é onde ela está, tinha feito o acordo com a empresa mais especializada, que era uma empresa finlandesa de montagem de unidades de celulose — pagava-se, na altura, 216 contos por dia da armazenagem de equipamentos que estavam espalhados pela Europa —, e o custo de montar a unidade, com uma margem de erro de 10%, era de 18 milhões de contos.

Não consegui que o Secretário de Estado fizesse o despacho para tudo o que era necessário fazer e que tinha sido feito e, inclusivamente, complementado. Tudo, tudo, tudo! Tinha um conselho espantoso, com o Dr. Anjos Magalhães, que era um negociador fabuloso, com um outro moço cujo nome não me lembro agora, que não era criativo mas fazia aquilo que era preciso e fazia bem feito, era uma carraça a fazer as coisas, e depois fui à celulose buscar um homem muito válido para isso. Quer dizer, ganharam aquilo que não prestava para nada, tudo se pôs a ganhar dinheiro e houve um que até, numa ocasião, quando telefonei para lá a dar umas ordens sobre o que ele devia fazer, me disse: «Então, o senhor, que está aí atrás de uma secretária, está a dar ordens sobre isso ao decano dos plásticos em Portugal?». Eu respondi-lhe: «Ó Sr. Valverde, não

me interessa que o senhor seja decano ou deixe de ser, o que lhe estou a dizer é que não lhe dou mais um tostão para que isso funcione, sem o senhor me explicar por que é que está a funcionar e por que é que todos os meses é preciso dar dinheiro para pagar salários. Tem 8 dias para marcar reunião e, depois, se vê». Quando fizemos a reunião, e não vou contar para não estar a perder tempo, no fim, perguntei-lhe: «Ó Sr. Valverde, afinal, quem é o decano dos plásticos? É o senhor, que trabalhou sempre nos plásticos, ou sou eu, que estou atrás de uma secretária, cheirei os plásticos e disse-lhe como devia ser feito?». Mas ganhou-se dinheiro.

Não perdi tempo a ver aqueles relatórios todos, fui vendo as conclusões, extraí uns quantos e vi-os. O que é que nós tínhamos a ganhar com aquilo? A pessoa estava lá fora, e ainda está, em Miami, tínhamos perdido 100 milhões de contos, na altura, por acções que perdemos no Brasil, porque não fomos capazes de apresentar as acções da Empar endossadas — e quando lá cheguei vi as acções da Empar, dentro de uma acta, endossadas em branco, mas já tinha passado o Supremo Tribunal no Brasil — e perdeu-se tudo. Mesmo assim, eles foram buscar 12 milhões e, se tivessem aceite aquilo que eu propus para a celulose, cujo processo rearrancou um ano depois e custou 40 e tal milhões, não eram 12 milhões, eram 20 ou 30 milhões. Por isso é que, às vezes, sou um bocado revoltado!

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., continuando, falou no Dr. Joaquim Coimbra e eu queria voltar a um assunto a que o Sr. Dr. deu grande importância na parte inicial da sua exposição., ao dizer qualquer coisa como: estabeleceu-se no dia do seu aniversário um acordo secreto

entre um grupo de accionistas e esse grupo de accionistas tinha como estratégia a desintegração do Grupo.

A minha pergunta é a seguinte (isto é um pouco como quando a polícia anda à procura do crime e também procura o móbil do crime): qual era o interesse destes accionistas na desagregação do Grupo? É porque acho que tem de haver alguma explicação, alguma razão para que possa dizer-se: bom, eles tinham esta estratégia porque esta estratégia, coroada de êxito, era do seu interesse, e era do seu interesse por esta razão assim assim.

Ora, eu não consegui compreender isso nas suas palavras.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — *(Resposta em off)*

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., quero colocar-lhe outra pergunta. O Sr. Dr. falou que havia esse acordo secreto entre accionistas para sustentar uma determinada maioria accionista. A minha pergunta visa recordar o que aqui foi sugerido por uma outra pessoa que aqui foi ouvida.

A pergunta muito clara (espero que o Sr. Dr. entenda os termos em que a vou fazer) é esta: esse acordo secreto não veio substituir um outro acordo entre accionistas, que sustentava a sua liderança no banco? Compreende por que lhe faço esta pergunta?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Compreendo perfeitamente.

Do meu acordo inicial, feito com 30 a 40 accionistas, estavam três ou quatro. Uns já tinham saído, outros tinham morrido. Portanto, havia



poucos. Do projecto inicial, se houvesse uma dúzia de accionistas, é o máximo.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, o Sr. Dr., enquanto conduziu o banco, teve o apoio dos accionistas, não necessitando para isso de ter nenhum acordo particular que reunisse uma maioria confortável para garantir-lhe a liderança do Grupo. Era esta a minha pergunta, fundamentalmente.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E o objectivo era esse. O objectivo era, se as coisas corressem bem, ter a SLN Valor a controlar o grupo todo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., mudando de assunto — enfim, isto é um pouco como as cerejas... —, como sabe, porque ouviu, o Dr. Miguel Cadilhe e outros membros da sua administração afirmaram que na sequência da Operação César, que desenvolveram, tinham identificado cerca de 95 sociedades *offshore* como pertencentes, integradas ou articuladas com o universo SLN.

A minha pergunta é muito simples: o Sr. Dr. Oliveira e Costa reconhece ou não a existência, no universo BPN SLN, de um tão elevado número de sociedades deste tipo?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não fazia ideia de que havia um número tão elevado. Para mim é uma surpresa. Não conheço nenhuma, nem sei como é que se fazem!

O Sr. João Semedo (BE): — Olhe que é simples! É muito simples!

Para si isto é um elemento surpresa, não tinha conhecimento de operações articuladas?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Que havia esses números, não.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., há ainda uma pergunta que eu gostaria de fazer-lhe sobre os negócios de Porto Rico.

O Sr. Dr. não o disse explicitamente mas parto do princípio de que conheceu o Sr. El-Assir, porque este lhe foi apresentado pelo Dr. Dias Loureiro. Pareceu-me que isto decorria das suas palavras, mas gostaria, de qualquer forma, de confirmar isso.

A minha primeira pergunta é esta: a quem é que o Fundo vendeu, por 35 milhões, as acções da Biometrics? A esta pergunta, até hoje, ninguém respondeu, e o Sr. Dr. na sua intervenção também não esclareceu isso.

O Dr. Francisco Comprido disse que não se recordava, o Sr. Dr. Rebelo Coutinho também não sabia — um era presidente o outro era administrador do Fundo —, o Dr. Dias Loureiro tinha uma outra narrativa, que era a de 1 dólar e, portanto, a ele não fazia sentido fazer esta pergunta, mas ao Sr. Dr., que também confirmou que na venda final essas acções teriam valido 30 milhões de dólares, a minha pergunta é esta: mas, então, a quem é que o Fundo vendeu as acções que tinha na Biometrics?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Uns não sabem, outros não se lembram e outros não podem responder.

*Risos.*

O Sr. João Semedo (BE): — E, portanto, resta-me concluir que o Sr. Dr. está no terceiro grupo!

Vou, então, tentar uma outra pergunta, sobre um outro assunto mas ainda no âmbito deste negócio, que não percebi bem.

Tanto quanto sei, a sociedade a quem foi comprado o Fundo chama-se La Granjilla e, tanto, quanto sabemos, o seu principal accionista é o Sr. El-Assir. A minha pergunta é esta: o que levou o Grupo a comprar o Excellence Assets Fund?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Quem fez o Fundo foi o grupo, em 2000! Isso das acções... Nos fundos de capital de risco chamam-lhe acções, vendem-se acções, ou tem «cacifos» ou não sei quê... Cada fundo pode ter vários «cacifos» e ajusta aos investimentos. Mas a pessoa que compra essas acções ou esses «cacifos» não compra o fundo, compra aquela coisa em concreto...

O Sr. João Semedo (BE): — O que digo é que comprou a posição do Sr. El-Assir ou, se quiser, de uma sociedade que se chamava La Granjilla, que é do Sr. El-Assir.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se La Granjilla compra ao El-Assir, então, ficou tudo na mesma, é tudo a mesma coisa!...

O Sr. João Semedo (BE): — Não, creio que não, Sr. Dr.. O que estou a dizer é que o principal accionista da sociedade La Granjilla era o Sr. El-Assir e que o Fundo se constitui por aquisição à La Granjilla.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não! O Fundo já existia há muito tempo! O Fundo chegou a ter perto de 100 milhões de euros.

O Sr. João Semedo (BE): — Certo, mas por que é que compraram ao Sr. El-Assir a participação de La Granjilla nesse Fundo? É esta a minha pergunta.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ver-me livre desse homem...! Quanto mais distância melhor!...

O Sr. João Semedo (BE): — Essas coisas custam caro!

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Essa parte há-se ser apurada noutro contexto. Eu quero saber.

O Sr. João Semedo (BE): — Hoje estou com pouca sorte nos contextos!...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Vai para perguntas um bocado esquisitas!...

O Sr. João Semedo (BE): — Esquisitas, não; isto é curiosidade pura e simples de quem já ouviu 52 depoimentos, e com o seu perfaz 53!

Continuando ainda neste domínio, gostaria de perguntar-lhe o seguinte: nunca percebi ao certo — e agora, para mim, isso ficou ainda

mais equívoco — quem montou a estratégia, a engenharia financeira para o negócio de Porto Rico.

Uma coisa é a questão do conteúdo do negócio, a tecnologia, o impulso para o negócio, o considerar que o negócio era interessante, ou não (não estou a falar disso), mas o que quero saber é quem montou a engenharia financeira que permitiu fazer o negócio de Porto Rico.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Para já, houve uma apreciação feita pelo Banco Efisa sobre a avaliação da empresa.

Já houve quem perguntasse por que é não pedimos a outro banco fora do Grupo. Não teria sentido, porque se temos um banco de investimento dentro da casa ele tem de saber responder aos desafios que a casa lhe põe. E, como faz parte do Grupo, tem obrigação de ser mais exigente do que os outros, porque lhe «bate na pele» se, efectivamente, fizer uma proposta desagradável e o Grupo perder.

Portanto, ele tem toda a obrigação de trabalhar bem, a menos que haja alguém interessado em que o negócio se faça e vá manipular. Mas isso é uma situação desagradável, e não estou a dizer que tivesse acontecido isso.

Acho que, de facto, depois de ver aquilo a funcionar, fazer uma avaliação de vendas de 125 ou de 150 milhões é um exagero, até porque estes sistemas não avançam com esta rapidez. E quando se monta um sistema e ele funciona com eficácia, vão ver cinco, seis, dez vezes e só depois é que arrancam. São processos de alguma lentidão a desenvolver-se.

E, depois, quando há um avanço tecnológico determinado interessante não tarda muito que apareça outro, que vá cobrir aquele e que faça de maneira diferente.

De maneira que estas coisas não são tão simples. E hoje sei mais disso do que sabia na altura, porque, se não, teria questionado mais. E foi pena não saber que o *Cyclops* tinha desaparecido no Triângulo das Bermudas, porque, assim, talvez tivesse evitado tudo isto. Mas a verdade é que era difícil que se fosse entregar a outra entidade que não uma entidade da casa e não se confiasse na entidade casa.

Ainda por cima, a entidade casa costumava levar caro — várias vezes, cheguei a meio da sala e tinha de dar o serviço fora, porque, se eles praticassem para fora os preços que praticavam para casa, faziam muito lucro e, por isso, ralhei várias vezes.

O Sr. João Semedo (BE): — Se bem percebi a sua resposta, o Sr. Dr. esteve a explicar-nos quem tinha estudado o interesse e a viabilidade económico-financeira do negócio.

Porém, o que lhe perguntei foi quem tinha montado a operação financeira que sustentou e permitiu a concretização do negócio.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Isso é simples: foi o Excellence Assets Fund, que comprou e deu o dinheiro. Isso foi simples, aí não houve problema algum.

O Sr. João Semedo (BE): — E essa opção é da sua responsabilidade ou é...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Essa foi da minha responsabilidade. Aliás, naquilo que li, expliquei. É que, quando se falou na Datacomp, na SLN Novas Tecnologias e, depois, quando aparece o Jordão a falar no *start-up*, então, achámos que o melhor era ir para um fundo, porque com um fundo, meto outros produtos e, se este não der muito bem, também compenso com os outros. Simplesmente, este foi um desastre tão rápido que não deu tempo sequer para respirar e sair da placenta.

O Sr. João Semedo (BE): — Isso é verdade, foi um verdadeiro nado-morto.

Continuando, gostava de lhe fazer duas ou três perguntas, relativamente ao Sr. El-Assir. O Sr. Dr., há pouco, disse-nos que, em determinado momento, o Sr. El-Assir teria posto as coisas nestes termos: ou há negócio em Porto Rico, ou não há negócio em Marrocos. Ora, a minha pergunta é esta: foi a única chantagem (se me permite a expressão) que o Sr. El-Assir fez sobre o Grupo SLN BPN?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Admito que não tenha sido a única. Neste caso concreto, é, de facto, uma chantagem. Ele disse o seguinte: se não se compra a Biometrics, deixo de me interessar pelos vossos negócios. Isto é, de facto, uma forma de chantagem. Não é dizer «dás-me isto ou levas um tiro», é «fazes-me este negócio e eu ajudo-te a fazer aquele» — tem aqui estas *nuances*. Mas admito que tenha feito outras e o actor é sempre o mesmo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., que vantagens teve o Sr. El-Assir nestes negócios?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se calhar, permitiram-lhe fazer uma vida larga durante mais alguns meses.

O Sr. João Semedo (BE): — Está o Sr. Dr. a querer dizer-nos que o Sr. El-Assir foi contemplado e remunerado por este trabalho de intermediação?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ele foi remunerado mais do que uma vez. Foi remunerado porque, se tinham acções dele, vendeu-as e recebeu dinheiro. E, no negócio de Marrocos, quando houve que pagar lá uma comissão repartida por todos, que ele dizia que era lá para este, para aquele e para aqueloutro, duvido que fosse para este, para aquele e para aqueloutro — se calhar, era capaz de ser 50%, mas o resto era para ele.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., deixe-me fazer-lhe uma última pergunta sobre esta questão do Sr. El-Assir e sobre a venda do negócio de Marrocos.

É ou não verdade que o Sr. El-Assir condicionou a assinatura do contrato de venda da Redal à Vivendi ao pagamento de mais — e não queria usar a palavra «luvas», mas é exactamente essa a palavra... Portanto, a minha pergunta é esta: quando o Sr. Dr. alude a eventuais possíveis outras chantagens, o Sr. El-Assir condicionou, ou não, a assinatura da venda da Redal à Vivendi ao recebimento de outras compensações, enfim, de «luvas»?



O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu não sei se isso se passou assim. Sei que houve um contrato de prestação de serviços. Agora, não sei... Isso foi repartido pelos quatro, ou seja, pela Dragados, pela EDP, por nós... Não, foi repartido por três. Mas as percentagens não são iguais, os valores não são iguais. Mas sei que houve um acordo e que todos pagaram comissões — a Dragados, a EDP e nós pagámos, nas proporções respectivas das percentagens que tínhamos.

Mas o argumento apresentado foi que era preciso «lubrificar» umas coisas em Marrocos, para obter licenças para isto, porque era preciso retirar... Isto não fica gravado, pois não? É melhor isto não ficar gravado.

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Se o Sr. Deputado puder ser mais breve...

O Sr. João Semedo (BE): — Mais breve?!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Ainda!

O Sr. João Semedo (BE): — Mais breve é que não consigo ser! Tenho sido bastante breve. Mas estou a aproximar-me do fim.

Sr. Dr., quero ainda perguntar-lhe, relativamente a um outro assunto, o seguinte: vários depoimentos focaram aqui que, de uma ou de outra forma, as contas do banco eram regularmente alteradas, no sentido de se fazer alguma «cosmética» para tornar as contas mais «simpáticas». Houve vários depoimentos, de auditores, consultores, revisores oficiais de contas, TOC, enfim, que indicaram isso.

A este propósito, quero fazer-lhe duas perguntas. Primeiro, se isto é ou não verdade, e, caso seja verdade, quem é que assumia, no Grupo, a responsabilidade de «mandar» corrigir as contas.

Naturalmente, não estou a falar das correcções e das alterações que inevitavelmente se fazem em todos os balanços e contas. Estou a falar da «cosmética» das contas do Grupo para o Grupo ter possibilidade de mostrar uma outra «cara».

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Eu diria que não havia «cosmética» nesse quadro de que fala. É que, se fosse assim, perguntar-lhe-ia se conhece algum banco que não faça essa «cosmética».

É por isso que fiquei espantado quando apareceu um governante a dizer mal dos bancos. Os bancos procuram fazer lucros e, se possível, inventar lucros. A banca tem uma avidez tremenda por apresentar lucros. Não quer pagar impostos, mas quer lucros, que é o que dá imagem. Aliás, houve um banco — e sabem perfeitamente qual é — que andou cerca de 10 anos a fazer lucros formidáveis e que não pagava impostos. Pagava a taxa média de 2%, ou de dois e tal por cento. Por acaso, tinham habilidade!

Mas isto passa-se em todo o mundo, não é só aqui.

Agora, com todo este colapso que houve, talvez possa nascer uma nova ordem e esses problemas deixem de figurar e apareçam menos governantes a dizer que os bancos são uns malandros que emprestam com juros elevados, esquecendo-se de que também pagam com juros elevados.

Olhe, eu é que não queria voltar a participar em banco algum, meu Deus!

Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr. precipitei-me na mudança. Sabe que estas técnicas que os presidentes das comissões têm são exactamente para nos atrapalharmos. Mudei de alínea e não queria fazê-lo, porque ainda tenho duas perguntas a fazer-lhe sobre Porto Rico.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Era para atrapalhar a mim!

O Sr. João Semedo (BE): — Não, não! A Dr.<sup>a</sup> Maria de Belém não é capaz de fazer isso!

Como dizia, esqueci-me de fazer duas perguntas sobre Porto Rico. A primeira pode parecer-lhe estranha, mas é a seguinte: o Sr. Dr. reconheceu a fotografia do Sr. Hoyos?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Reconheci. Mas está mais magro!

O Sr. João Semedo (BE): — Era só um pormenor, tinha curiosidade em saber isso.

A segunda pergunta que, há pouco, me esqueci de fazer tem a ver com o seguinte: quando o Sr. Dr. falou de um contrato e de remunerações do Sr. El-Assir pela sua participação nestes negócios, também queria perguntar-lhe se o Sr. Dr. Dias Loureiro tinha tido algum benefício financeiro nestes negócios, nomeadamente no de Porto Rico.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não sei, isso não sei. Se teve, foi ao arrepio do meu conhecimento. Se isso tivesse acontecido, a sua estadia lá tinha acabado logo.

O Sr. João Semedo (BE): — Se tivesse tido conhecimento disso...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se tivesse conhecimento, claro! É que, às vezes, fala-se de *A*, *B* e *C*... Mas eu digo sempre «não basta dizer que *A* faz isto ou aquilo; dêem-me elementos, dêem-me provas, senão fico sem condições de agir, não vale a pena».

O Sr. João Semedo (BE): — Vamos chegar às duas últimas perguntas.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — São sempre as duas últimas...

*Risos.*

O Sr. João Semedo (BE): — Já percebi que o Sr. Dr. tem acompanhado com interesse estas audições. Deixe-me dizer-lhe que eu tenha essa fama, mas não é justa. O que digo é, em relação a cada tema que introduzo, «agora vou fazer as duas últimas perguntas» desse tema.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ah!...

*Risos.*

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, agora, são mesmo as duas últimas perguntas.

A primeira tem a ver com o seguinte: há pouco, o Sr. Dr. dizia, privadamente, ao Sr. Deputado Nuno Melo quem foi a pessoa — que,

entretanto, disse que todos nós conhecíamos (creio que foi exactamente essa a expressão que utilizou) —...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Que todos conhecem, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — ... que pretendeu ter uma avença pela realização de um trabalho...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — E eu paguei!

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente, pela realização de um trabalho.

O desafio que lhe faço é este: o Sr. Dr. não quer partilhar connosco o nome? Eu adianto uma hipótese e, se eu acertar, acho que devia ter o prémio de o Sr. Dr. dizer.

Trata-se de um ex-ministro?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, ainda fiquei mais curioso.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se tivesse dito ex-secretário de Estado...

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado tem de fazer a pergunta certa.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, esta ainda faz parte da mesma pergunta. É conhecido, até porque as coisas são públicas, que houve um ou outro ministro (não ministros na altura, é evidente) que elaborou estudos, trabalhos e pareceres para o Grupo BPN/SLN. Creio que o Sr. Dr. não se estará a referir com certeza a isso, pois não?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, não!

O Sr. João Semedo (BE): — Então, eventualmente, esse secretário de Estado, do qual só falta mesmo dizer o nome (aliás, estamos todos à espera que o diga)...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Aliás, houve um, do Grupo SLN, que foi ministro, mas, quando regressou, não autorizei que entrasse.

O Sr. João Semedo (BE): — Quem, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Então, aquele que foi Ministro do Ambiente... Como é que ele se chama?...

O Sr. João Semedo (BE): — Amílcar Theias.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Ele saiu, mas não voltou a entrar. E eu disse-lhe: «olhe, quando alguém daqui do Grupo for para o governo, despede-se, porque já não entra».

O Sr. Honório Novo (PCP): — E Daniel Sanches?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Isso já foi depois. Depois que fizeram a guerra com o Daniel Sanches, fiquei danado com a questão. Acho que é um erro, pois as pessoas que estão nas empresas são capazes de ter *know-how*, conhecimentos e experiência, o que é útil para a governação. Mas se alguém de uma empresa vai para o governo, depois, começam logo a chamar nomes e a dizer que ele levou uma trave, levou uma pulga, levou mais isto e aquilo... Não tem qualquer sentido! Nós somos de uma pequenez total nesse aspecto. Se calhar, não somos capazes de resolver os problemas grandes que devíamos resolver e andamos a perder-nos com mesquinhas como aquelas do SIRESP, por causa de uma empresa em que tenho 13,2% da incorporação. E dizem que é por ali que sai a corrupção, quando, ao fim e ao cabo, isto não tem qualquer sentido.

Vou dizer-lhe o nome: é o Dr.... Ah, pois, não posso dizer, porque fica gravado!

*Risos.*

O Sr. João Semedo (BE): — Este é mais um exemplo de como os advogados não contribuem para o esclarecimento da verdade.

*Risos.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas é a verdade mais pura!

O Sr. João Semedo (BE): — Fico na expectativa de que também me diga a mim, privadamente, quem é.

A minha última pergunta tem a ver com uma questão mais de ordem política e que, eventualmente, decorre daquilo que, presumo, sejam as suas reflexões sobre a relação entre a política e os negócios, a actividade financeira, por aí fora.

O Sr. Doutor tem uma família política, como cada um de nós tem. Creio que há um conjunto de evidências que mostram que, de alguma forma, o crescimento do banco, o seu desenvolvimento, beneficiou — estou a admitir — de um determinado contexto político, em que, eventualmente, o peso e a articulação com essa família política é um factor de desenvolvimento e de crescimento. Há sucessivos membros de governo dessa área política, dirigentes dessa área política, Deputados dessa área política. A pergunta que lhe quero fazer é se, sim ou não, nas reflexões que entretanto tem feito sobre o que foi a actividade do BPN, essa associação, essa articulação, essa aproximação foi um factor que, eventualmente, no início, jogou a favor, mas que, no final das contas, digamos assim, se transformou num elemento negativo para o próprio desenvolvimento e crescimento do Grupo.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não, isso não aconteceu. Aliás, sempre me manifestei muito pouco favorável a que houvesse relacionamentos partidários vivos, até porque eu já era do PSD e, por consequência, já era peso suficiente. Quando o Dr. Dias Loureiro... a coisa tornou-se incómoda, mas depois não tinha mais pessoas... Julgo que o Daniel Sanches não está filiado em partido nenhum. É natural que o Lencastre Bernardo possa



estar, mas também não tenho a certeza. Mas quase de certeza que o Daniel Sanches não estava filiado em partido nenhum.

Mas nunca houve ali nenhuma corrida de políticos que tivessem tido prestígio para integrar o banco.

Não é que eu seja contrário a isso, porque acho que essa interligação entre o político e o empresário é útil... Aliás, eu visitei um país em 1980 — Singapura — e fiquei vivamente impressionado porque foi o primeiro país que eu vi sobre o Equador, onde o mercado chinês estava limpo. Era tudo impecável. E eu perguntei: «Então, isto é uma ditadura?» E disseram: «Não, não, há muito tempo que está o mesmo presidente, mas é eleito.» «Mas é mesmo eleito?» — perguntei. «É mesmo eleito.» — responderam — «Ele aqui tem uma técnica especial: os empresários que se distinguem têm de vir prestar um serviço cívico de serem ministros ou secretários de Estado durante x anos.» E esta, hein?

Se, efectivamente, a pessoa foi capaz de dar conta do recado, criando uma empresa, desenvolvendo uma empresa, é capaz de ser útil ao país e servi-lo com eficácia. E eu não acredito... Não quer dizer que não haja excepções, que não haja pessoas que tenham a honestidade total e absoluta de distinguirem claramente a função de empresário da de governante, se porventura o forem, e vice-versa. Acho que as pessoas com carácter podem desempenhar essa função. Às vezes até prejudicam os seus interesses pessoais com receio de serem vistos no sentido contrário.

Eu acho que essas pessoas existem. Talvez seja difícil encontrá-las, mas existem.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Doutor desculpe, mas no cômputo geral não considera que muitos ou alguns dos problemas que se

verificaram ao longo dos anos no crescimento e no desenvolvimento do BPN, da SLN, hoje, enfim, têm uma maior evidência?

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não,...

O Sr. João Semedo (BE): — Se decorrem exactamente de ter havido, pelo menos em determinados períodos, maior promiscuidade entre esses dois mundos.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Não. Eu vou-lhe dizer qual a razão. Aliás, já tive de explicar isso a um banco estrangeiro, porque eles também ficavam espantados como é que era o crescimento.

A razão foi muito simples. E é por isso também que eu sou odiado por muita gente. Fiz aquilo que fiz nos cartões, nos cimentos, e fui buscar bons quadros aos outros bancos, que me faziam carteira. Abria uma agência e rapidamente ela atingia o ponto de equilíbrio. Durante os primeiros tempos, isso aconteceu assim. Depois, houve um adormecimento e deixou de acontecer assim. Portanto, aquele crescimento galopante que tivemos nos primeiros anos deveu-se ao facto de ter tido sorte com as pessoas que fui buscar e que, quando entravam, tinham já carteiras fortíssimas.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Doutor, não querendo discutir esse assunto, porque isso seria abrir um outro tema — e isso nunca faço, coloco só mais perguntas sobre o mesmo tema —, deixe-me dar-lhe o exemplo que o Sr. Doutor agora referiu. Tenho conhecimento directo disso.

Nunca o BPN abriu tantos balcões em hospitais públicos senão durante o governo de Durão Barroso/Santana Lopes. Nunca! Proliferaram por esses hospitais! Ainda hoje alguns lá estão. Creio que esse é o exemplo claro disso.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Se isso aconteceu é coincidência de que eu não me apercebi. Aliás, o Grupo desenvolveu-se muito durante mais anos com o governo socialista do que com o governo PSD, até porque o governo PSD só durou dois anos.

O Sr. João Semedo (BE): — Não diga isso, que nos arriscamos a ter já uma segunda volta de perguntas dos Deputados do Partido Socialista.

*Risos.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas o período de governo do PSD foi muito curto.

De resto, nunca misturei política com trabalho. E via sempre isso com alguma reserva. E quando o Amílcar Theias me veio dizer que era ministro, perguntei: «Mas você é ministro? Ministro de quê?» Era ministro... Como é que se diz?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Do Ambiente.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Do Ambiente. E perguntei: «Então, e você aceitou?» «Aceitei» — respondeu. «Olhe, parabéns. Não sei se lhe hei-de dar os parabéns, se lhe hei-de dar os sentimentos.» — foi assim

que lhe disse. Para já, considerava que ele era uma excelente pessoa, mas que não tinha o perfil para aquela função. Podia ter para outras, mas para aquela não. E eu lamentei que o Dr. Durão Barroso não tivesse telefonado e dissesse. «Olhe, estou a pensar numa pessoa, o que é que pensa dela?» Eu ter-lhe-ia dito: «Olhe, para esse lugar não, para aquele assim talvez...»

Mal o homem saiu de lá e foi para ministro e tínhamos um problema qualquer já era o ministro que estava a fazer aquilo, e ele nem sabia que aquilo existia, coitado. Já estava a fazer um frete ao BPN, porque havia um processo qualquer no Ambiente e era ele que intervinha. E parece que isso até veio de uma fonte do PSD, o que é mais espantoso.

*Risos.*

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Mas ele não tinha literalmente nada..., não tinha falado em nada. Aliás, sou incapaz de falar a alguém das minhas relações que seja do governo para me fazer um favor.

Ainda há pouco disse que não trato quase ninguém por «tu», só os colegas de escola, e que tinha um relacionamento de muitos anos de trabalho com o António Marta e nunca estive ali a pedir-lhe qualquer favor, ou coisa que o valha. Portanto, cada um faz a sua obrigação, a gente pode concordar ou não... Já agora, até vos posso referir que quando lhe fui dizer que ia passar para o projecto BPN ele me disse: «Com essa idade?!» Portanto, ainda me chamou velho. Mas eu não fiquei nada chateado, só lhe disse uma coisa de que, depois, me arrependi: «Isto vai acontecer por isto, por aquilo..., eu tenho de andar depressa, não tenho idade para andar devagar.» O que eu disse! Ele nunca mais se esqueceu disso — ele não tem idade para andar devagar.

De facto, eu precisava das coisas feitas com alguma rapidez para que as coisas avançassem.

O Sr. João Semedo (BE): — Concluí. Muito obrigado, Sr. Dr..

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada.

Queria, em nome de todos os Srs. Deputados, agradecer a presença do Sr. Dr. Oliveira Costa e sublinhar a colaboração que deu a esta Comissão de Inquérito e a resistência física que aqui demonstrou, apesar de todas as limitações...

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Estive sempre sentado.

A Sr.ª Presidente: — Quero dizer que foi uma colaboração que implica um alto sentido de colaboração com o múnus público que nós temos nesta Comissão e quero agradecer muito, em nome de todos, todo este sacrifício que lhe infligimos, mas que esperamos seja para um bom objectivo.

Muito obrigada, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Oliveira e Costa: — Foi um gosto.

A Sr.ª Presidente: — E muito obrigada aos Srs. Advogados, que também resistiram estoicamente em tão más condições.

Está encerrada a reunião.

*Eram 0 horas e 25 minutos.*